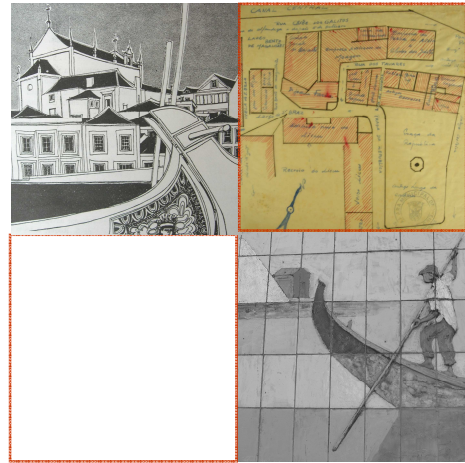


FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

**REGENERAÇÃO E ELEMENTOS CULTURAIS:
DESENHO URBANO E AUTENTICIDADE EM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO**



RAQUEL DORA PINHO

Orientador:

DOUTOR JOÃO CABRAL, Professor Associado FA/UTL

JÚRI:

Presidente: DOUTOR LEONEL FADIGAS, Professor Auxiliar FA/UTL

Vogal: DOUTOR WALTER ROSSA, Professor Associado dARQ/FCTUC

LISBOA, NOVEMBRO 2007

RESUMO

Actualmente, no contexto da globalização, ocorrem novas tendências nas cidades, as quais ameaçam a qualidade do espaço público e a identidade local.

A regeneração urbana, dominada por modas e determinados nichos de mercado, resulta na criação de projectos emblemáticos de grande dimensão e espectacularidade, mas que se repetem, levando à multiplicação de paisagens comuns. Embora com uma imagem atractiva, funcionando como verdadeiros “catalisadores”, estes novos projectos são independentes do lugar, não criam ligações e vivências urbanas.

A cultura gera e aglutina vínculos de identidade nos espaços públicos, além de dar legibilidade à cidade, com capacidade de recuperar valores perdidos ou “congelados”; a cultura assume um papel de destaque no processo de regeneração urbana, assentando numa política local integrada na economia global competitiva. As paisagens culturais, como espaços comunicativos, são lugares que transmitem histórias e mensagens, contribuindo para preservar a memória das tradições, sendo igualmente um factor de qualificação do espaço público.

Com o presente trabalho pretende-se identificar os contributos para a definição de uma estratégia de regeneração urbana, baseada na cultura como elemento portador de autenticidade, capaz de assegurar a valorização do espaço público e a legibilidade da estrutura urbana, através de uma política de equidade e diversidade.

Para tal, é feita uma abordagem à evolução urbana da cidade de Aveiro a fim de avaliar as características associadas às principais transformações que ocorreram na estrutura urbana: os elementos que orientaram as intervenções; consequências ao nível da identidade local; alterações no espaço público e sua valorização; o papel da população; em suma, a importância dos elementos culturais e patrimoniais na política e desenho urbano.

PALAVRAS-CHAVE

Política urbana; Globalização; Identidade local; Espaço público; Paisagens culturais.

ABSTRACT

Nowadays, in the globalization context, there are new urban tendencies, threatening the public space quality and the local identity.

The urban regeneration, dominated by the fashion and market pressures, results in the development of big flagships with great specularity. They are repeated, increasing common landscapes. They have an attractive image, functioning as “catalistics”, but these new flagships projects are local independant, not creating urban relations.

The culture produces and agglutinates public space identity links, besides giving city legibility, with the capacity of recovering lost or “frozen” values. The culture assumes a key part of the urban regeneration process, based on an integrated local policy within a competitive global economy. The cultural landscapes, as communicative spaces, are locals that transmit histories and messages to specific spaces and forms, contributing to preserve the tradition memories, being also a factor of public space qualification.

This work’s aim is to identify contributions which will help to define an urban regeneration strategy, based on the culture as an element, carrying authenticity, able to ensure the public space’s valorization and the urban structure legibility, through an equity and diversity urban policy.

Then, it is done an approach of the urban development of Aveiro city, aiming to evaluate the characteristics related to the urban structure main changes; the elements that orientated the urban interventions; consequences in the local identity; changes on the public space and its valorization; the people’s intervention; the importance of cultural and patrimonial elements in the urban policy and design.

KEYWORDS:

Urban politic; Globalization; Local identity; Public space; Cultural landscapes.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. METODOLOGIA	12
1.2. PROBLEMA	14
1.3. HIPÓTESES.....	14
1.3.1. <i>Objectivos</i>	15
1.3.2. <i>Caso de estudo</i>	16
1.4. ESTRUTURA.....	17
2. NOVAS DINÂMICAS NO ESPAÇO URBANO	19
2.1. TENSÕES URBANAS.....	19
2.1.1. <i>Do local para o global</i>	20
2.1.2. <i>Fragmentação do território e universalização do espaço público</i>	22
2.1.3. <i>"Novos" espaços públicos</i>	25
2.2. DESAFIOS PARA "FAZER CIDADE SOBRE CIDADE".....	26
2.2.1. <i>Identidade local</i>	28
2.2.2. <i>Espaço público</i>	30
2.2.3. <i>Cultura</i>	33
3. PARADIGMAS DA POLÍTICA URBANA	37
3.1. REGULAÇÃO DO URBANISMO E GOVERNANÇA.....	39
3.1.1. <i>A importância dos planos e a afirmação de projectos de desenvolvimento urbano</i>	43
3.1.2. <i>Participação e legitimidade social</i>	51
3.1.3. <i>Imagem e marketing urbano</i>	54
3.2. DESENHO URBANO, ESTRUTURA URBANA E ESPAÇO PÚBLICO	56
3.2.1. <i>Teoria do desenho urbano</i>	57
3.2.2. <i>Evolução das formas urbanas</i>	59
3.2.3. <i>Estrutura urbana</i>	63
3.2.4. <i>Intervir nas cidades - melhores espaços públicos</i>	66
3.3. RECURSOS CULTURAIS E PATRIMONIAIS	71
3.3.1. <i>Evolução da política urbano-cultural</i>	74
3.3.2. <i>Evolução do conceito de património</i>	76
3.3.3. <i>Paisagens culturais</i>	83
3.3.4. <i>Cultura como produto da cidade</i>	85
3.3.5. <i>Cultura como modo de viver</i>	86
3.3.6. <i>Cultura como arte</i>	87
3.4. PARA UMA INTERPRETAÇÃO DA AUTENTICIDADE NA EVOLUÇÃO URBANA DAS CIDADES	88
3.4.1. <i>Dicotomias</i>	89
3.4.2. <i>Modelo conceptual</i>	92
4. CIDADE DE AVEIRO: DESENVOLVIMENTO URBANO E AUTENTICIDADE	97
4.1. EXPANSÃO DA CIDADE: DO NÚCLEO CENTRAL AO CRESCIMENTO LINEAR	101
4.2. O PAPEL DOS CANAIS URBANOS.....	104
4.3. ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES URBANAS	106
4.3.1. <i>Intervenções na estrutura urbana no início do Séc. XX</i>	108
4.3.2. <i>Anos 40 e 50: racionalidade dos traçados</i>	112
4.3.3. <i>Anos 60 e 70: densificação e nova imagem urbana</i>	123
4.3.4. <i>Anos 80: "verticalização" e desenvolvimento da cidade por partes</i>	139
4.3.5. <i>Anos 90: requalificação do espaço público no centro e projecto emblemático</i>	149
4.3.6. <i>Início do século XXI: intervenções nas frentes de água e valorização do património (marketing urbano)</i>	159
4.4. SÍNTESE	167
5. REFLEXÕES FINAIS	183

BIBLIOGRAFIA

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.1 – ESQUEMA DA ESTRUTURA ADOPTADA.	17
FIGURA 2.1 – RELAÇÃO ENTRE NEP, NUP AND UDP.	39
FIGURA 4.1 – CASAS TÍPICAS DO BAIRRO DA BEIRA-MAR EM ESTADO DE DEGRADAÇÃO (2007).	98
FIGURA 4.2 – PRINCIPAIS ESPAÇOS/CONJUNTOS URBANOS NA CIDADE DE AVEIRO.	99
FIGURA 4.3 – ALGUNS EDIFÍCIOS MARCANES NA HISTÓRIA DE AVEIRO.	100
FIGURA 4.4 – PLANTA DA CIDADE DE AVEIRO (FIM DO SÉC. XVIII) E EM 1904. (PATRÃO, 2000).	102
FIGURA 4.5 – PLANTA DA CIDADE DE AVEIRO 1931.	102
FIGURA 4.6 – DESENVOLVIMENTO DA CIDADE.	103
FIGURA 4.7 – ESTRUTURA URBANA DO CONCELHO.	104
FIGURA 4.8 – CANAIS URBANOS.	105
FIGURA 4.9 - CORTE DO CONVENTO DAS CARMELITAS EM 1905.	108
FIGURA 4.10 - PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL EM 1929.	108
FIGURA 4.11 – PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL EM 2007 (GOVERNO CIVIL E CONVENTO E IGREJA DAS CARMELITAS).	109
FIGURA 4.12 – AVENIDA EM 1953 E EM 2007.	110
FIGURA 4.13 – FONTE DOS ARCOS (1925) (DEMOLIDA EM 1932).	111
FIGURA 4.14 – NOVA “FONTE DOS ARCOS” (2007).	111
FIGURA 4.15 – FEIRA DE MARÇO NO ROSSIO (ESQUERDA) E ROSSIO EM 2007 (DIREITA).	115
FIGURA 4.16 – DEMOLIÇÕES PROPOSTAS (A AMARELO).	117
FIGURA 4.17 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS.	117
FIGURA 4.18 – NOVA PRAÇA NA EXTREMIDADE DA AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO.	118
FIGURA 4.19 – PRAÇA JOAQUIM MELO E FREITAS (2007).	119
FIGURA 4.20 – PRINCIPAIS INTERVENÇÕES NOS ANOS 40/50.	120
FIGURA 4.21 - CENTRO DA CIDADE EM 1929 E EM 2007.	121
FIGURA 4.22 - PONTE-PRAÇA (1964 E 2007).	122
FIGURA 4.23 – ZONAMENTO (PLANO DIRECTOR DA CIDADE 1964).	125
FIGURA 4.24 – REDE DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA.	126
FIGURA 4.25 – ZONA HABITACIONAL (EXISTENTE E PROPOSTA).	127
FIGURA 4.26 – ZONA CENTRAL (1963).	128
FIGURA 4.27 - ESTUDO PRÉVIO DO ARRANJO URBANÍSTICO E ARQUITECTÓNICO DA ZONA CENTRAL DE AVEIRO.	129
FIGURA 4.28 – MAQUETA DO PLANO DIRECTOR DA CIDADE 1964.	129
FIGURA 4.29 - MAQUETA DA PRAÇA DA REPÚBLICA.	129
FIGURA 4.30 – PRAÇA DO MUNICÍPIO (1963).	130
FIGURA 4.31 – PRAÇA DA REPÚBLICA (2007).	131
FIGURA 4.32 – RUA CLUBE DOS GALITOS (1964 E 2007).	131
FIGURA 4.33 – ESTUDO PRÉVIO DO ARRANJO URBANÍSTICO DO SECTOR NASCENTE DO BAIRRO DR. SAMPAIO.	132
FIGURA 4.34 – “TORRES VERMELHAS” (2007).	133
FIGURA 4.35 – FONTE “MARIA DA FONTE” NA PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL.	134
FIGURA 4.36 – PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL (1952).	134
FIGURA 4.37 - PRIMEIRA IMAGEM DO PIAS.	136
FIGURA 4.38 - PLANIMETRIA PROPOSTA.	136
FIGURA 4.39 – CAMPUS UNIVERSITÁRIO E BAIRRO DE SANTIAGO.	139
FIGURA 4.40 – CARICATURA AOS “ESPAÇOS VERDES”.	143
FIGURA 4.41 – AVENIDA EM 1988 E 2007 (AO FUNDO PRÉDIOS).	144
FIGURA 4.42 - ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA.	145
FIGURA 4.43 – PAINÉS CERÁMICOS NA RUA DOS GALITOS (2007).	147
FIGURA 4.44 – MONUMENTO A SANTA JOANA EM 1989 E EM 2007.	147
FIGURA 4.45 – CARICATURAS RELATIVAS AO “ABANDONO” DO BAIRRO DA BEIRA-MAR.	151
FIGURA 4.46 – ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROCOM (AVEIRO).	153
FIGURA 4.47 – EDIFÍCIO DA CAPITANIA (1915 E 2007).	154
FIGURA 4.48 – CANAL DO COJO EM 1979 E 2007.	155
FIGURA 4.49 – FÓRUM AVEIRO (2007).	155
FIGURA 4.50 – PERSPECTIVA DA SÉ (EDIFICADO DO LADO DIREITO DEMOLIDO).	156
FIGURA 4.51 – PERSPECTIVA DA SÉ E AVENIDA CENTRAL (2007).	157
FIGURA 4.52 – ZONAS DE INTERVENÇÃO DO PROGRAMA POLIS AVEIRO.	160
FIGURA 4.53 – CANAL D E S. ROQUE E CANAL DO COJO (2007).	160
FIGURA 4.54 - PONTE DE CARCAVELOS NO CANAL DE S. ROQUE (1953 E 2007).	161
FIGURA 4.55 – NOVA PONTE SOBRE O CANAL DE S. ROQUE E CANAL DOS BOTIRÕES (2007).	161
FIGURA 4.56 – CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS (ANTIGA FÁBRICA JERÓNIMO CAMPOS) (1930 E 2007).	162
FIGURA 4.57 – LAGO DA FONTE NOVA E ESTÁTUA “MARIA DA FONTE” (2007).	163
FIGURA 4.58 – EDIFÍCIO DA ESTAÇÃO DE AVEIRO (ANTIGO E NOVO).	164
FIGURA 4.59 - FEIRA DAS CEBOLAS NO CANAL DO COJO (JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL) (1952) E FEIRA DAS CEBOLAS NA PRAÇA JOAQUIM MELO E FREITAS (2005).	165
FIGURA 4.60 – EXPANSÃO NA CIDADE DE AVEIRO (BAIRROS).	168

1. INTRODUÇÃO

"O objectivo da política urbana hoje é fazer cidade." (BORJA e CASTELLS, 1999)

A mudança constante na cidade, como consequência do sistema económico, sem o devido acompanhamento do planeamento e desenho urbano, resulta numa falta de sentido e consequente fragmentação do indivíduo na sociedade.

Qualquer intervenção de regeneração urbana é uma oportunidade de mudar o território, sendo de extrema importância a adopção de uma política urbana eficaz e adequada, promovendo um sentido e uma forma, face à modificação permanente dos imaginários individuais e colectivos (GUTERRES, 2002: 271-272), a fim de assegurar uma qualidade do desenho urbano e consequente bem-estar da população.

A necessidade de adequar políticas urbanas resulta do crescente desajustamento entre as estruturas tradicionais de regulação e representatividade das comunidades e os agentes económicos e sociais implicados (PORTAS *et al*, 2003). Este desajustamento entre o movimento da "razão tradicional" de construir cidades urbanamente equitativas e a celeridade da "razão informacional" de "optimizar" sociedades economicamente eficientes, ou seja, as tensões e conflitos entre o sistema cultural e social e o sistema económico, origina, frequentemente, a degradação dos espaços públicos (GUTERRES, 2002: 275-280).

O sistema económico, sendo o mais forte, confere maior rigidez ao sistema social e é, conseqüentemente, menos receptivo à transformação do sistema urbano (GUTERRES: 2002: 275-280). Neste contexto, o desenho da cidade através de "formas" impressas em "plantas", sem qualquer relação com o utilizador e o cidadão, tem-se revelado desastroso, em que o espaço público deixa de ser um local aprazível de vivência urbana.

Por outro lado, o sistema cultural é o mais dotado em informação e o mais articulado ao estilo de vida da população, além de permitir preparar a inovação e a mudança. É aqui que a cidade se prolonga. Aliás, tal como refere GUTERRES (2002: 275-280), a flexibilidade e a imaginação devem assentar na cultura, em que o urbanista é, simultaneamente, fazedor e promotor da cultura.

A cultura passa a ser um "motor" da cidade, assumindo um papel importante na criação da forma da cidade. Assim, é necessário estudar a cultura e os elementos que a constituem para a interpretar, comunicar e fazê-la entender pela população.

De facto, na década de 90 do Séc. XX o discurso da regeneração alterou-se. As preocupações económicas, ambientais e sociais continuam a ser significativas, mas a cultura assume um maior destaque. A regeneração passou a assentar no local, integrado numa economia global competitiva, dando-lhe uma identidade e um motivo distinto para ver, visitar e investir (BRINDLEY, 2000). A participação activa da população assume aqui um papel relevante a fim de assegurar a sua "aceitação" e, conseqüentemente, a apropriação do espaço público.

A nova política urbana, para além da população local, deve envolver políticos e planeadores/urbanistas, com responsabilidades diferentes e bem definidas: a população como principal interveniente no desenho urbano; os políticos como decisores e reguladores; e os planeadores/urbanistas como técnicos.

Contudo, a definição de uma nova política urbana eficaz e adequada enfrenta desafios. Hoje em dia, as cidades, procurando a inovação e a mudança, são "invadidas" pelas "forças externas", associadas a projectos de carácter global, sendo necessário introduzir regras no desenho, que assegurem a identidade urbana (FREY, 1999) e a participação da população. Segundo GUTERRES (2002: 271-274), o espaço da cidade é, simultaneamente, um meio e um resultado da acção social e efeito da

materialização física de uma sociedade, num processo contraditório entre a produção e apropriação e a permanente urgência da sua reestruturação.

A inovação, para incidir profundamente na estrutura urbana, deve integrar-se e interactuar com os elementos que não mudam, ou que se transformam a um ritmo mais lento (MELA, 1999: 65), designadamente, os monumentos, os elementos simbólicos, as ruínas, a história, a autenticidade, ou seja, a cultura da cidade. Contudo, estes elementos são, muitas vezes, “marginais” nos novos projectos de regeneração, verificando-se a inexistência da sua adequada articulação na estrutura urbana.

Paralelamente, devido à crescente competição entre as cidades associada à globalização, muitas cidades “empacotam-se” a si próprias, com a intenção de apresentar uma imagem apelativa (AVRAHAM, 2004). A imagem passa a constituir uma parte importante do processo de regeneração económica (HALL, 1998¹), sendo elemento de um discurso emergente da política territorial transnacional (JENSEN, 2003).

A visão da cidade é o primeiro passo no planeamento estratégico de um local e a construção da imagem é o “produto final” (DEFFNER, 2005). Questiona-se se essa imagem será portadora de autenticidade ou será apenas um produto de uma paisagem desejável e imaginária para atrair novos investidores e/ou visitantes, cujo objectivo é, principalmente, a promoção e o desenvolvimento económico.

Verifica-se que a personalidade do indivíduo encontra-se muito fragmentada (SOLÉ, 1998: 45), facto que resulta da ausência de legibilidade da estrutura urbana e de acesso equitativo ao espaço público urbano, em suma da falta de autenticidade. Neste contexto, e para combater essa falta de autenticidade, a ideologia do local

¹ in DEFFNER e METAXAS, 2005.

tornou-se central para a retórica política da governância urbana (HARVEY, 1989²) e o processo de participação para a criação de uma percepção positiva de identidade e imagem nos habitantes (GALDINI, 2005), principais utilizadores do espaço público e da própria vivência urbana.

Ou seja, é fundamental avaliar qual a percepção e interpretação da imagem do espaço público por parte dos habitantes (“memória colectiva”) e visitantes (“imagem distinta”). Neste contexto, de salientar a importância dos elementos culturais do espaço público no sentimento de pertença do lugar e na formação das denominadas “paisagens culturais”, num contexto de globalização em que os projectos são repetidos mundialmente e pouco ajustados ao lugar em que se encontram realmente inseridos.

Em suma, a eficácia de uma política urbana é inseparável do sistema cultural, o qual pode contribuir para assegurar a identidade do local, a legibilidade da estrutura urbana, a valorização e apropriação do espaço público e, simultaneamente, um desenvolvimento mais justo e equitativo das cidades.

1.1. Metodologia

O trabalho de investigação foi dividido em três fases fundamentais: 1) “Estado de arte” e construção de um quadro conceptual de análise; 2) Caso de estudo e 3) Reflexões finais.

1ª Fase – “Estado de arte” e construção de um quadro conceptual de análise

Nesta fase foi feita uma primeira abordagem ao problema: definiram-se as hipóteses e os objectivos e procedeu-se a uma análise bibliográfica, a qual permitiu consolidar e seleccionar os elementos a aprofundar, além de contribuir para a definição de um modelo conceptual de análise (conceitos) a aplicar na fase seguinte.

² in YANG e HSING, 2001.

De referir que a consulta bibliográfica, embora com maior incidência nesta fase, foi realizada igualmente na 2ª fase.

2ª Fase – Caso de estudo

O conhecimento do meio urbano implica necessariamente a existência de instrumentos de leitura que permitam organizar e estruturar os elementos apreendidos e uma relação objecto-observador (LAMAS, 1992: 37).

Esta fase corresponde à análise do caso de estudo, através dos seguintes “instrumentos de leitura”:

- Observação directa do espaço urbano da cidade de Aveiro;
- Recolha e consulta bibliográfica: 1) notícias de jornais antigos (arquivo histórico da Biblioteca Municipal de Aveiro (BMA) e Bibria³); 2) planos de ordenamento territorial e projectos de urbanização (arquivo histórico da BMA, arquivo municipal e arquivo corrente da Câmara Municipal de Aveiro (CMA); e 3) fotografias antigas da cidade de Aveiro (Imagoteca Municipal de Aveiro);
- Entrevistas a um conjunto de pessoas com conhecimentos sobre a evolução e a prática do planeamento da cidade de Aveiro⁴ e pessoas ligadas à CMA (políticos e técnicos⁵).

3ª Fase – Reflexões finais

Esta é a fase final de toda a investigação – a fase de reflexão – tendo como objectivo constituir um quadro orientador (com base nas hipóteses e nos objectivos

³ Bibria - Biblioteca digital dos municípios da ria (<http://www.cm-aveiro.pt/bibria/Forms/Highlights.aspx>).

⁴ Arq. Pompílio Souto; Arq. Domingos Tavares; Arq. Ventura da Cruz; Arq. Walter Rossa e Dr. Pedro Silva (actual Presidente da Rota da Luz, anterior vereador da Cultura da CMA e elemento da equipa técnica do actual PU da cidade de Aveiro).

⁵ Vereador Capão Filipe; Dr.ª Gabriela Marques e Dr.ª Andreia Lourenço (Divisão do Património e Museus); Arq. Tércio Guimarães.

definidos), que possa ser eventualmente integrado em futuros projectos de regeneração urbana, assegurando uma política urbana mais adequada.

1.2. Problema

No contexto de globalização e de competitividade entre as cidades, o desenho urbano associado a um processo de regeneração urbana é “influenciado” por diversas “forças externas”, reflectindo-se, muito frequentemente, numa produção de paisagens repetidas e monótonas (paisagens comuns), que no final resultam numa ausência de autenticidade, na perda da vivência urbana e do acesso equitativo ao espaço público, na ilegibilidade da estrutura urbana e, conseqüentemente, na “fragmentação” do indivíduo na sociedade urbana.

1.3. Hipóteses

A cultura assume-se como um elemento chave na preservação e promoção da memória colectiva, a qual, através das “paisagens culturais”, pode assumir na actual política urbana uma forma de comunicar a história e identidade local, preservando assim a autenticidade. Contudo, a cultura também pode ser encarada como um produto, com a potencialidade de promover a cidade e, conseqüentemente, atrair investimento e promover o turismo.

Mas, sem o apoio de uma política urbana adequada e “forte”, este produto pode transformar o espaço público urbano em “meras” representações de identidade cultural, de acesso “limitado”, exageradamente promocionais, deficientemente integradas na estrutura urbana e na própria vivência urbana, resultando numa perda de autenticidade e numa ausência de sentimento de pertença e apropriação do espaço.

Face ao problema identificado são definidas as seguintes hipóteses, as quais irão orientar este trabalho:

- Hipótese 1: A valorização do espaço público, através do desenho urbano e dos elementos culturais, contribui para a equidade.
- Hipótese 2: Os elementos culturais contribuem para a identidade local e para a legibilidade da estrutura urbana.

1.3.1. Objectivos

A manutenção da autenticidade na era da globalização, da comunicação, dos mercados abertos e do turismo de massas é um problema crescente (LNEC, 2005: 43).

O objectivo principal deste trabalho consiste em:

- Identificar os princípios inerentes à integração dos elementos culturais (portadores de autenticidade e identidade local) no desenho urbano capazes de contribuir para a legibilidade da estrutura urbana e equidade do espaço público.

Tendo em linha de conta o objectivo principal, apresentam-se os seguintes objectivos operacionais, ou seja, as questões a colocar ao caso de estudo:

1. Quais as principais transformações ocorridas na estrutura urbana? Quais os elementos que "orientaram" essas transformações? Contribuíram para a legibilidade? Quais os instrumentos utilizados? Qual o papel da administração pública? E dos agentes e actores locais?
2. Como se caracteriza o espaço público? Quais as alterações subjacentes ao mesmo? Essas alterações contribuíram para uma maior equidade?
3. Como se caracterizam os elementos patrimoniais e culturais? Qual a sua importância no planeamento da cidade? Contribuíram para a identidade local?

1.3.2. Caso de estudo

Propõe-se operacionalizar os conceitos, através da análise da evolução urbana da cidade de Aveiro. *Porquê Aveiro?* Primeiro, por ser uma cidade média portuguesa, cujos contributos resultantes da análise poderão ser eventualmente aplicados em intervenções noutras cidades médias portuguesas; segundo, pela constatação dos seguintes aspectos ao nível do desenho urbano, espaço público e elementos culturais:

- A cidade de Aveiro apresenta um conjunto de condições morfológicas particulares, sendo a proximidade à Ria um dos aspectos mais importantes, apesar de nem sempre ter sido aproveitado da melhor forma;
- “Pobreza” de património histórico na cidade de Aveiro e o pouco que existe não foi devidamente aproveitado, tendo-se mesmo degradado;
- Influência de “forças externas”, resultando na concepção de projectos nas “margens” das estruturas do planeamento formal, promovendo um mercado mais autónomo caracterizado por projectos. De referir o Fórum Aveiro, espaço comercial aberto qualificador do espaço urbano, resultando numa “privatização” do espaço público;
- Integração de elementos culturais na estratégia de turismo da cidade, sendo de salientar a Ria, através dos canais e de todos os elementos que a constituem; a Ria como espaço comunicativo da história e identidade local, podendo assumir-se como “paisagem cultural”;
- Implicações de programas de apoio (PROSIURB, PROCOM e POLIS) na valorização do espaço público e integração de elementos culturais no desenho urbano.

1.4. Estrutura

O Capítulo 1 refere-se à *Introdução*, onde se apresenta o problema, as hipóteses e os objectivos; no Capítulo 2 – *Novas Dinâmicas no Espaço Urbano* – são apresentadas as principais *Tensões urbanas* e os *Desafios para "fazer cidade sobre cidade"*; o Capítulo 3 refere-se aos *Paradigmas da Política Urbana* em torno de três aspectos: 1) *Regulação do urbanismo e governança*; 2) *Desenho urbano, estrutura urbana e espaço público*; 3) *Recursos culturais e patrimoniais*; e 4) *Para uma interpretação da autenticidade na evolução urbana das cidades*. No Capítulo 4 é feita uma abordagem *ao Desenvolvimento Urbano e Autenticidade na Cidade de Aveiro*, procedendo a uma análise dos conceitos definidos. O Capítulo 5 refere-se às *Reflexões Finais*. Na Figura 1.1 apresenta-se um esquema da estrutura adoptada.

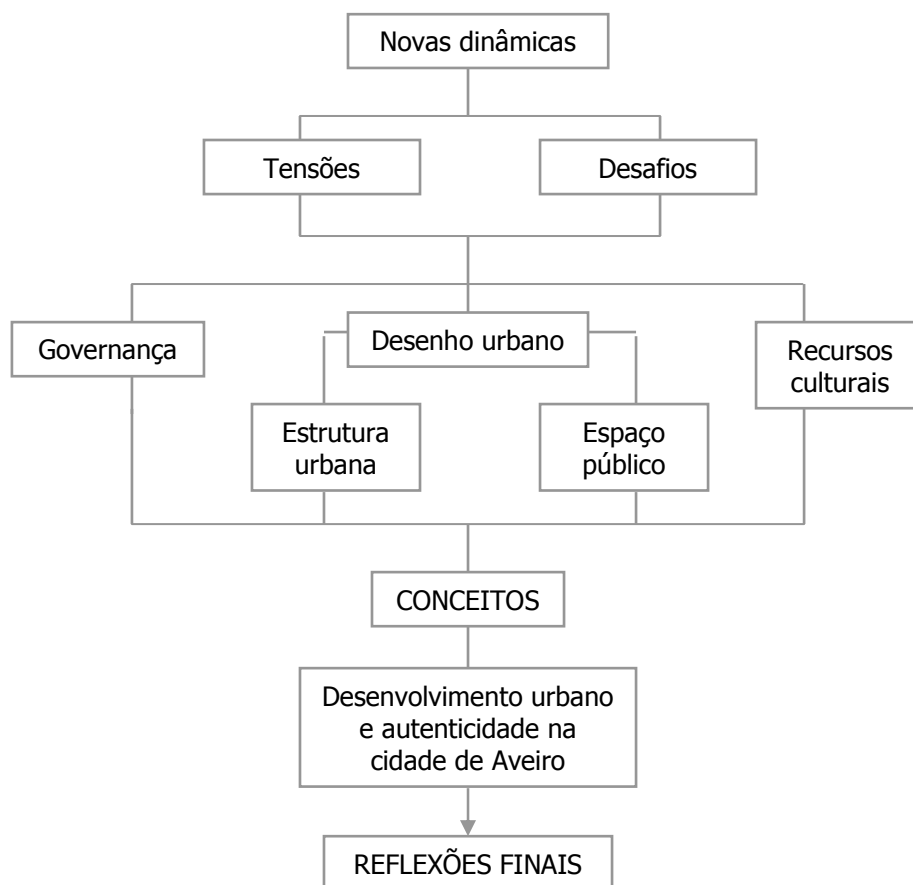


Figura 1.1 – Esquema da estrutura adoptada.

2. NOVAS DINÂMICAS NO ESPAÇO URBANO

"The only consistent thing about cities is that they are always changing." (HALL, 2001: 1)

"Cities never stay still; they are always changing, consciously or unconsciously trying to be something else. Cities are places where people strive to overcome the negative effects of past and current circumstances and struggle to create meaning, joy and hope in the place that history has located them." (LANCASTER, 1995: 7)⁶

Neste capítulo são apresentadas algumas tensões urbanas, as quais contribuem significativamente para a ocorrência de alterações na forma urbana, dificultando muitas vezes o adequado planejamento da cidade, tendo como consequências a falta de legibilidade da estrutura urbana e problemas na adequada criação de condições para apropriação do espaço público urbano.

Por outro lado, e na sequência das tensões urbanas existentes apresentam-se alguns desafios, os quais constituem potenciais "soluções" para (re) fazer a cidade.

2.1. Tensões urbanas

Os espaços urbanos representam uma série de tensões, nomeadamente a tensão entre o espaço local e o espaço global; a tensão entre o desejo de excluir ameaças ou desafiar "outros" e a oportunidade de celebrar diversas experiências, pessoas, valores e modos de vida que constituem a cidade contemporânea (MCDOWELL, 1999: 133).

A globalização reflecte-se na produção e apropriação do espaço público local, na medida em que este, "carregado de sentido", pode ser transformado em cenário de representações "estáticas", associados a edifícios patrimoniais, mas sem resultados na qualidade do espaço público e na vivência urbana.

⁶ in BAILEY *et al*, 2004: 62.

No contexto da cidade em mutação de salientar as seguintes tensões, que ocorrem actualmente no espaço urbano e que devem ser tidas em linha de conta na procura da legibilidade da estrutura urbana e na valorização e criação de espaços públicos equitativos: 1) a influência da globalização ao nível da política urbana local; 2) a fragmentação do território na procura de uma nova urbanidade; e 3) a universalização do próprio espaço público.

2.1.1. Do local para o global

"...globalización ha permitido poner en valor tanto algunas culturas locales "congeladas en el tiempo" como destacar aquellos casos de hibridación creativa entre la tradición y la innovación. En todo caso, el patrimonio (tangible e intangible) y la memoria constituyen elementos básicos del desarrollo cultural." (MARTÍ, 2003)

Reconhece-se que a globalização é um aspecto inerente ao desenvolvimento urbano actual, sendo fundamental a sua integração na política urbana. A noção de globalização foi genericamente introduzida como *"uma crescente interdependência, ao nível mundial, de tendências, problemas, valores, estilos de vida e discussões"* (ROCA e MOURÃO, 2003: 6).

Entre 1434, quando Gil Eanes dobrou o cabo Bojador, e metade de 1500, quando todo o mundo é aberto à colonização e ao comércio europeu, ocorre o *"désenclavement de l'Europe"* (P. Chaunu)⁷ e a fusão dos universos locais, separados, num só universo (BENÉVOLO, 1998: 109). As várias sociedades, que evoluíram separadamente desde o início dos tempos, são, pela primeira vez, postas em contacto; as suas características tornam-se diferenças em confronto, motivos de sucesso ou de desconfiança; aos confrontos materiais juntam-se os culturais (BENÉVOLO, 1998: 109).

⁷ in BENÉVOLO, 1998: 109.

Face ao desenvolvimento da tecnologia, das redes e da comunicação, a difusão da cultura global “banalizou-se”, enfraquecendo gradualmente a distinção local. Sendo a identidade local obliterada pela cultura global, os locais procuram quadros regulamentares capazes de enfatizar a distinção e evitar a homogeneização, assegurando desenvolvimentos seguros e atractivos (PUNTER, 1999: 1).

É óbvio que isto só é possível na presença de uma população pró-activa, de um governo local forte e flexível e de um planeamento adequado e eficaz. HARVEY (1989a: 14)⁸ acredita que a ideologia do local, o próprio local e a comunidade são centrais para a retórica política da governança urbana. Contudo, face às pressões “externas” e aos objectivos de competitividade entre as cidades no contexto de globalização, as decisões são, muitas vezes, baseadas em grandes projectos, com grande capacidade de atracção, mas muito pouco, ou mesmo nada, relacionados com as características e especificidades do local. Estes projectos são, diversas vezes, de grande dimensão, integrando elementos que se repetem por todo o mundo.

Face à globalização e, simultaneamente, à importância dos valores locais, PRYKE (1999: 335) refere que as necessidades futuras da cidade tendem a ser qualificadas através do seguinte binómio: todas as cidades serão o “local de encontro” entre tecidos específicos de histórias sociais, culturais e económicos e “local de recepção” das tendências da globalização.

No mesmo sentido, CHANG (1999) e CHANG *et al* (1996) salientam o papel das características locais argumentando que a globalização e a “localização” ocorrem simultaneamente, tendo como resultado a junção de influências locais e globais nos lugares (PEARCE, 2001: 939). Contudo, a junção global-local tende a ser pouco

⁸ in SELBY, 2004: 51.

equilibrada. De acordo com ZUKIN (1991⁹), existe uma maior tendência para a globalização, diminuindo o sentido do lugar.

O processo de regeneração tem a potencialidade de equilibrar o global e o local, assegurando as características locais, adaptadas no entanto às exigências globais, projectando-as como elementos de atracção e de competitividade (BONIFACE e FOWER, 1993¹⁰).

O desenho urbano, por seu lado, pode ter um papel fundamental na promoção das características locais, preservando-as e, simultaneamente, integrando a "inovação"; neste âmbito, de referir os esquemas "*avant-garde*" de desenho urbano associados a grandes intervenções com capacidade de gerar imagens fortes, estabelecer uma identidade para a cidade e criar novos espaços para a cultura e vivência urbana (GOSPODINI, 2002: 69). Mas a questão crítica consiste em saber qual a identidade e qual a cultura encorajada pelos mesmos (GOSPODINI, 2002: 69) e se preservam ou não as características locais - a autenticidade.

2.1.2. Fragmentação do território e universalização do espaço público

A construção da cidade caracteriza-se pela segregação funcional e pela acumulação resultante da sobreposição de vários tempos sobre um mesmo espaço e de várias contemporaneidades sob a nossa própria contemporaneidade (GRANDE, 2002: 161), ou seja, sedimentações do tempo.

Os novos meios de comunicação e a participação social tendem a "esbater" os limites entre as actividades sociais, bem distintas no passado. Actividades como o trabalho e lazer podem ocorrer simultaneamente em lugares sem uma clara identidade funcional (GOSPODINI, 2001: 927). Este é o território da sobremodernidade - "não-

⁹ in JEONG e SANTOS, 2004: 651.

¹⁰ in SELBY, 2004: 23.

lugares” - de que nos fala AUGÉ (1992), um território que apenas se identifica a partir de estruturas desterritorializadas. Tal como refere AUGÉ (1992)¹¹, hoje é difícil criar lugares, porque é ainda mais difícil criar as ligações entre esses lugares.

Rem Koolhaas definiu esta nova urbanidade como “cidade genérica” – aquela onde ainda não existem (ou provavelmente nunca existirão) memórias ou sedimentações do tempo e onde deambulamos como “pessoas de ponte-e-túnel” guiadas pelas infra-estruturas (GRANDE, 2002: 172). *“Esta é hoje a cidade legal que reproduz e dilata as lógicas de apropriação espacial e de ruptura tipo-morfológica que antes conhecíamos na cidade clandestina”* (GRANDE, 2002: 172).

A “invasão” do espaço público pelo desenvolvimento das redes e das novas tecnologias da informação, teve como resultado o alargamento desse espaço à escala global, o que é positivo, embora tenda a assumir “formas perversas” (MIRANDA, 1997: 170). Ou seja, o espaço público é submetido a pressões que o tornam quase um simulacro daquilo que era, ou daquilo que os clássicos pretendiam que fosse. O novo espaço público é abstracto e/ou deslocalizado tendo limites extremamente flutuantes, o que não sucedia no espaço grego ou medieval, concreto e localizado; sendo abstracto, o espaço extravasa os limites que as culturas e comunidades lhe colocam (MIRANDA, 1997: 155-158), tornando-se vazio de “conteúdo” e significado, afastando-se da vivência urbana e, conseqüentemente, do seu próprio uso e apropriação.

A produção do território à escala global resulta na multiplicação de paisagens comuns, orientadas não ao consumo de um lugar mas ao consumo da sua imagem (MUÑOZ, 2005: 1). As diferenças morfológicas entre os espaços de regeneração, são, na maioria das cidades, praticamente inexistentes (MUÑOZ, 2005: 4). Emerge aqui uma nova categoria de paisagens definidas pela sua “aterritorialidad”, isto é, paisagens

¹¹ in GRANDE, 2002: 172.

independentes do lugar, que nem o traduzem nem são sequer o resultado das suas características físicas, sociais e culturais, são paisagens reduzidas a um aspecto, o mais mediático e superficial: a imagem (MUÑOZ, 2005: 5).

Os lugares tradicionais e os elementos tipológicos, como ruas e praças que caracterizam historicamente a cidade compacta, vão sendo transformados progressivamente, num contexto de “urbanización” (MUÑOZ, 2005: 10) definida pelas seguintes alterações: 1) especialização económica e funcional, 2) segregação morfológica dos ambientes urbanos e 3) tematização da paisagem.

De salientar que, uma cidade é sempre um tecido e uma imagem desejados; uma cidade é uma interacção constante entre a sociedade e o tecido urbano; não se pode agir sobre a cidade sem modificar também a sociedade ou vice-versa. Provavelmente, será mais exacto dizer que qualquer alteração de uma, pressupõe uma alteração da outra. Contudo, a cidade moderna é muito fragmentada, cheia de contradições e conflitos (hospita muitos grupos étnicos, muitas culturas e classes): não pode ter uma só face mas deve ter várias (RYKWERT, 2003: 7).

A partir do momento em que a organização das grandes cidades contradiz os valores e necessidades da maior parte dos grupos sociais, ocorre uma crise urbana; esta organização dificulta ainda a realização dos objectos que asseguram no sistema urbano os interesses estruturais dominantes (CASTELLS, 1981).

Deste modo, projectar o espaço público não é tarefa fácil, já que é, hoje, um espaço de grande mistura cultural e, como consequência, de segregação social.

Num contexto de crise urbana, como é que a cidade desenha o espaço público para se redefinir ou, seja, como conferir carga simbólica a estes lugares para a (re) construção do sentimento identitário (GONÇALVES, 2004) e assegurar a equidade?

2.1.3. “Novos” espaços públicos

As cidades reconhecem-se nos espaços públicos, os quais vão variando ao longo dos tempos e em função das sociedades em presença: ágora grega, fórum romano, adro da igreja, largo da feira, rossio; todos eles constituem espaços de encontro.

O espaço público – uma rua, uma praça - é percebido como um território de todos. Contudo, a emergência de novos “sentimentos urbanos colectivos” ou de outras representações da cidade e da vida urbana tem gerado novas tipologias de espaços públicos colocando em causa os fundamentos de acesso público em que assentavam os tradicionais. Neste contexto, ganham expressão termos como “não-lugares” nas palavras de AUGÉ (1994) ou a privatização do espaço público (GONÇALVES, 2004).

O espaço público vai-se privatizando e transformando num espaço de acesso condicionado e semi-público (noutros casos privado), em que o seu elemento caracterizador - ser “aberto” a qualquer indivíduo – vai-se dissipando (GONÇALVES, 2004).

Esta “privatização” do espaço público tem efeitos dramáticos para a cidade e seus cidadãos: a rarefacção do encontro e da vivência dos espaços abertos é “compensado” pela agradabilidade da oferta privada de espaços (clubes, cafés,...). A sociabilidade da rua tem vindo a ser transferida para áreas privadas como centros comerciais, parques temáticos e de lazer, orientados para o consumo; paralelamente, a ocupação do tempo livre individualiza-se na solidão do espaço doméstico. Os centros comerciais actuais cuja arquitectura contempla amplos espaços abertos (os denominados “Fórum”¹²) confundem-se com o verdadeiro espaço público (GONÇALVES, 2004).

¹² O Forum Aveiro é o “primeiro centro comercial a céu aberto do país” representando um novo conceito em centros comerciais onde os jardins, os espaços verdes e as zonas comuns predominam. Os “Fórum” são espaços de “marca” espalhados por vários países na Europa.

Esta situação resulta numa “ausência” de pequenos espaços tradicionais destinados ao usufruto público, designadamente ruas e praças. Paralelamente, as cidades valorizam projectos de grande expressão espacial, em localizações normalmente privilegiadas, recheados de equipamentos desportivos, ambientais, educativos e comércio, muitas vezes à sombra de programas com fortes componentes urbanísticas (Programa Polis, Programa de Requalificação de Áreas Urbanas Degradadas, entre outros) sob a responsabilidade da administração central (GONÇALVES, 2004). Muitos destes projectos encontram-se associados à realização de eventos de grande influência territorial, como motor da transformação urbana e da sua efectiva concretização pela pressão dos prazos e do controle, muitas vezes, internacional (GONÇALVES, 2004).

Neste contexto, é fundamental articular devidamente o que as novas tendências revelam através de grandes projectos, e simultaneamente, assegurar uma valorização do espaço que transmite a identidade da cidade. A identidade é transmitida através dos elementos que caracterizam o espaço e que, simultaneamente, identificam a imagem e a história da cidade – a autenticidade.

Face a este contexto, como agir, quais os desafios que se colocam ao planeamento da cidade e dos espaços públicos?

2.2. Desafios para “fazer cidade sobre cidade”

“La ciudad la más importante obra del hombre lo reúne todo, y nada se relacione con el hombre le es ajeno o indiferente.” (Walt Whitman)¹³

As áreas urbanas são complexas e dinâmicas, reflectindo os vários processos que levam à sua transformação física, social, ambiental e económica. Nenhuma cidade é imune a pressões externas que impõem a necessidade de se adaptar, e a pressões

¹³ in MARTIN, 2004.

internas, presentes na área urbana, que podem provocar o crescimento ou o declínio (ROBERTS, 2000: 9).

A regeneração urbana é o resultado das relações entre estas forças de influência (externas e internas), sendo também uma resposta “única” às oportunidades que se apresentam num local e momento específicos (ROBERTS, 2000: 9).

A regeneração consiste numa oportunidade de refazer o espaço urbano de forma a garantir equilíbrios, mantendo as dinâmicas urbanas existentes e/ou gerando novas, assegurando no entanto as pressões externas.

Os desafios nas cidades consistem em: 1) reconhecer e manter lugares antigos e familiares¹⁴, associados à identidade local, reforçando o seu património e qualidade, enquanto a cidade se desenvolve (YUEN, 2005: 208); 2) assegurar o acesso equitativo ao espaço urbano, através dos espaços públicos (BORJA e MUXI, 2003: 57); e 3) recuperar a ordem e significado na estrutura urbana, através de uma atitude mais holística, compreensiva e de integração para a cidade, tornando-a novamente “agradável” (ROBINS, 1995: 46) e legível.

A cultura deve ter um papel mais persuasivo, através da promoção da identidade, criatividade, coesão e vitalidade, com base nas características que definem a cidade e os cidadãos (THROSBY, 2001)¹⁵. A cultura é adoptada como o factor chave que gera e aglutina vínculos de identidade e de comunidade dos cidadãos em relação a espaços públicos, além de dar legibilidade à estrutura urbana recuperando e reintroduzindo os valores que os espaços públicos possuem (ALBEIT, 2004: 22).

O facto de centrar a cultura como compreensão da cidade tem sido um desenvolvimento importante e necessário, mas talvez seja tempo de pensar criticamente sobre os métodos através dos quais a cultura é entendida (JACOBS, 1993:

¹⁴ Tal como refere LEFEBVRE (1979) (in YUEN, 2005: 208), é necessário reconhecer os lugares antigos e familiares na “explosão de espaços” no mundo global em crescimento.

¹⁵ in SASAKI, 2004: 4.

840). Ou seja, um dos grandes desafios de (re) fazer cidade e combater o “excesso” da “globalização” consiste na integração da cultura, como elemento portador de memória colectiva (identidade local), capaz de tornar a estrutura urbana legível e os espaços públicos equitativos.

Primeiro, o que se entende por identidade local, espaço público e cultura?

2.2.1. Identidade local

“...com el tiempo la ciudad crece sobre si misma, adquiere conciencia y memoria de si misma” (Aldo Rossi)¹⁶

Segundo ROCA e MOURÃO (2003: 6) identidade local “represents the set of cultural, social, economic, technological and other specific of a territory that make it different from other territories”. SILVANO (1997: 152) refere que o processo de constituição das identidades está associado ao processo de construção dos territórios e que este, por sua vez, integra as representações do espaço. As identidades são, tal como o espaço, realidades dinâmicas sujeitas a transformações precisas; aquilo que genericamente se chamou processo de urbanização significa também processo de transformação das identidades locais e regionais (SILVANO, 1997: 144).

De acordo com PROSHANKY *et al* (1983: 59), a identidade local pode ser concebida como a “*subestrutura da identidade própria que consiste na (...) experiência sobre o mundo físico no qual os indivíduos vivem*”. No mundo físico, experiência é o ambiente passado de uma pessoa; um passado consistindo em lugares e nas características que serviram para a satisfação das necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais (PROSHANKY *et al*, 1983: 59). Satisfação é uma dimensão da pertença e ligação ao local. Os lugares são o resultado de relações entre acções, concepções e atributos físicos (CANTER, 1977; YUEN, 2005: 202).

¹⁶ in BOHL, 2003: 90.

Torna-se cada vez mais importante encontrar um modo mais efectivo de desenvolver uma qualidade que respeite o carácter do local, existindo profundas insatisfações face à perda de marcas locais. Nesta lógica, os governos nacional e local reconhecem cada vez mais que a manutenção do carácter do local contribui para promover a regeneração económica e, simultaneamente, a satisfação da comunidade (PUNTER, 1999: 1).

A identidade local contribui para promover o sentido de estabilidade e continuidade, além de permitir a preservação da autenticidade. LANG (1994) refere que velhos edifícios proporcionam um sentimento de história e permanência.

Contudo, é importante saber não só onde estamos mas também quando estamos e como se relaciona o presente com o tempo passado e o futuro¹⁷ (JULIANO, 1997: 33). A identidade e as especificidades locais não se referem só a um conjunto de elementos permanentes que vêm do passado, mas também de estratégias de inter-relação e como tal modificáveis, são elementos dinâmicos (JULIANO, 1997: 33).

As pessoas apropriam-se dos lugares graças a processos simbólicos e afectivos que permitem a construção de laços e sentimentos de pertença. Este processo não é estável, mas construtor da realidade físico-geográfica e através dele, da própria sociedade (SAFA, 1997: 173-174). A identidade local neste sentido é a “arma” que os actores sociais têm para defender os interesses sobre a apropriação e uso do solo (SAFA, 1997: 173-174), além de dar aos residentes urbanos um maior controlo e conexão aos espaços públicos (YUEN, 2005: 212).

Construir a cidade do Séc. XXI é promover um projecto de cidadania, o direito ao lugar e à mobilidade e à identidade local (BORJA e MUXI, 2003: 131).

¹⁷ Tempo e espaço juntos são duas das maiores dimensões em que vivemos (YUEN, 2005: 202).

Por esta razão, a luta pela identidade é uma oportunidade para defender a qualidade de vida, a variabilidade social, a auto-determinação e a democracia (SAFA, 1997: 173-174). A identidade local é usada para legitimar certo tipo de decisões e formas de organização do território e para o funcionamento de certas relações (SAFA, 1997: 177).

A identidade local supõe o reconhecimento dos elementos que guardam certa coerência interna e que a sustentam; estes elementos não possuem o mesmo significado para todos os que vivem ou se apropriam do lugar. A particularidade do local na actualidade consiste na complexidade dos processos sociais onde se constrói o respectivo local (SAFA, 1997: 176-177). Cada cidade apresenta configurações e formas específicas.

2.2.2. Espaço público

"Place and culture are persistently intertwined with one another, for any given place (...) is always a locus of dense human interrelationships (out of which culture in part grows), and culture is a phenomenon that tends to have intensely local characteristics thereby helping to differentiate places from one another." (SCOTT, 2000: 30)¹⁸

O espaço público é o principal espaço do urbanismo, da cultura urbana e da própria cidadania; é um espaço físico, simbólico e político (BORJA e MUXI, 2003: 16). A vida das cidades ocorre nos espaços públicos. As pessoas activam o espaço público de modo a viver o que a cidade oferece, projectando a sua identidade e os próprios desejos (RASMUSS, 2004: 115).

Deste modo, o espaço está intimamente ligado à sociedade e, neste sentido, move-se ou, pelo menos, deveria mover-se no mesmo sentido da sociedade. Ou seja, a mudança de um elemento que compõe a estrutura do "habitat" deverá implicar a

¹⁸ in EVANS, 2001: 1.

mudança de outros elementos para que o “habitat” não seja um produto caótico e para que a coerência se restabeleça na estrutura inicialmente rompida ou ameaçada (CASAL, 1986¹⁹).

A cidade consiste em articulações de espaços; a cidade é paisagem; a cidade é um “lugar” único e irrepetível; a cidade é formada por sinais, significados, símbolos e referências; a cidade é a identidade da comunidade e a forma da cidade surge como o primeiro sustento da identidade (COLAROSSO e FARATINI, 1997: 128).

Ou seja, a cidade é um conjunto de bens organizados em conformidade com o traçado e forma urbana, que adquirem significados distintos segundo os usos, a carga simbólica, a memória que carregam e os “imaginários construídos” (VALDERRAMA, 2004). Deste modo, a cidade existente estabelece um compromisso singular com o lugar que ocupa no território que se manifesta na sua configuração e nas relações com a sua envolvente (BOHL, 2003: 91); são as denominadas forças particulares e “indígenas” do local (MAYER, 1995: 239) ou de acordo com RELPH (1976)²⁰ e NORBERG-SCHULZ (1980: 23)²¹ no *genius loci* ou espírito do local, representando não só um fenómeno de fluxo, mas uma estrutura que incorpora significados.

Um lugar pode ser visto como um conjunto de atributos visuais, um produto, um processo e um significado (ARETI e TRIANTAFILLOU, 2005: 79-81). As primeiras duas categorias relacionam-se com os aspectos físicos do local enquanto que as outras duas focam nos aspectos não físicos. O lugar como significado indica como as pessoas percebem o ambiente construído, sendo este, no entanto, subjectivo (ARETI e TRIANTAFILLOU, 2005: 79-81).

¹⁹ in MENEZES, 2002: 137.

²⁰ in YUENS, 2005: 201.

²¹ in YUENS, 2005: 201.

A existência de uma “memória colectiva” sugerida, entre outros, por FOUCAULT (1969)²² tem vindo a ser descrita como o limite do local, expresso através dos atributos físicos dos lugares. As alterações rápidas desses atributos físicos causam a perda da memória colectiva com consequências na desorientação social, similares às experiências individuais resultantes de uma amnésia (ASHWORTH e TUNBRIDGE, 2000: 17). A própria intenção de inovar, ser original e fazer algo distinto, com o desconhecimento do existente e incapacidade de valorizar a tradição, prejudica a memória colectiva (VALDERRAMA, 2004).

Todos os lugares urbanos de sucesso são compostos por três tipos de elementos (MONTGOMERY, 2003: 295): 1) actividade (económica, cultural e social); 2) forma (relação entre edifícios e espaço); e 3) significado (sentido de lugar, histórico e cultural). Os lugares são “centros de valores e significados próprios” (PRED, 1984: 79²³), dotados de valores simbólicos (FIREY, 1945; LOWENTHAL, 1975; SAMUEL, 1995; ASHWORTH, 1998²⁴), pelo que a perda destes seria danosa para a sociedade (ASHWORTH e TUNBRIDGE, 2000: 18), com consequências ao nível da segurança e bem-estar da população.

A identificação com símbolos no ambiente construído e a própria cultura promovem a memória colectiva e a identidade local (YUEN, 2005: 198). A memória humana é por isso espacial. A forma do espaço é um instrumento para a forma da memória (HEBBERT, 2005: 592).

O espaço urbano é assimilado através de um percurso; o seu conhecimento resulta de uma reconstrução mental e de um exercício intelectual que recorda imagens, emoções e episódios (PAVIA, 2005: 29).

²² in ASHWORTH e TUNBRIDGE, 2000: 17.

²³ in ASHWORTH e TUNBRIDGE, 2000: 18.

²⁴ in ASHWORTH e TUNBRIDGE, 2000: 18.

Mas, para ser assimilado é necessário conhecer os elementos urbanos que fazem parte desse percurso, já que o significado das cidades está na relação entre os seus elementos. *"La città si presentava come un oggetto sociomorfologico il cui significato risideva interamente nel raport fra i suoi element"* (PERROT, 1975)²⁵.

Ao projectar um espaço público, é necessário não esquecer que cada projecto pode ser muito mais importante por aquilo que suscita do que por aquilo que é na primeira instância (BORJA e MUXI, 2003: 65). Isto é, um espaço público deve suscitar interesse por parte dos habitantes locais e dos visitantes; acima de tudo, um interesse que perdure.

2.2.3. Cultura

Além dos impactes físicos, económicos e sociais, os investigadores começaram a olhar para um quarto impacte – impacte cultural. Este termo tem sido usado para descrever dois efeitos: o impacte na vida cultural de um local; e o impacte da actividade cultural na cultura de um local ou comunidade, expressando os códigos de conduta, a sua identidade, o seu património e "a governância cultural" (EVANS e SHAW, 2004: 6)²⁶.

As cidades são espaços amplos de imaginação, criatividade, inovação, e são sempre espaços novos e diferentes, tendo como objectivo promover todas as pré-condições nas quais as pessoas podem pensar, planear e agir criativamente. Como Raymond Unwin²⁷ referiu, há 100 anos atrás, de modo a criar grandes lugares não se pode apenas copiar os melhores locais históricos nem esperar que um centro urbano de sucesso sirva como um modelo para outro projecto num local diferente numa cidade diferente para um mercado diferente (BOHL, 2003: 29). A cultura é essencial

²⁵ in OLMO e LEPETIT, 1995: 3.

²⁶ in GARCIA, 2005: 842.

²⁷ Urbanista (1863 – 1940) defensor do movimento das cidades-jardim.

para promover a imagem e conservar a identidade da cidade, para a regeneração urbana, para o desenvolvimento local económico e para a governância criativa (KUNZMANN, 2004: 396-399).

As “indústrias criativas” combinam a criação, produção e comercialização de conteúdos criativos, sendo de salientar a arte. Estas tornam-se componentes cada vez mais importantes de economias modernas ou pós-industriais baseadas no conhecimento, com um importante papel no reforço da identidade cultural e diversidade, através do turismo e projectos culturais (EVANS, 2001: 180).

As políticas culturais podem ser usadas como “símbolos de modernidade e inovações” (BIANCHINI, 1993a: 15; BASSET, 1993: 1979²⁸), mas simultaneamente deverão contribuir para garantir o bem-estar da população e a autenticidade do lugar.

É importante distinguir o sistema cultural das políticas culturais (HERNANDÉZ, 2003). O sistema cultural, consiste na cultura real e concreta de uma sociedade, que nunca se reduz às intervenções do Estado, nem às do mercado, assumindo-se como um “ecossistema” onde se cruzam e convivem, criando produtos, mensagens e práticas culturais tão diversas como as provenientes dos *massmedia*, de cultos religiosos, de discursos institucionais, da memória popular tradicional, dos valores da nacionalidade ou dos ritos familiares; as políticas culturais são intervenções, conscientes, intencionadas, formais e racionais e são estratégias realizadas pelo Estado ou pela iniciativa privada com o objectivo de intervir sobre um determinado sistema cultural, através da correcção de falhas, compensar as carências ou reforçar as suas potencialidades. O objectivo das políticas culturais consiste em: programar eventos, assegurar a oferta das artes, receitas para sustentar as artes e para encontrar

²⁸ in KONG, 2000.

significados adicionais geradores de receitas, que assegurem diversidade, escolha e qualidade (MONTGOMERY, 1990).

Mais recentemente, algumas cidades têm fundido a política cultural com o planeamento urbano com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos visitantes e residentes (BIANCHINI *et al*, 1998²⁹). Neste sentido, o planeamento cultural tem sido essencial para a formação de uma cidade de sucesso económico, especialmente numa cidade que espera ser competitiva numa rede global de “cidades criativas” (LANDRY 2000; FLORIDA, 2002)³⁰, além de assumir uma posição importante em democratizar³¹ a política e os processos de alocar recursos (EVANS, 2001: 222).

Assim, o planeamento cultural, como enquadramento para o desenvolvimento cultural urbano, apresenta as seguintes características (BAEKER e CROTEAU, 2002):

- Evita a adopção de perspectivas com um ponto de orientação específico;
- Baseia-se no princípio da democracia e de desenvolvimento comunitário (criação de relações entre organizações e integração de diversos interesses da comunidade);
- Os recursos culturais são uma construção central do paradigma cultural;
- Ponto médio entre a cultura como arte e património e a cultura como modo de vida;
- O significado simbólico representa uma linguagem familiar ao nível local e é uma nova linguagem que coincide com novas perspectivas na cultura.

²⁹ in MONTGOMERY, 1990.

³⁰ in GIBSON e STEVENSON, 2004: 2.

³¹ Um dos desafios do Séc. XXI consiste em democratizar o processo cultural e criar transparência na produção de espaços urbanos (MILES *et al*, 2000) (in GARCIA, 2004).

O planeamento cultural adequa-se bem ao nível local, pois os resultados são imediatos, existindo grandes oportunidades para negociar entre os vários interesses dos grupos, "stakeholders", e um território específico (BAEKER e CROTEAU, 2002).

De salientar, contudo, no contexto português, a existência de uma grande fragilidade da governança ao nível local, que torna complexa a implementação de novas formas de regulação a nível local, a saber: 1) carência de uma gestão moderna democrática, eficaz e eficiente dos recursos locais; 2) falta de capacidade de inovação de procedimentos e de modelos de intervenção social; e 3) quando essa inovação existe, não é convenientemente divulgada no que deveria consistir o marketing sócio-territorial (RODRIGUES, 2005: 26-28).

Isto afecta a forma como a cidade é governada e gerida, como são criadas as oportunidades e como uma cultura empresarial pode encaixar no modo como a cidade funciona adequadamente.

3. PARADIGMAS DA POLÍTICA URBANA

As tendências recentes de urbanização, caracterizadas pela expansão urbana e dispersão do território, dão origem a novas relações e centralidades, colocando novos desafios aos instrumentos de gestão territorial.

O modelo de planeamento e regulação urbanística, associado a um projecto racional e programável, condicionado pelo papel do Estado e das políticas públicas, não se encontra, mais, adequado às tendências recentes de urbanização (CABRAL, 2005). Assiste-se a tensões entre níveis institucionais e espaços de regulação, representados pela relação entre “estrutura” e “acção”³² e entre sistemas e práticas de planeamento, sendo imperativo articulá-los de modo a garantir a eficácia do sistema da governança (*ibid*).

Os desafios referem-se à capacidade de percepção destas tendências e ao papel dos sistemas e práticas de governo e de gestão territorial que não passam pela simples conformação a novos padrões de procura e desregulação e flexibilização de normas e procedimentos institucionais e administrativos (CABRAL, 2005).

Com a crise do Estado-Providência, a partir de meados dos anos 70 do Séc. XX, o planeamento e as políticas públicas assumem o papel de estratégia e de controlo, distanciando-se das preocupações do desenho da contenção ou expansão urbana, entretanto “adoptadas” pelos investidores e promotores imobiliários (CABRAL, 2005), sem uma integração adequada com a estrutura urbana.

O sector privado intervém cada vez mais no desenvolvimento urbano, associado maioritariamente a projectos “económicos”, de valorização fundiária, em detrimento da

³² A relação entre estrutura (structure) e acção (agency) desenvolvida na teoria da “estruturação” de Giddens (1984) tem origem na concepção Marxista de dinâmica das relações sociais de produção, determinada por forças estruturantes em detrimento da actividade e do papel dos agentes. Para Giddens o conceito de estrutura consiste numa rede de relações que condicionam e determinam o contexto em que vivemos, condicionadas pelas acções de agentes representados por culturas e identidades (CABRAL, 2005).

construção de urbanidade³³. A administração pública e o planeamento devem-se articular com os interesses da sociedade e do mercado com base em sistemas de governança (CABRAL, 2005). O processo de planeamento numa cidade resulta da política (de ordenamento e de desenvolvimento) e das políticas (para implementação da política e dos planos). Este processo deverá ser claro e transparente, assegurando a legitimidade do sistema de governança.

Nos últimos 20 anos, um dos desenvolvimentos centrais na governança local do espaço urbano e das populações é a aceitação geral de que o acesso aos recursos culturais é central no sucesso de estratégias e projectos de desenvolvimento urbano (GIBSON e STEVENSON, 2004: 1).

Paralelamente, e como resultado dos efeitos negativos dos projectos “económicos” na vivência urbana, a cultura é cada vez mais valorizada e integrada nos processos de regeneração urbana e na política das cidades (GARCIA, 2004). A relação entre cultura, lugar e economia é um assunto de interesse crescente, desde que o papel de factores “soft” e “intangíveis” tornou-se significativo no desenvolvimento urbano económico (WONG, 1998 e 2001³⁴).

As cidades sempre tiveram um papel privilegiado como centros de actividade cultural e económica, gerando simultaneamente cultura na forma de arte, ideias, estilos e atitudes e induzindo elevados níveis de inovação (SCOTT, 1997³⁵).

No entanto, o desenvolvimento das políticas culturais como elemento de governança tem sido lento e pouco consistente. Os grandes investimentos utilizados para produzir eventos culturais e infra-estruturas não são precedidos de uma avaliação

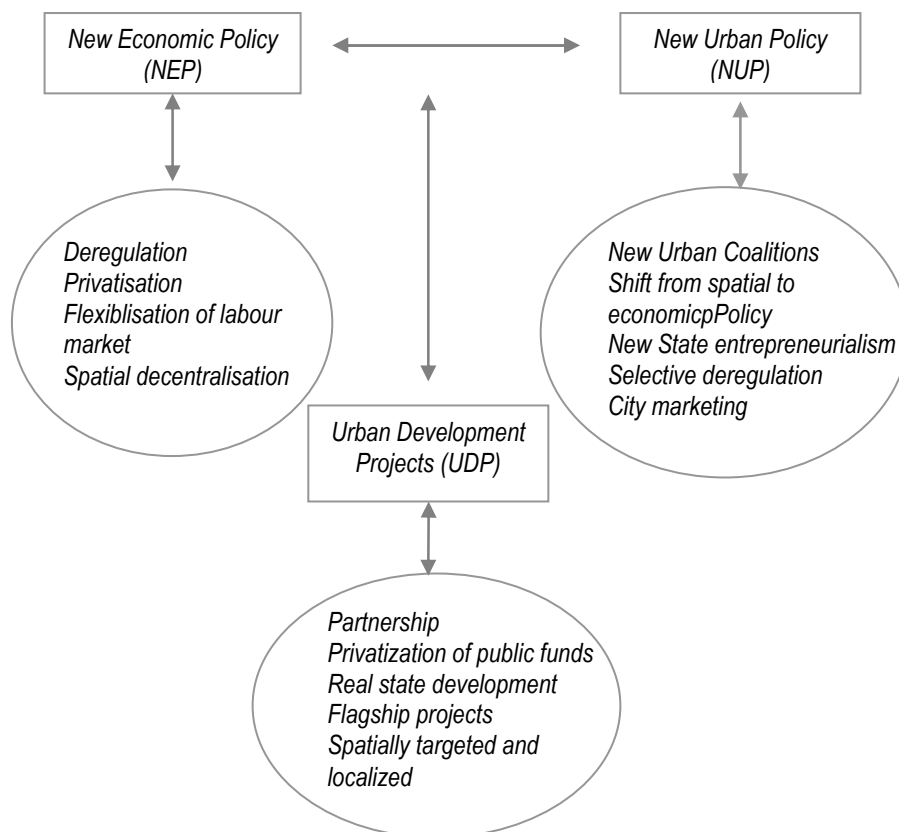
³³ O grau de urbanidade depende do grau de vitalidade urbana presente (JACOBS, 1961).

³⁴ in DEFFNER e METAXAS, 2003: 1.

³⁵ in DEFFNER e METAXAS, 2003: 1.

coerente de estratégias e de longo prazo para a cultura, com o objectivo de assegurar uma distribuição equilibrada de benefícios sociais e territoriais (GARCIA, 2004).

SWYNGEDOUW *et al* (2002) caracterizam projectos de desenvolvimento urbano da seguinte forma:



Fonte: SWYNGEDOUW *et al*, 2002.

Figura 2.1 – Relação entre NEP, NUP and UDP.

Neste contexto, este capítulo irá abordar as seguintes questões: 1) novas condições para a regulação do urbanismo; 2) o desenho urbano como instrumento do planeamento e os novos padrões de transformação do espaço público e; 3) a cultura como elemento do desenho urbano, portador de autenticidade.

3.1. Regulação do urbanismo e governança

O urbanismo racionalista, orientado sobretudo para a regulação física da expansão urbana, caracteriza a política urbana do período pós II Guerra Mundial até à

crise dos anos 70 do Séc. XX. VENUTI (1997)³⁶ denomina os planos deste período como “Planos de 2ª Geração”; estes planos são instrumentos de regulação do uso do solo e de infra-estruturação básica; são enquadradores urbanos das políticas sociais e de previsão das infra-estruturas, apoiando-se sobretudo na capacidade de investimento público (Estado-Providência) (DOMINGUES, 1996). Caracterizavam-se por uma intervenção de tipo normativa, tecnocrática, rígida e com um quadro regulamentador claro; o zonamento, como critério de uso do solo, constitui o instrumento produtor da forma urbana (DOMINGUES, 1996).

A crise do urbanismo racionalista resulta das grandes rupturas provocadas pela crise do “Fordismo”³⁷ e do “Estado-Providência” designadamente: 1) desindustrialização (desemprego, degradação ambiental das áreas industriais, marginalidade); 2) internacionalização (desajustamento entre o quadro local de incidência das políticas e a regulação internacional do sistema económico, polarização entre cidades que funcionam como “portas/nós” do relacionamento internacional e cidades que ficam limitadas à sua influência regional e nacional, importância das condições logísticas); e 3) terciarização (complexificação dos processos de produção e de distribuição, recentragem urbana explicada por processos de aglomeração, importância crescente das condições imateriais – informação, I&D, inovação, importância das indústrias de serviço de base urbana – turismo urbano e de negócios, indústrias de cultura e lazer) (DOMINGUES, 1996).

O plano, antes um instrumento de regulação da expansão física da cidade e do uso do solo, enquadra agora também objectivos de promoção económica de modo a atrair investimentos e produzir externalidades urbanas, resultando numa nova filosofia

³⁶ in DOMINGUES, 1996.

³⁷ O modelo de desenvolvimento denominado por Fordismo acreditava na construção da sociedade e da cidade modernas, articulando, de modo integrado e planeado, forma urbana com desenvolvimento e infra-estruturação tecnológica e social (CABRAL, 2005).

de planeamento de raiz empresarial (DOMINGUES, 1999). Os “Planos de 3ª Geração” (VENUTI, 1987)³⁸ são, como refere PORTAS (1992)³⁹, os planos dos “rrr” (renovação, recuperação, revitalização), ou seja, são planos de “transformação” de um urbanismo “intensivo”, enquadrador das transformações da base económica urbana (DOMINGUES, 1996).

Esta política urbana reflecte-se em intervenções fragmentárias e emblemáticas (projectos), muitas vezes descontextualizados de uma intervenção articulada com a aglomeração urbana no seu conjunto (DOMINGUES, 1996).

O reforço da competitividade urbana constitui o principal objectivo da nova filosofia do planeamento estratégico urbano. As vantagens competitivas derivam das especificidades das cidades, com capacidade de resposta e adaptação às mudanças realizadas num contexto de crescente imprevisibilidade e num quadro de regulação cada vez mais internacional (DOMINGUES, 1996). No entanto, o planeamento urbano não se pode reduzir exclusivamente à valorização das vantagens competitivas (contextualizadas de forma economicista); e o carácter persuasivo e encantatório que acompanha o marketing do planeamento estratégico (com critérios de discricionariedade justificados pelo grau de eficiência e de rendibilidade) não se pode substituir a um verdadeiro processo de participação e de legitimação social dos planos e das intervenções (DOMINGUES, 1996). Ou seja, o modelo de regulação deverá integrar claramente as dinâmicas dos agentes e dos actores – sociais, culturais e económicos – que intervêm na construção urbana (CABRAL, 2005).

Existe uma relação histórica entre o desenvolvimento das cidades e das formas urbanas e a intervenção do Estado, central ou local, explicitamente através de planos desenhados e implicitamente através dos investimentos públicos em infra-estruturas e

³⁸ in DOMINGUES, 1996.

³⁹ in DOMINGUES, 1996.

equipamentos; ou influenciando a localização de actividades económicas e dos centros de decisão e administrativos (CABRAL, 2005).

Há uma evolução do quadro regulador sectorial para instrumentos mais integrados e compreensivos em relação aos interesses públicos e privados procurando garantir a participação, avaliação e compensação no processo de planeamento (CABRAL, 2005). No entanto, face à morosidade dos processos verifica-se uma utilização de medidas de excepção e de formas de negociação directa entre a administração, promotores e proprietários para viabilizar empreendimentos, públicos ou privados, em detrimento da adopção dos instrumentos legais. Neste contexto, as "políticas", a "acção" e a prática do planeamento é valorizada em prejuízo da definição e consolidação da "política", da "estrutura" e do sistema que lhe dão enquadramento (CABRAL, 2005). No entanto, o papel do Estado, através do planeamento e das condições de regulação, é determinante para a construção de melhor urbanismo (CABRAL, 2005).

De um modo geral, o "novo urbanismo", ao contrário do "urbanismo clássico", caracteriza-se por uma maior instabilidade, por um planeamento negocial, participativo e mais operativo, pela existência de instrumentos informais, por uma maior flexibilidade e adaptabilidade, pela ocorrência de projectos específicos para partes da cidade (DOMINGUES, 1996).

Apresenta-se de seguida uma breve evolução da política urbana e dos instrumentos de planeamento em Portugal. Por um lado, existe um quadro regulador da transformação e uso do solo; por outro lado, as políticas da administração pública que influenciaram e influenciam o desenvolvimento do espaço económico e nacional (CABRAL, 2002).

O quadro regulador caracteriza-se inicialmente pela existência de instrumentos com a preocupação de controlar a expansão urbana (planos), evoluindo para instrumentos de gestão territorial mais integrados e descentralizados, adequados a estruturas mais abertas e que procuram garantir a participação alargada dos cidadãos e das comunidades (CABRAL, 2002).

Paralelamente, os momentos chave das transformações políticas e económicas – Estado Novo, liberalização do regime ditatorial, revolução democrática e período de transição, e consolidação da integração no espaço económico e político europeu – têm cada vez mais efeitos directos e significativos sobre o espaço urbano. O papel do Estado, através de fundos comunitários, continua a garantir a capacidade de intervenção do governo central, através de projectos de qualificação urbana (projecto urbano da Parque Expo e Programa POLIS) com carácter emblemático, cujo processo de participação dos agentes e actores locais, é ultrapassado pela aceitação das condições de um projecto de investimento de grande dimensão (CABRAL, 2002).

Neste contexto, existe, por um lado, a pressão do “marketing urbano” e o desenvolvimento urbano e económico de grande visibilidade, e por outro, o dever da participação e legitimidade social.

3.1.1. A importância dos planos e a afirmação de projectos de desenvolvimento urbano

O urbanismo surgiu em Portugal, à semelhança de outros países Europeus, na segunda metade do Séc. XIX, com a criação dos Planos Gerais de Melhoramentos. No início do Séc. XX o urbanismo caracterizava-se pela influência do movimento moderno. A modernidade impôs novas necessidades na organização do ensino, levando ao

aparecimento de edifícios públicos apropriados⁴⁰, construídos segundo princípios “higienistas”. Do ponto de vista urbano os novos edifícios vão ao encontro de uma lógica urbanística que concilia a necessidade de abrir novas áreas de expansão, com a necessidade de crescimento, salubridade e higiene; as novas frentes urbanas mantinham com a cidade existente uma relação de continuidade; nas cidades com um maior crescimento, fora da cidade consolidada, os novos edifícios, eram um elemento de articulação (PISCO, 2006).

Os Planos Gerais de Melhoramentos (1864 a 1934) centram-se na prescrição de regras para a sistematização de novas ruas e sua infra-estruturação, para a edificabilidade dos lotes e salubridade das construções, através do alinhamento dos edifícios e características das vias (largura mínima de dez metros e declive máximo de sete metros), de modo a assegurar boas condições para circulação de veículos e cércias que permitissem condições de luz e ventilação (GONÇALVES, 1989; LOBO, 1995; GASPAR, 2006). Paralelamente, definiram-se regras de gestão de solo de forma a garantir a execução dos arruamentos; estabeleceu-se a obrigatoriedade de construir ao longo das vias existentes, acertando os limites das propriedades com os alinhamentos fixados.

Estes planos não deixaram marcas evidentes na fisionomia dos centros urbanos. Em 1934 é instituído, por Duarte Pacheco, através do Decreto n.º 24802 de 21 de Dezembro, o Plano Geral de Urbanização (e de Expansão, acrescentado em 1944 – DL n.º 33921 de 5 de Setembro de 1944) das sedes dos municípios e localidades com uma população superior a 2500 habitantes que apresentassem um crescimento superior a 10% entre dois recenseamentos consecutivos, em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social,

⁴⁰ Em Portugal, o Liceu Nacional de Aveiro (1860) é o primeiro edifício construído para o efeito, integrado no período de desenvolvimento que o “fontismo” introduziu a partir de meados do Séc. XIX (PISCO, 2006).

da higiene e da viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes. A sua elaboração constituía uma garantia contra a inércia dos municípios, conferindo a estes poderes para transformar o território, como agentes activos e intervenientes, através de uma política de solos⁴¹ (GONÇALVES, 1989; LOBO, 1995).

O DL n.º 21697 de 19 de Setembro de 1932 refere que a realização de planos de urbanismo considerados melhoramentos urbanos ocupando-se das áreas com edifícios notáveis, e não com a organização global da cidade existente ou futura, seriam da responsabilidade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (GASPAR, 2006: 42).

O Antepiano de Urbanização (DL n.º 35931 de 4 de Novembro de 1946) marca o termo da política urbanística de Duarte Pacheco e o início da actividade legislativa dos recém-criados serviços estaduais; em termos práticos, os urbanistas apresentavam em primeiro lugar antepianos pormenorizados, os quais, depois de apreciados pelas entidades e serviços competentes, serviam de base aos projectos definitivos dos planos gerais de urbanização. No entanto, os estudos que atingem a fase de antepiano já definiam linhas gerais de arranjos urbanísticos que convinha fazer cumprir até à conclusão definitiva dos estudos (GONÇALVES, 1989).

A substituição do Plano Geral de Urbanização pelo Antepiano “privou” os municípios da possibilidade de aplicarem uma efectiva política fundiária; os municípios não possuíam os instrumentos necessários, enfrentando dificuldades na implementação dos seus planos e no combate aos efeitos perversos dos mesmos, designadamente: a construção é feita na periferia da área abrangida pelos planos (LOBO, 1995). Os Planos Gerais de Urbanização que conferiam às câmaras poderes para assumirem a transformação dos seus territórios como agentes activos, através de

⁴¹ Como forma de persuadir a elaboração destes planos, a administração central limita aos municípios a possibilidade de expropriar no caso de não disporem de plano aprovado (GASPAR, 2006: 42).

uma real política, são reduzidos a documentos orientadores da actividade dos particulares e de uma gestão passiva do espaço urbano (GASPAR, 2006: 47).

Entre 1944 e 1954 são produzidos cerca de três centenas de estudos de Anteplos de Urbanização, dos quais cerca de metade são aprovados; estes planos caracterizam-se por "planos-imagem", correspondendo a uma época em que ainda não existia a noção das incertezas na evolução urbana, não permitindo fixar programas definitivos. Inicialmente, o planeamento urbano interessou-se pela manipulação dos espaços adaptados, ocupando-se da disposição das ruas e edifícios, dos jardins e parques, da relação entre a volumetria das construções, apelando a um modelo físico que pudesse desenhar-se de forma idêntica à de um edifício (LOBO, 1995).

Estes planos dão grande ênfase aos equipamentos, identificados com o progresso e o desenvolvimento, e com a integração do cidadão numa vida colectiva, pelo que os urbanistas propõem uma vasta gama de serviços sociais para qualquer aglomerado, independentemente das reais necessidades locais (LOBO, 1995).

A ineficiência do "plano-imagem" decorrente da sua rigidez conduziu à sua substituição pelo "plano-gestão" (a partir de 1954) mais flexível e susceptível de adaptação durante a implementação, o que na época se restringia ao zonamento e ao regulamento (LOBO, 1995).

A década de 60 do Séc. XX é marcada por rupturas entre políticas urbanas e necessidades sociais, reveladas na proliferação de formas de habitação clandestina e na incapacidade do Estado em responder à carência de alojamento e controlar os promotores privados que construíam nas periferias densificadas (GASPAR, 2006: 51).

O papel do Estado no desenvolvimento do espaço económico é formalizado através dos investimentos previstos nos Planos de Fomento (entre 1953 e 1973). Simultaneamente, são criados novos instrumentos de regulação: legislação relativa aos

novos planos gerais de urbanização e planos de pormenor (PP) (DL n.º 560/71 e n.º 561/71, de 17 de Dezembro), a loteamentos urbanos (DL n.º 46673, de 29 de Novembro de 1965, revogado pelo DL n.º 289/73, de 6 de Junho) e a Lei de Solos (DL n.º 576/70, de 24 de Novembro) (GASPAR, 2006: 51).

Mas, o declínio do regime marcado pela Guerra Colonial e o Governo de Marcelo Caetano (1968 a 1974) de abertura neocapitalista resultaram na perda da autoridade do Estado, no enfraquecimento da intervenção pública e no aumento da sua incapacidade em ordenar o território. Neste contexto, PP e loteamentos não serão mais do que abstractas disposições no solo de blocos, torres, edifícios, vias, equipamentos e espaços verdes, sem forma e sem conteúdo. Esta situação prolongou-se e acentuou-se após a revolução de 1974, com uma menor intervenção pública e a entrega de tutelas urbanísticas a autarquias com serviços insuficientes. Soma-se a elaboração de planos sem planeamento, destinados apenas a legalizar compromissos, onde a composição moderna e operacional é a resposta fácil à resolução dos projectos (LAMAS, 1992).

Segundo MENDES⁴² (1990), a legislação relativa a loteamentos teve como objectivo disciplinar e fiscalizar a iniciativa privada cuja acção sobre o território resultava num somatório de iniciativas (legais e ilegais) descoordenadas que aconteciam num quadro de incapacidade dos instrumentos de planeamento existentes (Planos de Urbanização); a aprovação ficava dependente de licença municipal e de parecer da administração central; mas os municípios podendo aprovar as propostas de iniciativa privada isoladamente, desinteressam-se pela realização do PU.

Com as novas regulamentações relativas a Planos Gerais de Urbanização (DL n.º 560/71 e n.º 561/71, de 17 de Dezembro) o circuito passou a ser mais complexo e moroso. A maior inovação introduzida por estes regulamentos é a figura dos PP a

⁴² in GASPAR, 2006: 51.

elaborar e a aprovar pelos municípios (GASPAR, 2006: 52-54). Contudo, a falta de capacidade financeira e técnica para suportar a expansão urbana impede a realização de muitos PP aprovados (GASPAR, 2006: 52-54). O DL n.º 561/71 veio impedir qualquer expropriação que não estivesse inserida num Plano Geral de Urbanização, num Plano Parcial de Urbanização ou num PP aprovado (GASPAR, 2006: 52-54).

Em 1969 foi criado o Fundo de Fomento de Habitação (FFH), com o objectivo de promover habitação económica, resultando em grandes intervenções habitacionais de iniciativa estatal dominadas pelos Planos Integrados (Aveiro, Setúbal e Zambujal). Os planos mais marcantes são os de Setúbal (de Charters Monteiro) e Aveiro (de Alberto Oliveira e José Semide). Em ambos se retoma a ideia de fazer grandes partes de cidade recorrendo a formas e espaços tradicionais, porém rigorosa e racionalmente geometrizadas. Este é o resultado do modo de produção do FFH que impunha programas, pouco "integrados", de habitação sem serviços, gerando bairros destituídos de actividades e com uniforme composição sócio-económica, o "bairro-dormitório para classes desfavorecidas" (LAMAS, 1992).

O Plano Director Municipal (PDM) é apontado como instrumento fundamental da gestão autárquica pela Lei das Atribuições e Competências das Autarquias (Lei n.º 79/77 de 25 de Outubro), mas só é regulamentado pelo DL n.º 208/82 de 26 de Maio, o qual define as orientações que permitem a plena utilização do PDM como instrumento do ordenamento do território e a sua operacionalidade.

A Lei de Bases Ordenamento Território e do Urbanismo (LBOTU) (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) assume-se como um elemento fundamental no enquadramento administrativo do processo de ordenamento do território português e para a consolidação de um sistema urbano mais equilibrado. Apresenta como objecto (Artigo 2.º): "a) *A definição do quadro da política de ordenamento do território e de*

urbanismo, bem como dos instrumentos de gestão territorial que a concretizam e b) A regulação, no âmbito da política de ordenamento do território e de urbanismo, das relações entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com as populações e com os representantes dos diferentes interesses económicos e sociais”.

Ocorre uma evolução de um quadro regulador sectorial e departamental para instrumentos de gestão. Além da LBOTU de referir o Plano Regional Ordenamento Território (PROT) (DL n.º 176-A/88), a Reserva Agrícola Nacional (RAN) (DL n.º 196/89), os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) (DL n.º 69/90); a Reserva Ecológica Nacional (REN) (DL n.º 93/90); a Rede Nacional de Áreas Protegidas (DL n.º 19/93); os Planos Especiais Ordenamento Território (PEOT) (DL n.º 151/95), o Regime Jurídico Instrumentos Gestão Territorial (RJIGT) (DL n.º 380/99, alterado pelo DL n.º 310/2003, de 10 de Dezembro), o qual define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

Antes da década de 90 do Séc. XX, para além da elaboração dos PDM, da criação das ADUP e ACP⁴³, foram formalizados programas específicos (de carácter financeiro) para operacionalizar as intervenções de reconversão e reabilitação urbana previstas – PRID, RECRIA, PRAUD⁴⁴ – destinada a apoiar as câmaras municipais (GASPAR, 2006).

A chegada dos fundos europeus obriga a administração pública a rever os principais instrumentos da política urbana, tendo sido integrados uma série de programas. Quatro iniciativas recentes tiveram importância mais directa e significativa

⁴³ As Áreas de Desenvolvimento Prioritário (ADUP) e as Áreas de Construção Prioritária (ACP) são dois instrumentos criados pelo DL n.º 152/82 de 3 de Maio com o objectivo de produzir solos urbanizados em locais apropriados e em tempo oportuno.

⁴⁴ PRID - Programa de Recuperação de Imóveis Degradados; RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados; PRAUD - Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas.

– os planos estratégicos no âmbito do PROSIURB (1994)⁴⁵, os programas URBAN/PROCOM⁴⁶ e a Intervenção Operacional Renovação Urbana (IORU), o projecto urbano da Parque Expo e o Programa POLIS⁴⁷ para as cidades. Os três primeiros são programas cujos objectivos de desenvolvimento social e económico se concretizam na base de candidaturas e de projectos submetidos pelas autarquias. A concretização destes programas e a viabilização destes objectivos estão dependentes da elaboração de planos com incidência territorial no âmbito dos quais são definidos e formalizados projectos. Por outro lado, o projecto urbano da Parque Expo e o Programa POLIS para as cidades reflectem decisões políticas sobre projectos de investimento de qualificação urbana com uma componente física muito forte com impactos directos na valorização fundiária (CABRAL, 2002).

Os planos estratégicos para as cidades médias, embora de qualidade desigual, criaram uma dinâmica de participação e de mobilização, colocando a componente da competitividade entre cidades e de afirmação para o exterior como um dos principais objectivos na definição das propostas estratégicas.

Os projectos de desenvolvimento, com carácter emblemático e de grande visibilidade, formulados em função das prioridades políticas (Programa POLIS) dão lugar ao processo de planeamento e ao plano, pondo em causa o empobrecimento da democracia local, a competitividade dos espaços menos centrais e da oportunidade em promover a inovação potenciada pela interactividade e interculturalidade. A

⁴⁵ PROSIURB - Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM (Despacho 6/94 de 26 de Janeiro). Tem como finalidade "apoiar, especialmente, o desenvolvimento de centros urbanos que desempenhem um papel estratégico na organização do território nacional, dotando-os de equipamentos e infra-estruturas de apoio ao dinamismo económico e social", no sentido de renovar as cidades e promover a sua qualidade de vida.

⁴⁶ PROCOM - Programa de Apoio à Modernização do Comércio.

⁴⁷ Programa POLIS - Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (RCM n.º 26/2000 de 15 de Maio). Evidencia através da sua componente 1 (operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental), a importância que continua a ser atribuída às cidades de média dimensão para o reordenamento e consolidação do sistema urbano. Valoriza o planeamento estratégico na abordagem da problemática da organização dos sistemas urbanos territoriais.

mobilização de capital e uma significativa capacidade organizadora e administrativa necessária à implementação do projecto, e não o objectivo de qualificação a atingir, passam a ser a questão crítica de todo o processo (CABRAL, 2002).

3.1.2. Participação e legitimidade social

"A key issue for contemporary societies is therefore how to transform the machinery of formal government and politics to enable a sustainable and supportive interaction between government activity, everyday life and the biosphere." (HEALEY, 1997: 213)⁴⁸

LINDBLOM (1975)⁴⁹ sublinha a importância da interacção social na formação de políticas e na resolução de problemas, em detrimento da acção intencional de uma entidade "superior". Neste sentido, WEBER (1978)⁵⁰ refere que um estilo de planeamento eficaz não precisa de planos que apresentem respostas "justas" e "correctas", mas antes procedimentos que possam ajudar numa política pluralista.

O sistema de governança é representado e representativo dos interesses da sociedade. Neste sentido, a administração pública deve assegurar os interesses da sociedade e do mercado e as condições de representação de defesa dos respectivos interesses no desenho das políticas e no processo de planeamento (CABRAL, 2005). Neste âmbito, de salientar que as funções de uma cidade mantêm-se intrinsecamente ligadas à sua sociedade (WEESEP, 1997). Segundo CASTELLS (2000: 127), a sociedade significa um sistema de valores, normas e relações sociais possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e de transformação.

HEALEY (1997: 284-314)⁵¹ propõe a adopção de um modelo sistémico e institucional de planeamento em colaboração, permitindo enquadrar o papel dos vários agentes ("stakeholders"), ou seja, reunir as condições para a governança, assegurando

⁴⁸ in CABRAL, 2005.

⁴⁹ in CABRAL, 2006: 95.

⁵⁰ in CABRAL, 2006: 99.

⁵¹ in CABRAL, 2005.

a obtenção de consensos e colaboração entre as diferentes partes e interesses (CABRAL, 2005). Neste sentido, lidar com a diversidade e distinção local criando diálogo e consensos são, hoje, aspectos chave no desenvolvimento das cidades. A democracia e a governança local são entendidas como uma parte integrante de qualquer estratégia de regeneração urbana (HAMBLETON e THOMAS, 1995).

As políticas de regeneração urbana, incidindo na cidade consolidada e na valorização patrimonial, têm ocupado um papel central, cuja legitimação social e política tem sido mais favorável junto da opinião pública (PORTAS *et al*, 2003: 81):

- Revitalização dos centros históricos, reforçada pela tendência da patrimonialização, da identidade e dos sectores económicos em expansão nas áreas do turismo e cultura;
- Urbanismo comercial, ou a intervenção no parque residencial vazio e/ou degradado, tentando inverter a crise do pequeno comércio e a fuga da população residente;
- Revitalização de edifícios e conjuntos que se tornaram obsoletos, particularmente nas frentes de água e outros locais de forte valor simbólico, ajustáveis aos projectos de excelência, de forte visibilidade e impacte social;
- Maior atenção dada ao espaço público após as modificações induzidas pelo automóvel e pelas novas vivências urbanas.

Na maioria das economias desenvolvidas, o actual objectivo consiste em promover o “regresso à cidade” (GALDINI, 2005), sendo imperativo promover a participação da população local no desenho da cidade, assegurando a qualidade de vida e a identificação dos indivíduos⁵² com o respectivo local. Segundo INDOVINA⁵³ os

⁵² Tal como refere ALVES (2003: 120) o reforço da identificação dos indivíduos com um espaço é tanto mais eficaz quanto maior a participação de uma comunidade na manutenção e gestão desse espaço.

indivíduos têm de se identificar com a cidade sobretudo numa altura em que a mobilidade e a fragmentação urbana levam à crise do sentido de pertença de uma comunidade demasiado vasta e difusa.

A participação da população é importante na definição da “linguagem” para comunicar e na criação de imagens. CHOAY (1986: 173) refere que é necessário alterar a ideia de “linguagem da cidade” para uma compreensão de “linguagem na cidade”. Neste âmbito, KNOX (1982: 294) argumenta que é importante não só saber que o ambiente urbano tem significado mas também saber quem está a comunicar, para quem e qual o objectivo.

A criação de imagens pode estabelecer a própria identidade do lugar. Ou seja, se toda a população participa na produção da imagem todos podem sentir algum sentimento de pertença a esse lugar (HARVEY, 1989b⁵⁴). A imagem da cidade pode ser “moldada”, de acordo com as preferências da população e significados, o que afecta os mesmos, e como alteram e se desenvolvem, tornando-a mais agradável, com significado e viva (NASAR, 1998: 138).

Neste contexto, a criação de uma imagem deve contribuir para uma clara interpretação da mesma, facilitando a percepção e leitura do espaço público. Este deverá ser um dos objectivos do marketing urbano.

⁵³ in FERREIRA, 1999.

⁵⁴ in GOSPODINI, 2002.

3.1.3. Imagem e marketing urbano

"Es la imagen que permite a los ciudadanos identificar-se con su pasado e presente como una entidad cultural, política y social. Los espacios privilegiados de los monumentos como marcas en el tejido de la ciudad..." (A. Vidler, 1992⁵⁵)

As iniciativas relacionadas com a imagem⁵⁶ são um elemento central no processo de regeneração urbana de muitas cidades industriais antigas (BIANCHINI, 1993; BOYLE e HUGHES, 1991⁵⁷), já que é a partir da imagem que a "nova" cidade é divulgada e promovida. Aliás, as imagens da cidade são centrais para a maioria das discussões do pós-modernismo⁵⁸ e consumo do lugar (SELBY, 2004: 103), nomeadamente quando a cidade se torna num produto.

KOTLER *et al* (1993) definem imagem de um lugar como *"a soma de crenças, ideias e impressões que as pessoas têm sobre um determinado local"*, argumentando ainda que uma imagem representa uma simplificação de toda a informação relacionada com um local (AVRAHAM, 2004).

Relacionado com a imagem e a economia das cidades de referir o marketing urbano, o qual, segundo DUNN *et al* (1995)⁵⁹, pode ser visto como uma regeneração da identidade urbana ou a criação de novas formas de identidade. Todo o marketing urbano tenta melhorar a imagem das cidades.

Existem diferentes tipos de imagens, incluindo imagens projectadas e recebidas (KOTLER, HAIDER e IRVING, 1993⁶⁰). Imagens projectadas podem ser entendidas como ideias e impressões de um lugar disponíveis para consideração das pessoas:

⁵⁵ in BORJA e MUXI, 2003: 46.

⁵⁶ O conceito de imagem está carregado de ambiguidades, surgindo associado a: 1) estratégias publicitárias e práticas de consumo; 2) atitudes e estilos de vida dos indivíduos; ou 3) suas memórias e expectativas (HANNERZ, 1980; LYNCH, 1988 in FORTUNA, 1999: 53).

⁵⁷ in BRAMWELL e RAWDING, 1996: 202.

⁵⁸ Em termos de estética, o pós-modernismo relaciona-se com o aumento dos media, através de, nomeadamente, fotografia e sistemas de comunicações electrónicas globais (BISHOP, 1992: 5 in SELBY, 2004: 103).

⁵⁹ in AVRAHAM, 2004.

⁶⁰ in BRAMWELL e RAWDING, 1996: 202.

estas podem ser criadas conscientemente ou emergir sem planeamento deliberado; chegam ao consumidor através de uma transmissão ou processo de difusão a partir de vários canais de comunicação, os quais podem alterar o carácter da mensagem. As imagens recebidas resultam da interacção entre mensagens projectadas e necessidades, motivações, conhecimentos, experiências, preferências e outras características pessoais (BRAMWELL e RAWDING, 1996: 202). Na leitura das cidades é importante ter em linha de conta esta diferença, já que muitas vezes as imagens “recebidas” não correspondem às imagens “projectadas”.

Neste âmbito, a criação de uma imagem é uma ferramenta de apoio, assegurando dois aspectos essenciais: 1) manter a identidade e distinção forte da cidade (TWIGGER-ROSS e UZZEL, 1996) ou 2) melhorar uma identidade fraca de uma área, tornando-a forte e competitiva. Quando necessário, a imagem tem como objectivo “limpar” eventuais visões negativas da cidade.

Uma imagem com sucesso inicia-se com a sua análise entre a população-alvo, estando na base de uma campanha de marketing, ao longo da qual o orgulho e entusiasmo dos residentes sobre o processo de alteração devem ser cultivados (AVRAHAM, 2004). Este processo de acordo com KOTLER *et al* (1999) refere-se à “gestão estratégica da imagem” a qual, consiste na busca da imagem do local entre as populações-alvo, clarificando as vantagens, examinando os factores que influenciam a imagem, “oferecendo” mensagens relevantes para diferentes audiências (DEFFNER, 2005).

A imagem que uma comunidade tem de si própria e do seu próprio território resulta de um longo processo de sedimentação, dependendo do modo como é observado e do contacto de diferentes ângulos (FIORENTINO, 2002: 241), resultando na imagem pessoal do lugar (ASHWORTH e VOOG, 1990; BURGESS e GOLD, 1985;

GARTNER, 1993; LAWSON e BAUD-BOVEY, 1977)⁶¹. As imagens da cidade são, hoje, um objecto de análise transversal, tantas são as perspectivas que nele se cruzam e frutificam mutuamente (FORTUNA, 1999: 103).

O trabalho futuro relativo às imagens da cidade deverá analisar as alterações estruturais subjacentes à sociedade e a sua manifestação nos problemas urbanos, alterando as relações de poder nas cidades e estratégias de regeneração (BRAMWELL e RAWDING, 1996: 217).

3.2. Desenho urbano, estrutura urbana e espaço público

Como resposta à competição global entre cidades (e partes das cidades), o desenho urbano e a qualidade do espaço público assumem um papel importante no desenvolvimento económico das cidades (VELIBEYOGLU, 1999).

Na era da globalização, a relação entre a economia e o desenho urbano é diferente. Enquanto durante séculos a qualidade do ambiente urbano era resultado do crescimento das cidades, hoje em dia, a qualidade do ambiente urbano tornou-se um requisito para o desenvolvimento das cidades (GOSPODINI, 2002: 60-62).

Numa economia global, na qual as cidades actuam como empresas e competem entre si para atrair investidores e turistas, a qualidade do espaço público torna-as distintas umas das outras. Aliás, os documentos estratégicos do turismo integram uma mistura de planeamento económico e físico, contendo este último, uma forte componente de desenho urbano (LAW, 1992).

Em sentido lato, o desenho urbano contribui para adaptar a cidade a esta alteração estrutural promovendo:

- uma nova organização espacial e projectando uma nova imagem que beneficie uma nova sociedade (MADANIPOUR, 2004: I-II);

⁶¹ in BRAMWELL e RAWDING, 1996: 202.

- a produção de uma paisagem urbana de prestígio e simbólica, em que os edifícios e os espaços abertos funcionam como limites – símbolos e imagens – reforçando a identidade espacial e, conseqüentemente, atraindo actividades de topo do sector dos serviços (GOSPODINI, 2002: 60-62).

A qualidade do espaço público⁶², através do desenho urbano, é um campo emergente que enfrenta três factores: 1) competição global; 2) sustentabilidade; e 3) declínio do “*public realm*” (VELIBEYOGLU, 1999).

3.2.1. Teoria do desenho urbano

Os objectivos e princípios que descrevem o desenho urbano podem ser agrupados em oito grandes grupos: 1) lugar; 2) densidade; 3) usos mistos e compatíveis; 4) escala humana e pedonal; 5) cultura humana, 6) “*public realm*”; 7) ambiente construído; e 8) ambiente natural (VELIBEYOGLU, 1999).

De acordo com *The Institute for Urban Design (IUD)*⁶³ o desenho urbano pode ser agrupado em seis grandes grupos: 1) preservação histórica e conservação urbana; 2) desenho para os peões; 3) vitalidade e variedade de usos; 4) ambiente cultural; 5) contexto ambiental; e 6) valores arquitectónicos. De referir que a procura de urbanidade baseada no “eclectismo” histórico pode tornar-se mal orientado quando ignora o contexto contemporâneo (VELIBEYOGLU, 1999).

Segundo ATTOE e LOGAN (1989) é possível distinguir quatro posições distintas na teoria europeia do “*urban design*” no Séc. XX:

⁶² O espaço público é importante devido a três motivos essenciais: 1) significado ecológico (a qualidade do ambiente construído terá implicações importantes na preservação do ambiente natural); 2) significado económico (a qualidade do ambiente construído é o factor chave que afecta significativamente a imagem local, regional e internacional) e; 3) significado social e cultural (a imagem da comunidade local torna-se mais significativa para atrair investidores e turistas) (VELIBEYOGLU, 1999).

⁶³ <http://www.instituteforurbandesign.org/>

- Funcionalista – o desenho, caracterizado por um planeamento ortogonal, tem como objectivo a sua utilidade, sendo o zonamento um elemento chave; integra factores naturais, sociológicos e económicos específicos de um determinado contexto cultural.
- Humanista – é um conjunto de intenções, técnicas e ideias de desenho resultantes de um grupo diverso de proponentes; as decisões baseiam-se nas necessidades dos utilizadores e não em conceitos; o carácter urbano resulta de uma mistura rica, a que Jane Jacobs refere como “complexidade organizada”; os humanistas acreditam que o futuro da cidade não precisa de ser muito diferente do presente, caso este seja satisfatório; qualquer alteração deve ser feita com base nos elementos pré-existentes.
- Sistemático – dá ênfase a elementos de larga escala e procura uma ordem geral para o espaço urbano; a chave para o sucesso do desenho urbano num mundo complexo consiste em organizar os sistemas e não edifícios individuais; a cidade é um sistema fechado de corredores de movimento e “armaduras” estruturais suportando habitações e outros usos.
- Formalista – valoriza arquétipos particulares ou configurações universais de espaço e forma urbana; o centro urbano é o significado e o símbolo da vida pública, tornando possível e dignificando actividades colectivas; consiste numa reflexão de tradições urbanas, evocativas e memoráveis. Os modelos satisfatórios para acomodar as necessidades humanas e criar o espírito existem no património cultural e urbano.

O desenho funcionalista é concebido como um modelo físico para a cidade; o desenho humanista como um assentamento estimulante para as actividades humanas;

o desenho sistémico como uma rede de comunicação; e o desenho formalista como uma incorporação de arquétipos urbanos (ATTOE e LOGAN, 1989).

O planeamento funcionalista impõe uma estrutura para a cidade começando numa análise a uma escala macro (as ruas são principalmente para os automóveis), enquanto que o planeamento humanista procura realizar e promover estruturas sociais pré-existentes analisando o impacte de elementos a uma escala micro em busca da familiaridade e do sentimento com e para as pessoas (as ruas tornaram-se lugares “amigáveis” para as pessoas) (ATTOE e LOGAN, 1989).

ATTOE e LOGAN (1998: 45) sugerem que o desenho urbano para os centros das cidades é mais adequado através de um processo de reacções catalíticas. Um elemento catalisador é um elemento urbano cuja forma resulta da cidade e por outro lado, “modela” o seu contexto. O catalisador não é um produto único e acabado, mas um elemento dinâmico que estimula e orienta o desenvolvimento; tem como objectivo o incremento e a regeneração contínua do tecido urbano (ATTOE e LOGAN, 1998: 45). O desenho catalítico é estratégico; baseia-se em fórmulas e programas, não em planos e desenhos específicos (ATTOE e LOGAN, 1998: 45).

O desenho urbano pós-moderno deve promover soluções a longo prazo para a produção de ambientes de uma vida melhor num contexto interdisciplinar (VELIBEYOGLU, 1999). De acordo com ATTOE e LOGAN (1989: XV) não são necessários novos modelos de desenho urbano, mas sim novas formas de integrar o desenho urbano nas alterações do processo económico e social.

3.2.2. Evolução das formas urbanas

A cidade hoje é dispersa, fragmentada e policêntrica, mas dominada pela presença física e simbólica da antiga cidade contínua (CARVALHO, 2003: 31).

A partir do Séc. XIX o território assistiu a processos de transformação urbana muito rápidos e profundos. Até aí, o traçado geométrico, formando quarteirões, era o paradigma da ordem e harmonia de qualquer cidade planeada. Com a revolução industrial e o "*laissez-faire*" ocorre a revolução tecnológica, permitindo o estender das infra-estruturas e a conseqüente dispersão do território (CARVALHO, 2003: 33).

Após a Segunda Guerra Mundial, quando se considera que o crescimento deve ser limitado e orientado para a criação de cidades novas articuladas entre si, um dos modelos adoptados foi o radioconcêntrico, expresso no conceito de "cidade jardim" protagonizado por Ebenezer Howard. Em alternativa, de acordo com a Carta de Atenas e a racionalização dos transportes, é criado o conceito de cidade linear, organizada em sequênciã e centrada nas estações.

Com o modernismo ocorre uma explosão de formas urbanas, surgindo vários modelos, diferentes entre si, mas todos recusando a cidade existente e defendendo um sistema hierarquizado de vias e uma separação funcional. O desenho urbano é substituído por zonamentos e índices urbanísticos, anulando as considerações morfológicas e produzindo cidades monótonas e pouco estimulantes – sem lugar para a surpresa, complexidade e emoção (CARVALHO, 2003).

Tanto na cidade tradicional como na urbanística formal, o alojamento e o edifício de habitação eram determinados pela forma urbana. Na cidade tradicional a dimensão e a organização do alojamento resultavam da forma do edifício e esta da forma do lote e da sua posição no quarteirão; para o urbanismo moderno a célula habitacional é o elemento-base de formação da cidade, agrupando-se para constituir edifícios e estes agrupam-se para formar bairros; ocorrem novas tipologias construtivas: o bloco, a torre, o conjunto, que determinarão as formas urbanas (LAMAS, 1992). O modelo permite projectar elementos quase independentes, menosprezando a importância do

espaço público. Tal possibilidade, articulada com os objectivos de lucro dos promotores e com um individualismo crescente na sociedade, transforma a cidade num somatório de peças soltas, sem solução de conjunto e com espaço público quantitativamente excessivo, mas insuficiente para as necessidades de estar, circular e estacionar (LAMAS, 1992).

A definição de praça na cidade tradicional implicava, como na rua, uma estreita relação dos vazios (espaços de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas, as quais definem os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano. Na cidade moderna, a praça permanece, embora com dificuldades de delimitação resultantes da menor incidência dos edifícios e fachadas na sua definição (CARVALHO, 2003).

Na generalidade, as paisagens urbanas modernistas caracterizam-se da seguinte forma (RELPH, 1987: 213-214):

- Grandeza mega-estrutural – a rua perdeu vivacidade e os peões evitam-na;
- Espaços estreitos e espaços abertos – as ruas são mais fundas do que largas, com poços e fendas entre os edifícios;
- Ordem racional e inflexibilidade – não concedem campos de acção para alterações; a ordem prevalece;
- Dureza e opacidade – os materiais são duros e a opacidade prevalece; falta de ornamentos e de decoração;
- Visão serial descontínua – vistas e perspectivas separadas por disjunções abruptas.

A partir da segunda metade do Séc. XX assiste-se a mudanças na história do pensamento e da técnica. A cidade pós-moderna⁶⁴ segundo David Harvey⁶⁵ caracteriza-se pelo aumento do "eclectismo" histórico (inventar tradição imitando formas antigas); multiculturalismo (local e etnicidade); e espectáculo (comercialização do ambiente construído).

As paisagens urbanas pós-modernas resultam de mudanças sociais e culturais e da acção combinada da preservação do património histórico, do desenho urbano, da arquitectura pós-moderna, da "nobilitação" comercial e residencial e do planeamento comunitário. Os seus traços característicos incluem (RELPH, 1987: 224-228):

- Peculiaridade – implica intrincadas sequências de recintos fechados, passagens sinuosas, pequenos pátios, poucos ângulos rectos, as vistas são desviadas por frequentes sugestões de coisas interessantes em cima, oportunidades para aquilo a que Gordon Cullen chama "posse do território", pessoas comprometidas em actividades específicas em locais concretos;
- Fachadas com texturas – são ricas em pormenores de sinais, materiais e decoração, talvez porque foram concebidas para peões;
- Estilização - os sinais de abundância e pretencionismo são detectáveis;
- Decoração de espaços públicos - vasos suspensos, canteiros de flores, mobiliário urbano e sinais com "designs" atraentes e não meramente utilitários;

⁶⁴A Pós-Modernidade (considerando os factores infraestruturais como determinantes) começa com a alteração das relações de produção industriais para as pós-industriais, baseadas fundamentalmente em serviços e trocas de bens simbólicos ou abstratos, como a informação e a circulação de "dinheiro" e a especulação financeira (<http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%B3s-modernismo> – 08/05/2007).

⁶⁵ in VELIBEYOGLU, 1999.

- Ligação ao cenário local – restabelecimento de zonas há muito ignoradas como lugares para desfrutar (canais, passeios à beira dos rios e dos lagos, antigos edifícios industriais transformados em centros comerciais).
- Divisão peão/automóvel – as paisagens urbanas são cenários pedestres.

3.2.3. *Estrutura urbana*

Torna-se impossível procurar uma forma total para a cidade contemporânea. AYMÓNINO (1975: 41) refere que a cidade contemporânea tende a organizar-se por partes e é pela combinação e inter-relação dessas partes que pode vir a formar-se uma nova estrutura urbana. Aliás, um conjunto de qualidade se não for integrado num contexto resulta desarticulado e desprovido de verdadeira significação (LAMAS, 1992).

LYNCH (1981) refere que o valor de uma cidade está fortemente relacionado com as suas características, tendo identificado cinco dimensões de desempenho: vitalidade, sentido, adaptabilidade, acesso e controlo. Relativamente ao sentido, ou melhor, “sense of place”, a identidade do lugar reforça outros aspectos tornando a vida mais viva e com maior significado. Lugares de qualidade têm significado e identidade, mas a flexibilidade é também importante (FORD, 1999: 255).

De acordo com LYNCH (1960) a imagem tem três partes: identidade, estrutura e significado. LYNCH (1960) identificou cinco tipos de elementos que dão identidade a uma cidade: limites, percursos, distritos, eixos e nós. A estrutura (relações entre elementos de imagem) contribui para a legibilidade (clareza) da imagem. Legibilidade “*is characteristic of an environment that looks as if one could explore extensively without getting lost*” (KAPLAN e KAPLAN, 1982: 86)⁶⁶. O significado aumenta a legibilidade e *vice-versa*.

⁶⁶ in HEATH, 1988: 7.

Vários investigadores encontraram três factores que afectam a legibilidade dos elementos: distinção da forma, visibilidade e significância do uso/simbolismo (APPLEYARD, 1976; EVANS, SMITH e PEZDEK, 1982)⁶⁷.

Assim como a legibilidade ajuda as pessoas a operar na cidade (LYNCH, 1960), os significados podem afectar o movimento das pessoas na cidade (NASAR, 1998: 59). Os mapas incluem os cinco elementos físicos citados por LYNCH (1960) e acima referidos. Além da legibilidade, os mapas têm uma segunda componente: significado emocional (agradabilidade). Para uma imagem favorável, as figuras devem ser memoráveis e agradáveis (NASAR, 1998: 60-61).

NASAR (1998: 62) identifica cinco atributos relacionados com as áreas mais agradáveis: paisagem natural (presença de vegetação, água ou montanhas), "civismo/conservação" (manutenção das áreas), abertura (presença de espaços abertos, cenários), significado histórico (com significado histórico autêntico ou parecem históricos para o observador) e ordem (ordem visual, coesão e compatibilidade).

A vegetação pode reforçar também a imagabilidade dos elementos. LYNCH (1960) refere que a existência de uma plantação ao longo de um percurso reforça a imagem, sugerindo que percursos ao longo da água ou parques tendem a ser mais memoráveis (NASAR, 1998: 64). As cidades podem melhorar a sua imagem mental acrescentando elementos naturais (tais como árvores, água e montanhas) e promover vistas para a natureza (NASAR, 1998: 65). Os elementos verdes urbanos distinguem e dão carácter, dividem e estruturam, facilitam a orientação, têm um efeito de contraste e amenizador, criam escala humana, reflectem a história humana e cultural,

⁶⁷ in NASAR, 1998: 61.

simbolizam e representam, mostram cultura, arte e arquitectura e são importantes para a imagem visual e para a imagem da cidade (WORPOLE *et al*, 1999⁶⁸).

No que diz respeito à estrutura urbana, embora os mapas acentuem a importância da ordem, a teoria e investigação indica que os humanos também preferem alguma complexidade visual (KAPLAN, 1975; LOZANO, 1974; NASAR, 1987)⁶⁹. A complexidade envolve o número de elementos distintos notáveis e a distinção entre eles. Lugares com poucos elementos ou elementos similares surgem relativamente simples (NASAR, 1998: 75). Aliás, complexidade e coerência representam os maiores papéis na satisfação destas necessidades (NASAR, 1998: 302).

Outras características na estrutura urbana podem ter influência na imagem mental das cidades, tais como variedade e mistério: variedade pode ser definida como *"a característica do ambiente feita de série de elementos similares mas não iguais pertencentes a uma taxonomia comum e reconhecível, percebida pelo observador em termos de diferença rítmica"* (LOZANO, 1998: 401). Mistério *"involves the inference that one could learn more through locomotion and exploration"* (KAPLAN e KAPLAN, 1982: 85)⁷⁰.

Resumindo, a estrutura da cidade pode influenciar aquilo que as pessoas olham e se recordam, ou seja, afectam o mapa mental. Como refere NASAR (1998: 79) *"A estrutura enquadra a imagem"*. Daí a importância da estrutura urbana e dos elementos que a constituem.

A clareza e o desenho dos objectivos visuais são uma das fases mais fracas do processo de planeamento (LOZANO, 1998: 395). A "ilegibilidade" da nova cidade cria a necessidade de "costurar" os novos e velhos significados "flutuantes", fixando-os para

⁶⁸ in EVANS, 2001: 230.

⁶⁹ in NASAR, 1998: 74.

⁷⁰ in HEATH, 1988: 7.

tornar a fazer com que a cidade seja legível, introduzindo um significado principal para estruturar o campo da significância (GANDEL, 2004: 163).

3.2.4. Intervir nas cidades - melhores espaços públicos

ATTOE e LOGAN (1989) apontam os seguintes “aspectos” para um bom urbanismo:

- Os espaços urbanos devem ser variados, promovendo a mistura de actividades: habitação, comércio, serviços, entre outros;
- Os edifícios (e o espaço que formam) são o incremento natural para o crescimento urbano;
- O novo crescimento urbano deve reconhecer o contexto resultante da construção do passado;
- Criar espaços públicos abertos, incluindo as ruas com significado;
- Racionalizar os sistemas de transporte; acomodar os vários modos e promover a actividade pedonal;
- Os habitantes deverão ter um papel interveniente no desenho dos espaços urbanos.

O espaço não é nem um “assunto” nem um “objecto” mas sim uma realidade social, uma série de relações e formas; qualquer espaço social pode ser sujeito a análises formais, estruturais ou funcionais (LEFEBVRE, 1991: 147).

Neste contexto, é necessário que o desenho urbano, associado à globalização e à individualização, tenha em consideração os seguintes aspectos nos espaços públicos:

- A organização do terreno (forma) para acolher actividades (função), comunicação estética e significado (LAMAS, 1992: 61); de referir as

vantagens dos modelos urbanos tradicionais e das oportunidades criadas pelas novas tecnologias, meios de comunicação, diversidade e flexibilidade nas condições de oferta e procura de bens e serviços - "The Charter of the New Urbanism"⁷¹;

- A coerência do panorama da cidade, designadamente as relações entre edifícios antigos e novos, às formas dos espaços e aos pequenos melhoramentos nas ruas – por exemplo, passeios largos, bancos, mobiliário de rua atraente, condições para esplanada, árvores e ajardinamentos. (RELPH, 1987: 201-202);
- A reconstrução do espaço público urbano que responda às exigências e expectativas actuais reflectindo-se no uso e apropriação do mesmo (GONÇALVES, 2004);
- A orientação e estrutura permite perceber as mensagens visuais baseando-se em experiências anteriores com locais similares, por outras palavras, partilhar a cultura (LOZANO, 1998: 399).

SIEVERTS (2003: 19-43)⁷² identifica cinco conceitos que podem ajudar a entender e intervir melhor na cidade: 1) urbanidade ("urban-ness") (associado à ideia de lugar, representado pelo espaço público como elemento integrador), 2) centralidade (rede de lugares em diferentes níveis hierárquicos), 3) densidade, 4) usos mistos ("mixed use") e 5) ecologia urbana (representa a compatibilidade do desenvolvimento da cidade com o ecossistema).

⁷¹ Ratificada no quarto congresso anual em 1996; Define os princípios para construir melhores comunidades (<http://www.cnu.org/charter>).

⁷² in CABRAL, 2005.

Formas tradicionais

Como consequência do modernismo, Rob Krier salienta que a separação das funções urbanas por áreas distintas (zonamento) resultou na formação de um vazio urbano. A noção de espaço urbano, não mais presente na cidade moderna, deve, ir procurar a sua caracterização e qualificação à cidade antiga (LAMAS, 1992).

Rob Krier exprime uma noção de cidade sustentada na morfologia das suas formas, na qual o jogo de praças e ruas, tal como para Rossi, formam uma estrutura, uma base complexa, incorporando os monumentos como "marcos urbanos" e pontos de referência na estrutura urbana (LAMAS, 1992; PATRÃO, 2000: 10-11). No mesmo sentido, Léon Krier a cidade para conter vida social e humana deve ser constituída por ruas, praças e outras tipologias de espaços identificáveis (LAMAS, 1992). Para Rossi a arquitectura da cidade não é a arquitectura do edifício isolado como na urbanística moderna mas o princípio ordenador, a partir do qual se desenvolvem e estruturam as tipologias que integrarão a forma urbana (LAMAS, 1992).

Relação morfológica entre cidade antiga e cidade nova

A nova dimensão urbana resulta da soma entre a cidade antiga e a cidade em expansão. SOLÁ-MORALES (1997: 132) aponta as seguintes condições de relação morfológica: escala (tamanho da área de expansão relativamente à ocupada pela cidade antiga); posição (proximidade, contiguidade entre ambas as partes); directrizes da malha (grau de correspondência entre a malha antiga e a proposta); tamanho da quadrícula (manutenção ou não das dimensões do quarteirão e das vias); e tipologia do edificado (continuidade tipológica ou tipologias alternativas).

Apropriação do espaço e sentimento do lugar

O pensamento de cidade por lugares articula-se com a busca da identidade, o sentimento de pertença aos lugares. O próprio ROSSI⁷³ (1972) sublinha a importância do *locus* que define a “*relação singular e no entanto universal que existe entre uma certa situação local e as construções que nela existam*”, ampliando o conceito de cidade como o “*locus da memória colectiva*”.

BILSBY (1967)⁷⁴ refere que o estabelecimento de lugar – na escala humana – permite que o ser humano possa compreender e identificar-se a si próprio com o respectivo lugar. Ou seja, assegurar a apropriação do espaço e criar nas pessoas o sentimento do lugar.

A apropriação do espaço pelos habitantes constitui factor decisivo do êxito de qualquer operação de urbanismo. Apropriarmo-nos de um espaço consiste em estabelecer com ele relações afectivas ricas em sentido (LACAZE, 1995: 26). A apropriação depende dos elementos urbanos que constituem o espaço, sendo por isso, fundamental estabelecer adequadamente as suas características. Depende ainda do nível de conforto que este oferece e proporciona aos seus utilizadores, pelo que o estado de conservação do edificado tem importância na vivência urbana desse espaço (GONÇALVES, 2004).

A multifuncionalidade do espaço público permite ao cidadão a realização de um conjunto diversificado de actividades sociais, lúdicas, culturais, desportivas, aumentando o seu grau de utilização e apropriação. A monofuncionalidade dos territórios contribui, pelo contrário, para a desertificação dos espaços ou para a sua apropriação por grupos marginais ou com motivações específicas (GONÇALVES, 2004).

⁷³ in CARVALHO, 2003: 39.

⁷⁴ in GOODEY, 1974: 115.

A comunidade é um “espaço criado” que enquadra valores, percepções e interações (CANTRILL e SENECAH, 2001: 187). Sentimento do lugar é a percepção daquilo que é mais saliente num local específico, que pode ser reflectido em preferências de valor ou como esse local é abordado num discurso (CANTRILL, 1998a⁷⁵). O sentimento do lugar é composto por três elementos: 1) espaço físico, integrando a paisagem e as dimensões da forma urbana; 2) actividades, integrando fluxos de veículos e pedonais e comportamentos; e 3) significados, integrando percepções públicas, avaliações e associações (PUNTER e CARMONA, 1997: 75).

Neste sentido, os lugares devem ter uma clara identidade perceptual: serem reconhecíveis, memoráveis, vividos e “capazes” de atrair a atenção (LYNCH e HACK, 1984: 72). O desenhador trabalha para promover a expressão do lugar e para comunicar a sua natureza como um sistema de elementos vivos de um habitat particular (LYNCH e HACK, 1984: 153). Assim, fazer lugares que se adaptem aos propósitos humanos é a tarefa do planeamento territorial. Duas coisas devem ser entendidas: a natureza do lugar, por um lado, e como os seus utilizadores irão agir sobre ele e valorizá-lo, por outro (LYNCH e HACK, 1984: 67).

Um bom lugar, segundo LYNCH⁷⁶, é aquele que não só nos diz onde estamos (em tempo), mas também onde temos estado e onde vamos estar e a que velocidade. Uma boa cidade tem profundidade e camadas temporais com significado (FORD, 1999: 254), ou seja, a sua história.

Orientação e estrutura

A identificação dos lugares, assim como a sua organização na estrutura mental, é um recurso de segurança emocional, prazer e compreensão (LYNCH, 1991: 23).

⁷⁵ in CANTRILL e SENECAH, 2001: 187.

⁷⁶ in FORD, 1999: 254.

Orientação no espaço (e no tempo) é o enquadramento cognitivo. A sociedade tem habilidades poderosas para reconhecer lugares e para integrá-los em imagens mentais mas a forma sentida desses lugares pode dificultar ou facilitar a sua compreensão (LYNCH, 1991: 23).

A vida urbana contemporânea reforça a necessidade de orientação. O sentido de orientação deve estar nas pessoas familiarizadas com o local, assim como nas pessoas que nunca estiveram nesse local em particular, mas que são capazes de perceber as mensagens visuais, baseando-se em experiências anteriores com locais similares, por outras palavras, partilhar a cultura (LOZANO, 1998: 399).

Neste contexto, importa intervir sobre os elementos que se revelam com consequências formais e funcionais fortes e positivas, sendo perceptíveis à generalidade dos cidadãos – os elementos estruturantes (CARVALHO, 2003: 167).

No entanto, a maior parte das intervenções nas cidades portuguesas não exprimem o respeito pelo local, recorrendo sobretudo a afirmações individualistas; e o recurso ao desenho de praças não tem sido acompanhado pela qualificação e significação funcional (CARVALHO, 2003).

3.3. Recursos culturais e patrimoniais

"The culture to which we should aspire in the (twenty-first) century is one that balances more carefully the availability of the best of the world's artistic heritage...with investment in the production of the arts by professionals and in facilities and opportunities for the population of all ages, cultures and traditions to enjoy, explore and celebrate the arts through active participation." (STARK, 1994: 3)⁷⁷

As regras que conformam a organização do espaço, tempo, significado e comunicação contêm uma certa regularidade porque estão relacionadas sistematicamente com a cultura (RAPPOPORT, 1978: 29). Ora, se a forma urbana é

⁷⁷ in EVANS, 2001: 269.

uma expressão de cultura e a paisagem urbana consiste numa série de áreas com variada personalidade cultural, então o desenho deve corresponder (RAPPOPORT, 1978: 397). Como refere EVANS e FOORD (2003: 179), a paisagem cultural tem as suas raízes na compreensão das necessidades locais e valores.

O termo cultura é definido por Raymond Williams⁷⁸ como “(...) *a particular way of life, which expresses certain meanings and values not only at art and learning but also in institutional and ordinary behaviour.*” Mais do que a estrutura do sentimento ou modo de vida, a cultura é a produção e circulação de significado, ou seja, os processos através dos quais a cultura é produzida e a forma que toma (GILES e MIDDLETON, 1999: 24-25).

Os aspectos físicos da cultura – facilidades e domínio público (“*public realm*”) – contribuem directamente para o desenho urbano e para o processo de planeamento territorial, através das relações entre uso do solo, acesso e transporte (EVANS, 2001: 2). A presença da cultura é constante para descrever ou justificar a transformação urbana e promover um novo modelo de regulação em concordância com um projecto de cidade inserida dentro dos fluxos internacionais (ALBEIT, 2004: 16).

A cultura é utilizada para reinventar as cidades como centros de excelência de consumo empresarial e turismo, tendo limites relativamente à inclusão social e representação multicultural (GARCIA, 2004).

Cultura é entendida como “campo produtivo” do desenvolvimento económico urbano (BLOOMFIELD, 1993⁷⁹) e as indústrias culturais como “sistemas produtivos” (PRATT, 1997⁸⁰).

⁷⁸ in MONTGOMERY, 1990.

⁷⁹ in DEFFNER e METAXAS, 2003: 3.

⁸⁰ in DEFFNER e METAXAS, 2003: 3.

BOOGAARTS⁸¹ (1990) refere que existem pelo menos quatro razões para ter uma atitude cuidada relativamente aos contributos dos projectos culturais na regeneração urbana: 1) em que medida os investimentos culturais atraem realmente negócios e criam emprego; 2) de que forma o suporte dado às artes e cultura contribuiu para criar condições para a sua produção, ou seja, se a melhoria das condições físicas (“*hard infrastructure*”) de vida cultural garante a actividade cultural; 3) ausência de clareza relativamente aos beneficiários; e 4) ambiguidade relativamente aos objectivos a alcançar das iniciativas artísticas e culturais. Outro problema apontado por SEO (2002: 115) consiste na aproximação do desenvolvimento cultural ao desenvolvimento “property-led”, com a presença de projectos emblemáticos e eventos culturais, com capacidade de atrair investimentos.

Segundo TIBBOT (2002⁸²) os projectos culturais correctamente planeados podem adicionar valor significativo à regeneração. SCOTT (2000⁸³) refere que as cidades apresentam uma capacidade de gerar simultaneamente a cultura na forma de arte, ideias, estilos e modos de vida, e induzir elevados níveis de inovação e crescimento económico.

GRIFFITHS⁸⁴ (1995) refere a existência de três modelos de iniciativas relacionadas com a cultura para remodelar a imagem da cidade: 1) modelo “integracionista”, consiste na promoção da identidade cívica, envolvendo a revitalização da vida pública e o “reviver” do sentido “partilhado” de pertença do lugar; 2) modelo das indústrias culturais, baseia-se na importância económica das facilidades culturais e a sua importância para o desenvolvimento; 3) modelo promocional, consiste na promoção dos benefícios das alterações físicas que atraem as pessoas.

⁸¹ in GRIFFITS, 1993: 43-44.

⁸² in GARCIA, 2004.

⁸³ in GARCIA, 2004.

⁸⁴ in SEO, 2002: 114.

De um modo geral, a cultura pode ser “adoptada” como: 1) património histórico (paisagens culturais), 2) produto da cidade; 3) modo de viver e 4) arte. O desafio consiste na busca do equilíbrio entre estas quatro perspectivas da cultura no território urbano.

3.3.1. Evolução da política urbano-cultural

Segundo estudo de ROGERS e FISHER⁸⁵ (1992) os “prospectos” económicos, físicos e sociais para as cidades estão intimamente ligados com a criação de uma “nova cultura urbana”, na qual a “vida artística e cultural é um elemento central da regeneração”. No entanto, embora processos de regeneração urbana “culture-led” sejam usados como um instrumento para atingir um desenvolvimento mais sustentável, existem opiniões de que podem ser causa de tensões e conflitos.

Entre os anos 40 e 60 do Séc. XX a maior aproximação na Europa a uma política cultural definia cultura como “arte pré-electrónica” (BIANCHINI, 1999⁸⁶); assumia-se como o domínio separado, e oposto, ao domínio da produção de material e actividade económica (GARNHAM, 1983⁸⁷). BIANCHINI⁸⁸ refere-se a este período como “a idade da reconstrução”.

Nos anos 70 e 80 do Séc. XX a política cultural é assumida como mecanismo para reforçar o desenvolvimento da comunidade e encorajar a participação pública - “community-building” (KONG, 2000⁸⁹). Este período é definido por BIANCHINI (1993) como a “idade da participação”, marcando o início do uso da cultura como parte integrante da política urbana e política (KONG, 2000⁹⁰).

⁸⁵ in SEO, 2002: 115.

⁸⁶ in GARCIA, 2004.

⁸⁷ BIANCHINI, 1997 in GARCIA, 2004.

⁸⁸ in GARCIA, 2004.

⁸⁹ in GARCIA, 2004.

⁹⁰ in GARCIA, 2004.

As dinâmicas de consumo no ambiente urbano resultaram em importantes alterações. Ainda durante os anos 80 do Séc. XX a política urbana era caracterizada pela intervenção do sector privado em parcerias na produção de modelos de regeneração urbana "property-led" (HALL, 2001: 64). O elemento mais proeminente que emergiu no centro das cidades neste período foi o desenvolvimento de projectos emblemáticos, funcionando como magnetes para atrair pessoas e estimular a economia urbana de modo mais alargado (HARVEY, 1989b⁹¹). Os projectos consistiam em reproduções de modelos existentes de regeneração urbana, designadamente hotéis, centros de exibição e convenções, "retail parks", locais de património, intervenções em frentes ribeirinhas, áreas de serviços e escritórios e áreas residenciais luxuosas (HALL, 2001: 149).

Na Europa, os anos 80 do Séc. XX foram caracterizados por políticas de desenvolvimento cultural em projectos de regeneração urbana. O desempenho da política cultural como um instrumento para o desenvolvimento urbano económico expandiu-se em vários sectores como o turismo, desporto, actividades recreativas, artes e media, criando simultaneamente poderosas culturas industriais, incluindo uma variedade de actividades tais como: a moda e desenho, a arquitectura e paisagem, o património, a história local, a gastronomia e, na generalidade, a identidade da cidade e a imagem externa (DEFFNER, 2000; KONG, 2000; BIANCHINI, 1993⁹²).

Mas, em meados dos anos 80 do Séc. XX é dado ênfase ao potencial da política cultural como instrumento para regeneração económica e física. Bianchini refere este período como a "idade do marketing urbano". Desde os anos 90 a convergência entre cultura e economia tem sido acentuada com a expansão das técnicas do marketing urbano e a sua progressiva transformação em estratégias de marca urbana. Ou seja, a

⁹¹ in HALL, 1998: 96.

⁹² in DEFFNER e METAXAS, 2003: 1.

nova aproximação à política cultural assume que as aspirações de negócio devem substituir as necessidades da comunidade (GARCIA, 2004). Simultaneamente, verificam-se “forças” para um maior envolvimento da população (HALL, 2001: 64).

3.3.2. *Evolução do conceito de património*

O conceito de património, enquanto reflexo cultural e imagem da nossa história e evolução, tem visto o seu significado alargado e a sua importância acrescida (COSTA, 2005: 15). Inicialmente, património referia-se apenas ao património monumental de interesse histórico, artístico ou científico. Entretanto, esta noção é ampliada aos conjuntos urbanos ou rurais com significado histórico ou cultural particular (obra de arte e testemunho histórico), quer se trate de grandes criações, quer de obras modestas. Actualmente, o património cultural é constituído pelos monumentos, conjuntos e lugares, com valor artístico, histórico ou científico; arqueológico, etnológico ou antropológico.

Os bens culturais são objectos particularmente significativos, raros, únicos e insubstituíveis, com valor universal e testemunhos da evolução da humanidade, cujo valor artístico ou cultural é fruto de reflexão crítica; estes podem ser móveis ou imóveis (MIGUEL e MOZO, 1998: 23-25).

Numa cidade, e nas intervenções urbanas, o património encontra-se essencialmente associado à sua classificação, preservação e valorização. Mas nem sempre foi assim. O urbanismo moderno teve como consequência a destruição de elementos “tradicionais” em prol do desenvolvimento e da inovação.

A grande contribuição de Camillo Sitte (1843 – 1903) para o desenvolvimento do urbanismo consiste na valorização do aspecto estético, que o progresso técnico das infra-estruturas tinha subalternizado (LOBO, 1995: 15), chamando a atenção para as pequenas praças, os traçados tortuosos, a arquitectura de origem popular e de

composição informal. Sitte não se limita a valorizar o passado; reconhece as “aquisições grandiosas no domínio da higiene”; defende a elaboração de planos de expansão nos quais a localização dos edifícios públicos era preocupação primeira e onde seriam previstos “vastos espaços verdes envolvidos por habitação, numa linha que apenas seria interrompida em portas de acesso”; tais planos deveriam “produzir efeito artístico” e conservar irregularidades (CARVALHO, 2003).

Ao longo dos anos 40 do Séc. XX um grupo de urbanistas adopta uma visão redutora relativamente ao património, designada por Françoise Choay⁹³ de “conservação museológica”, visão que, reconhecendo ou prevendo a decadência e o desaparecimento da cidade antiga se propõe conservá-la em casos precisos e limitados (conservação de monumentos existentes). Choay identifica uma segunda tendência, mais culturalista e mais próxima de Ruskin⁹⁴ e Morris⁹⁵, designada por “conservação devota”, preservando a cidade antiga enquanto ambiente urbano a fim de assegurar a sobrevivência da cidade ocidental pré-industrial (LOBO, 1995).

A partir dos anos 70 do Séc. XX as questões dos centros históricos entram nas preocupações urbanísticas, tornando-se objecto de estudos e metodologias específicas de trabalho. O interesse e valorização da cidade antiga vão-se impondo paralelamente ao alargamento do conceito de património cultural, arquitectónico e urbanístico (LAMAS, 1992). Desenvolveu-se a crítica à urbanística moderna – e a revalorização dos espaços urbanos tradicionais – os modelos de referência foram tomados das cidades clássico-barrocas e do Séc. XIX ou até das cidades medievais (CARVALHO, 2003).

⁹³ Historiadora das teorias e formas urbanas e arquitectónicas e professora de urbanismo, arte e arquitetura na Université de Paris VIII (http://pt.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7oise_Choay – 07/05/2007).

⁹⁴ John Ruskin (1819-1900) foi um escritor crítico de arte e crítico social britânico. Foi também poeta e desenhista. Os ensaios de Ruskin sobre arte e arquitetura foram extremamente influentes na era Vitoriana, repercutindo até hoje (http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Ruskin - 07/05/2007).

⁹⁵ William Morris (1834-1896) foi um dos principais fundadores do Movimento das Artes e Ofícios britânico e é mais conhecido como designer de papéis de parede, tecidos padronizados e livros, além de escritor de poesia e ficção e um dos fundadores do movimento socialista na Inglaterra; Em 1877, fundou a Sociedade para a Proteção de Prédios Antigos (http://pt.wikipedia.org/wiki/William_Morris - 07/05/2007).

Tem-se verificado um crescente alargamento dos espaços considerados como património a defender que se traduziu na identificação de numerosos centros históricos e também no reconhecimento do valor patrimonial de conjuntos urbanos ou rurais de todas as épocas incluindo a contemporânea (CARVALHO, 2003).

Seria útil que o alargamento do “conceito de património” continuasse, não tanto numa perspectiva de classificação, mas sobretudo como movimento cultural que defendesse o respeito genérico pelo passado, pelas pré-existências, entendendo que as intervenções que vão ocorrendo pontualmente deveriam visar, antes de mais, a melhoria do conjunto em que se integram; deveria-se respeitar e reforçar a identidade, a forma específica e coerente de cada parte da cidade, atenuando ocupações caóticas e promíscuas e procurando resolver as suas insuficiências (CARVALHO, 2003).

O pleno aproveitamento do património terá que procurar o compromisso entre o respeito pelo passado e a renovação indispensável à sua utilização e à inovação. É necessário, para tal, distinguir o valor relativo de cada rua ou de cada edifício, mas não regressar ao conceito de monumento singular. É o conjunto que deverá ser respeitado e valorizado (CARVALHO, 2003).

Principais acordos: da conservação e restauro de elementos singulares à protecção e promoção de actividades culturais

Os acordos mais importantes a nível internacional foram: Carta de Atenas em 1931 e Carta de Veneza em 1964, com princípios admitidos e teoricamente seguidos. Foram realizadas diversas cartas e recomendações no sentido de valorizar e alargar o conceito de património, apresentando-se de seguida aquelas com mais efeito.

Até meados do Séc. XX a defesa do património incidia na conservação e restauro de monumentos singulares, aos quais era reconhecido valor especial. A Carta de Atenas (1931) assumia esta perspectiva sublinhando que “*os restauros quando*

inevitáveis deverão respeitar a obra histórica ou artística do passado” e defendendo o mesmo para a respectiva utilização.

Mas a cidade vinha a sofrer um processo muito rápido e profundo (revolução industrial, caminho-de-ferro e automóvel), provocando a destruição de estruturas pré-existentes; além de ser dominada por um processo de valorização fundiária na tentativa de afectar a cada propriedade o máximo de construção (CARVALHO, 2003).

Verifica-se uma ruptura com o modelo da Carta de Atenas e um retorno à defesa das formas orgânica e clássica, à redescoberta da rua, praça e largo como elementos estruturantes na organização do espaço público e suporte das edificações.

Na Carta de Veneza (1964) o conceito de património passou a integrar “não só a criação arquitectónica isolada, como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular, de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico”. O conceito de restauro também evolui abandonando o mimetismo, considerando que se deverá basear “*no respeito da substância antiga e dos monumentos autênticos*” e que “*os elementos destinados a substituir as partes destruídas devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se contudo das partes originais*” (CARVALHO, 2003).

A acção desenvolvida por estes organismos culmina no reconhecimento dos conjuntos urbanos e de cidades inteiras como património mundial. A recuperação da cidade histórica iria a par com a abertura da arquitectura à “presença do passado” e à influência da história e dos lugares no processo criativo, libertando-a da uniformização estética do estilo internacional (LAMAS, 1992).

A Convenção para Protecção do Património Mundial Cultural e Natural estabelecida pela UNESCO (Paris, 1972), considera como património cultural, os monumentos, os conjuntos e lugares de interesse (com valor histórico, estético,

etnológico ou antropológico); e como património natural, ou seja, monumentos naturais, formações geológicas, lugares naturais; estes dois tipos de património (cultural e natural), muitas vezes relacionados entre si ou em função do território, constituem uma unidade dentro do território (MIGUEL e MOZO, 1998: 21-22).

A Carta Europeia do Património Arquitectónico, proclamada pelo Conselho da Europa (Amsterdão, 1975), aponta para a necessidade de uma “conservação integrada”, exigindo estudos urbanísticos, articulação de restauro com utilização apropriada, disponibilização de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos. Constata-se o conflito entre urbanismo e conservação do património arquitectónico. A Carta considera a importância cultural, social e económica do património histórico-artístico (monumentos e restos de património arquitectónico – grupos de edifícios menores, bairros...), onde cada geração obtém uma nova inspiração e assegura a memória histórica (MIGUEL e MOZO, 1998: 170-172).

A Carta de Washington (Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas) (ICOMOS, 1987) centra-se numa perspectiva social e reconhece situações de perda irreversível em muitas cidades históricas. Propõe a adopção de “planos de salvaguarda” que, para serem eficazes, deverão “*fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social e serem integrados nos planos de ordenamento e nos planos urbanísticos*”.

O Documento de Nara⁹⁶ (1994) centra-se no valor da autenticidade e o respeito pela diversidade cultural. Tendo em conta que o “*(...) mundo que se encontra cada dia mais submetido às forças da globalização e da homogeneização, e que a busca de uma identidade cultural é, por vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição*

⁹⁶ Documento de Nara - adoptado pela Conferência sobre autenticidade no que respeita à convenção do Património Mundial - UNESCO, ICCROM e ICOMOS, Nara, 1 a 6 de Novembro de 1994.

fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória colectiva da humanidade' (LNEC, 2005: 40). A actividade artística e a diversidade cultural devem ser encorajadas nas cidades e regiões como forma de combater os efeitos da globalização (LNEC, 2005: 39-41).

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial adoptada pela UNESCO (Paris, 2003) considera a interdependência entre o património cultural imaterial e o património material cultural e natural; reconhece que os processos de globalização e de transformação social acarretam graves ameaças de degradação, de desaparecimento e de destruição do património cultural imaterial, em especial, devido à falta de meios para a sua salvaguarda. Entende-se por "património cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.

A Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais aprovada pela UNESCO (Paris, 2005) apoia o desenvolvimento de políticas de protecção e promoção de actividades culturais, e manifestações artísticas locais.

Regulação do património em Portugal

Em 1949 é promulgada a Lei 2032/49, a qual refere que "as câmaras municipais devem promover a classificação, como monumentos nacionais ou como imóveis ou móveis de interesse público, de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos seus concelhos".

Em Portugal, o património encontra-se regulado pela Lei do Património⁹⁷. Segundo este enquadramento legal, o património cultural define-se como “... *bens portadores de interesse cultural relevante (histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico) dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.*” Integram igualmente o património cultural, “*os bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas e os respectivos contextos que possuam uma relação interpretativa e informativa desses mesmos bens*”. De referir os seguintes aspectos:

- A política do património cultural obedece, entre outros, ao seguinte princípio: “*coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo.*”
- Os bens móveis ou imóveis podem ser classificados como “de interesse nacional” ou “de interesse público”; os objectivos da política de património cultural consistem no seu conhecimento, protecção, valorização e crescimento dos mesmos, bem como dos respectivos contextos;
- A protecção legal dos bens culturais assenta na sua classificação e inventariação. Os bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, beneficiam de uma zona de protecção de 50 metros a partir dos seus limites externos;

⁹⁷ Lei n.º 107/2001, de 10 de Setembro, que altera a Lei 13/85, de 6 de Julho.

- O município, em parceria com os serviços da administração central, é obrigado a estabelecer um PP de salvaguarda para área a proteger.

A preservação do património tem sido conseguida a partir de diversos programas públicos orientados para a regeneração urbana⁹⁸. No entanto, estes programas são escassos, desarticulados e de âmbito limitado, dificultando a integração dos elementos patrimoniais (classificados ou não) no processo de desenvolvimento urbano. As questões da regeneração urbana (incluindo o património) têm sido insuficientemente enquadradas ou menosprezadas no modelo de cidade proposto nos instrumentos de gestão territorial (VASQUEZ, 2005).

3.3.3. Paisagens culturais

O homem é um ser histórico, o seu património cultural constitui a memória colectiva de um passado construído durante séculos, no qual se relacionam culturas distintas cujas origens e limites não são muito claros (MIGUEL e MOZO, 1998: 33-34).

Como refere FORTUNA (1999: 57-58) do ponto de vista da sua história e tradição a cidade é uma construção contínua e de reconstrução cultural. A cidade, com uma forte componente histórico-cultural, está em constante mutação. A cidade histórica é vista como uma ligação tangível entre passado, presente e futuro, devendo, por isso, fornecer “indicações” visíveis relativas a onde estivemos e para onde vamos (FORD, 1978⁹⁹), a fim de contribuir para uma maior segurança.

⁹⁸ Programas vocacionados para o financiamento da reabilitação de edifícios degradados: RECRIA e os seus derivados RECRIPH, SOLARH e REHABITA; programas associados às áreas urbanas degradadas: PRAUD (Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas), PROHABITA (reajuntamento), URBAN PILOT PROJECTS e as iniciativas comunitárias URBAN I e II e PROCOM/URBCOM (revitalização comercial nos centros da cidade); programa POLIS (requalificação urbana e ambiental de áreas urbanas degradadas ou centros históricos) (VASQUEZ, 2005). Juntou-se recentemente a aposta na criação a nível municipal das Sociedades de Reabilitação Urbana - SRU (DL n.º 104/2004, de 7 de Maio).

⁹⁹ in ASHWORTH e TUNBRIDGE, 2000: 17.

A história tornou-se património; o património tornou-se um recurso urbano, o qual fornece uma “indústria histórico-patrimonial” que “molda” não só a forma mas o funcionamento e objectivo da cidade “útil” (ASHWORTH e TUNBRIDGE, 2000: 2-4).

A gestão dos recursos patrimoniais em diversos territórios é um dos factores chave para o seu desenvolvimento económico, porque atrai turismo, gera actividades e postos de trabalho, mas fundamentalmente porque reforça a auto-estima da comunidade (SABATÉ, 2005: 7).

Neste âmbito, as paisagens culturais (ou os parques patrimoniais) assumem um papel cada vez mais importante no desenvolvimento territorial e na promoção das cidades. Tratam-se de espaços comunicativos, que transmitem informação, são lugares que vinculam histórias e mensagens (SABATÉ, 2005: 7).

As paisagens culturais assumem uma importância crescente no desenvolvimento económico de base local. Hoje, as propostas de ordenamento territorial baseiam-se no binómio natureza e cultura como partes integrantes do conceito de património, obtendo-se espaços de identidade em territórios afectados por tendências de globalização (SABATÉ, 2005: 18-19). As paisagens culturais constituem a expressão da memória, da identidade de uma região, identidade essa que, como projecto aberto, se pode ir enriquecendo sucessivamente (SABATÉ, 2005: 18-19).

As tradições são preservadas e transmitidas selectivamente, sendo este processo uma componente chave na produção de cultura, comunicação (DAVIS, 1986¹⁰⁰) e identidade (JEONG e SANTOS, 2004: 645).

Considera-se que a protecção e valorização das paisagens culturais contribuem para preservar a memória das tradições e identidades culturais das comunidades humanas, além de ser um factor de qualificação ambiental. É necessário desenvolver

¹⁰⁰ in JEONG e SANTOAS, 2004: 645.

estratégias para integrar a gestão da evolução da paisagem e a preservação das paisagens culturais numa política abrangente (LNEC, 2005: 26).

Hoje, a cidade não se mede pela sua dimensão territorial, mas impõe-se pela sua participação na rede de comunicação, de iniciativas e de inovação a todas as escalas. Os lugares de produção cultural constituem novos “espaços-símbolo” da cidade e local de desenvolvimento. Assim, as paisagens culturais têm hoje uma importância fundamental na qualificação da cidade.

3.3.4. Cultura como produto da cidade

O turismo tem sido representado como uma importante força de “utilidade”, sendo “a cultura como um processo” alterada pela “cultura como produto” (RICHARDS, 1996), indo ao encontro de objectivos políticos e económicos (SELBY, 2004: 49). O turismo urbano é criticado devido à sua descontextualização face à cultura e história, argumentando-se a sua aproximação “insensível” à cidade, em vez da suposta sensibilidade pós-moderna (SELBY, 2004: 50).

Segundo CORNER (1994¹⁰¹), o que diferencia os lugares é a força da sua “identidade consumista”, ou seja, não como centros de produção mas de consumo. Como os lugares competem entre si para atrair fundos de investimento limitados, a sua vitalidade e viabilidade depende fortemente da “manipulação da cultura consciente e deliberada como esforço para reforçar o apelo e interesse dos lugares” (KEARNS e PHILO, 1993: 3; BOYLE e HUGHES, 1991; SADLER, 1993; ZUKIN, 1991, 1995¹⁰²) e a qualidade e quantidade das oportunidades de consumo são elementos críticos em gerar “lugares-míticos” (CREWE e BEAVERSTOCK, 1998: 289).

¹⁰¹ in CREWE e BEAVERSTOCK, 1998: 289.

¹⁰² in CREWE e BEAVERSTOCK, 1998: 289.

CASTELLS (1977:75) fala sobre o “mito da cultura urbana” enquanto que HARVEY (1973: 84-85) vê mais a cultura como um conceito morfológico do que como uma força na cidade (JACOBS, 1993: 828).

Mas na verdade, a cultura é um produto das cidades com potencial económico. Como refere HALL (2000: 640), a cultura é vista como um substituto mágico para a paisagem industrial, e como um “artifício” que criará uma nova imagem urbana, fazendo a cidade mais atractiva ao investimento.

Os espaços de consumo são fascinantes pois reflectem processos culturais e económicos e as mudanças constantes no significado e práticas de lugares particulares significam que “a construção e revolução de uma paisagem urbana nunca é só económica e física, é também social, cultural e política” (GOODWIN, 1993: 149¹⁰³).

Numa cidade, os indivíduos não consomem bens e serviços, mas sim significados e sinais, sendo o resultado uma sociedade de consumo vasta e profundamente simbólica (BAUDRILLARD, 1982; FEATHERSTONE, 1991; JAMESON, 1984; LASH e URRY, 1984; LOYARD, 1984)¹⁰⁴.

Os projectos culturais são usados como elementos-chave de estratégias com o objectivo de revitalizar a vida pública social, reavivar o sentido de identidade cívica e orgulho, além de estabelecer um sentido de pertença partilhada da cidade, aumentando expectativas daquilo que a vida urbana tem para oferecer (MONTGOMERY, 1990; FISHER e WORPOLE, 1991¹⁰⁵; GRIFFITHS, 1995: 263).

3.3.5. Cultura como modo de viver

Lugar e cultura estão constantemente interligados um com o outro em qualquer local – “*locus*” de densas relações humanas; a cultura é um fenómeno que tende a ter

¹⁰³ in CREWE e BEAVERSTOCK, 1998: 290.

¹⁰⁴ in CREWE e BEAVERSTOCK, 1998: 290.

¹⁰⁵ in GRIFFITHS, 1995: 254.

características locais intensas contribuindo para diferenciar uns locais dos outros (SCOTT, 2000: 30¹⁰⁶).

O fascínio das cidades surge aliado à sua temporalidade e por isso, a cidade histórica e monumental é actualmente uma das principais atracções turísticas, facto que resulta na revalorização do significado e da função estética das ruínas, não apenas como elemento da identidade das cidades, mas também como sinal da relação que os indivíduos estabelecem com a cidade (FORTUNA, 1999: 58).

Ou seja, o facto da cultura englobar as relações humanas de um determinado lugar e as relações estabelecidas com a cidade, acaba por reflectir o modo de viver de uma determinada comunidade.

Para explicar a natureza de uma estratégia local particular é necessário analisar as infra-estruturas culturais pré-existentes, a natureza da reestruturação económica e alterações na estrutura de classes, diversidade cultural e ética, controlo da política local e grau de organização empresarial (BASSET, 1993: 1780).

3.3.6. Cultura como arte

A arte é comunicação, linguagem simbólica, tem a função ou intenção específica de expressar algo com a imagem (forma, cor, movimento), de tal forma que chegue à alma do espectador (MIGUEL e MOZO, 1998: 28-30). Como diz Hegel¹⁰⁷ o objectivo da arte é o despertar da alma (MIGUEL e MOZO, 1998: 28-30).

A arte¹⁰⁸ tem sido um dos meios mais utilizado para transmitir acontecimentos, ideias, pensamentos e visões da envolvente (MIGUEL e MOZO, 1998: 34). Neste

¹⁰⁶ in EVANS, 2001: 1.

¹⁰⁷ Filósofo alemão (1770-1831); debruça-se sobre domínios tão diversos como lógica, direito, religião, arte, moral, ciência ou a história da filosofia e em todos eles vê a manifestação do Espírito Absoluto que se materializa e revela através da História Humanidade (in <http://afilosofia.no.sapo.pt/12Hegel.htm> - 07/05/2007).

¹⁰⁸ MINIMAN (1977) refere que o início do suporte governamental às artes, desde 1830, teve lugar no contexto do aumento da inquietação social, e na base de que a arte poderia contribuir para a melhoria da ordem moral e social (in BASSETT, 1993: 1773).

contexto, a expressão cultural tornou-se um modo importante para o orgulho da cidade e para atrair turistas. Isto é, a cultura de uma cidade pode ser transformada em arte, com potencialidades para atrair turistas e investidores e conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento urbano.

A qualidade estética (resultado da criatividade, originalidade, unicidade), a matéria, a técnica e o seu significado e função são factores que determinam a natureza da obra de arte (MIGUEL e MOZO, 1998: 32).

A promoção de produtos artísticos e actividades culturais contribuem para atrair clientes-alvo por parte das empresas, além de fornecer legitimidade aos projectos de desenvolvimento urbano (GRIFFITHS, 1993: 39-40). Além dos seguintes "modelos" de projecto – museus¹⁰⁹, galerias de arte, teatros, etc – existe uma diversidade de outras medidas com o objectivo de promover o significado cultural e a atracção dos visitantes relativamente ao tecido urbano, tais como: criação de "trilhos urbanos", ligando locais de interesse histórico e cultural; conservação e criação de novos usos para edifícios históricos; protecção do carácter distinto de bairros comerciais e residenciais e de "esquemas de arte pública" (GRIFITTHS, 1993: 41). De referir ainda que, as cidades abandonaram as conotações de "high art" associadas aos museus e galerias para patrocinar festivais e música popular (GRIFITTHS, 1993: 41).

3.4. Para uma interpretação da autenticidade na evolução urbana das cidades

A perda da identidade local no contexto de uma economia global ameaça a diversidade e a apropriação dos espaços públicos tradicionais. Assiste-se actualmente a um desfazamento entre as preocupações em preservar a autenticidade que caracteriza

¹⁰⁹ Os museus constituem o elemento cultural mais "utilizado" nas estratégias de regeneração urbana (GRIFFITHS, 1993: 39-40).

a identidade e a especificidade de um local, e o desenvolvimento de projectos urbanos de grande escala com características repetidas globalmente.

Com base no enquadramento teórico, foram identificados uma série de conceitos (dicotomias), a partir dos quais se desenvolve um modelo conceptual, com o objectivo de orientar a abordagem do caso de estudo deste trabalho.

3.4.1. Dicotomias

Associado ao processo de globalização, pode-se identificar no espaço urbano "tensões"/dicotomias, potenciando novas tendências mas indefinidas, que ameaçam a identidade local, a legibilidade da estrutura urbana e o espaço público como local de encontro "aberto" e acessível a todos, designadamente: globalização *versus* "localização"; massificação / paisagens comuns *versus* diversidade / paisagens culturais; local de produção/ valor de identidade local *versus* local de consumo/ valor económico; "política" *versus* "políticas".

A globalização e a "localização" ocorrem em simultâneo, tendo como resultado a junção de influências locais e globais (PEARCE, 2001). Mas, de acordo com ZUKIN (1991) existe uma tendência para a globalização, diminuindo o sentido do lugar. No entanto, segundo SLETTTO (2001) alguns locais combatem este processo procurando enfatizar a sua distinção e evitar a homogeneização.

A invasão do espaço público pelo desenvolvimento das redes e das novas tecnologias teve como resultado a universalização desse espaço (MIRANDA, 1997; RELPH, 1987). Como consequência, desenvolvem-se projectos emblemáticos, de grande dimensão e espectacularidade, funcionando como magnetes para atrair pessoas e estimular a economia urbana, levando à massificação (reproduções de modelos existentes) - paisagens comuns. As paisagens comuns são: cidade sem ligações, sem uma clara identidade funcional ("não-lugares" – AUGÉ, 1992); são

independentes do lugar ("*aterritorialidad*" – MUÑOZ, 2005); sem memórias ou sedimentações do tempo ("*cidade genérica*" - Rem Koolhaas).

Os novos espaços "de utilização pública" associados a grandes superfícies comerciais e/ou a grandes eventos (atraindo mais pessoas), com novas funcionalidades, não permitem a apropriação do espaço por toda a população local nem o sentimento do lugar.

A produção de cidades monótonas e pouco estimulantes – tudo arrumado no seu lugar, mas sem lugar para a surpresa, complexidade e emoção, é resultado de um zonamento em excesso, sem as devidas regras de desenho urbano (CARVALHO, 2003). Consequentemente, o solo é visto como um recurso com elevada rentabilidade, resultando na sua especulação e numa densidade excessiva, anulando simultaneamente as considerações morfológicas.

Mas, todas as cidades têm características únicas e irrepetíveis que as distinguem umas das outras. O potencial da cultura, como elemento que reforça a identidade local e a diversidade, coincidiu com o papel que as artes e a regeneração urbana começaram a ter na projecção das cidades inseridas dentro dos fluxos internacionais.

O conceito de paisagem cultural é aplicado a uma área associada a um evento, a uma actividade ou a um personagem histórico, com valores estéticos e culturais. Representam espaços de identidade em territórios afectados por tendências de globalização. As paisagens culturais, sendo espaços comunicativos, constituem a expressão da memória, da identidade de uma região (SABATÉ, 2005: 18-19).

A inovação associada à competitividade entre as cidades, com impacto na estrutura urbana, deve integrar-se e interactuar com os elementos que não mudam, ou que se transformam a um ritmo mais lento (MELA, 1999). É importante reforçar a

qualidade do património, já que os edifícios antigos proporcionam sentimento de história e permanência.

A praça e a rua tradicional implicavam uma estreita relação dos vazios (espaços de permanência) com os edifícios (os seus planos marginais e fachadas), organizando assim o cenário urbano. Na urbanística moderna a praça permanece mas com dificuldades na delimitação face a uma menor incidência dos edifícios e fachadas na sua definição. O espaço público tornou-se abstracto e deslocalizado tendo limites flutuantes (MIRANDA, 1997).

O "Novo Urbanismo" refere a importância de integrar as vantagens dos modelos tradicionais, associadas às novas tecnologias. Retomam-se os estudos da morfologia/tipologia, a relação edifício/espaço exterior e a importância do espaço público. O objectivo consiste em estabelecer "lugares" na escala humana, com uma clara identidade perceptual (serem reconhecíveis, memoráveis, "capazes" de atrair atenção) de modo que os utilizadores se possam identificar com o respectivo "lugar" e estabelecer relações afectivas, apropriando-se do espaço (GOODEY, 1974; LYNCH, 1991; LACAZE, 1995) - teoria do lugar (urbanidade).

Intervir nas cidades a partir do lugar articula-se com a busca da identidade, o sentido de pertença, o valor do *locus*. Mas não basta encarar as cidades por partes ou lugares. Deve-se procurar ordenar a cidade através do esforço de tornar cada uma das partes funcional, perceptível e agradável (CARVALHO, 2003), mas voltadas para a estrutura urbana no seu conjunto, assegurando a sua legibilidade.

Os projectos de regeneração têm sido dominados por "marcas" e pelo desenvolvimento de nichos de mercado articulados entre si, resultando numa fragmentação social nos espaços em que são desenvolvidos (CARVALHO, 2003).

A cidade torna-se assim, mais do que um local de produção, um local de consumo, na qual espectáculos e imagens criam uma paisagem de sonho e de consumo visual, tornando-se num produto (SELBY, 2004). A cultura é vista como valor económico, desvalorizando-se ou sobrepondo-se ao valor identidade.

Assiste-se a uma menor intervenção da “política” do Estado na transformação das cidades (associada à forma urbana regular) em prol de um conjunto de “políticas” (acções) desenvolvidas com base na dinâmica do mercado e da iniciativa privada. Realizam-se intervenções de grande dimensão espacial, elementos quase independentes, menosprezando a importância do espaço público, o que, articulado com os objectivos de lucro dos promotores e um individualismo crescente na sociedade, transforma a cidade num somatório de peças soltas, sem solução de conjunto.

O planeamento cultural surge como um enquadramento para o desenvolvimento cultural urbano, o qual se caracteriza pelo envolvimento dos cidadãos e desenvolvimento comunitário, tornando o processo mais democrático e gerador de sentimento do lugar. Neste contexto, a política urbana deverá ser definida com o contributo da população, além do envolvimento dos planeadores e privados, com responsabilidades distintas mas bem definidas.

3.4.2. Modelo conceptual

Face às dicotomias acima descritas, qual a política urbana adequada a fim de assegurar a identidade local das cidades, a legibilidade da estrutura urbana, a valorização do espaço público e a sua apropriação por parte da população e, simultaneamente, o desenvolvimento urbano? Será a cultura o elemento “aglutinador” dos vínculos de identidade e orientador de uma política urbana portadora de autenticidade em contexto de globalização?

Para responder a estas “questões-base” aborda-se o desenvolvimento urbano da cidade de Aveiro desde meados do Séc. XX, através de planos, projectos, políticas e do papel dos agentes e da população procurando identificar os elementos subjacentes às principais transformações na estrutura urbana a fim de contribuir para um possível “quadro regulador” de uma política urbana adequada capaz de manter o carácter do local e eventualmente, recuperar a forma e o significado entretanto perdidos, através dos elementos culturais.

Com o objectivo de orientar a análise do caso de estudo, o modelo conceptual estrutura-se nos seguintes “quadros”, para os quais se pretende dar contributos:

1. Estrutura urbana e legibilidade
2. Espaço público e equidade
3. Identidade local e elementos culturais

1. Estrutura urbana e legibilidade

De acordo com LYNCH (1960) a imagem tem três partes: identidade, estrutura e significado, tendo identificado cinco tipos de elementos que dão identidade a uma cidade: limites, percursos, distritos, eixos e nós. A estrutura (relações entre elementos de imagem) contribui para a legibilidade (clareza) da imagem. O significado aumenta a legibilidade e vice-versa.

A legibilidade ajuda as pessoas a operar nas cidades (LYNCH, 1960), tendo sido identificados três factores que a afectam: distinção na forma, visibilidade e significância do uso/simbolismo.

Além da legibilidade os mapas mentais incluem o significado emocional (agradabilidade). NASAR (1998) identifica cinco atributos relacionados com as áreas mais agradáveis: paisagem natural (presença de vegetação, água),

“civismo/conservação” (manutenção das áreas), abertura (presença de espaços abertos e cénicos), significado histórico e ordem (visual, coesão e compatibilidade).

Algumas características da estrutura urbana que influenciam a imagem: complexidade, orientação, variedade, mistério, clareza e desenho dos objectos visuais, elementos verdes (escala humana).

Neste contexto, e para analisar o caso de estudo, a legibilidade da estrutura urbana depende:

- Nível do significado histórico – conservação de elementos históricos, assumindo-se como elementos marcantes;
- Nível da singularidade – distinção na forma, visibilidade, através de novas tipologias, elementos notáveis, clareza;
- Nível da continuidade – articulação com a envolvente, através de eixos, elementos marcantes, ordem, orientação, abertura.

Como “conflito” para a legibilidade da estrutura urbana de referir a falta de enquadramento do desenho das novas intervenções (“*flagship projects*”) com os instrumentos de planeamento e regulamentos existentes.

2. Espaço público e equidade

O desenho urbano e a qualidade do espaço público assumem um papel importante no desenvolvimento urbano. O desenho urbano tem como objectivo, e por extensão do urbanismo, organizar o terreno para acolher actividades, mas também actuar na forma para que exista comunicação estética e significado (LAMAS, 1992). A qualidade do espaço público, associada à escala humana, reflecte-se no uso e apropriação do mesmo pela população local e visitantes, assegurando o acesso a todos

(equidade). O uso e apropriação do espaço público estão dependentes das seguintes características:

- Nível de atractividade – elementos capazes de atrair a atenção, através da variedade e vitalidade do espaço (diversidade de actividades – multifuncionalidade);
- Nível de conforto – características formais do próprio espaço público e do espaço que o limita (plano vertical: densidade, cêrcea; plano horizontal: aberto, fechado, linear; estado de conservação dos edifícios; e plano “chão”: elementos verdes, espaço pedonal, mobiliário urbano, equipamentos);
- Nível de autenticidade – caracteriza-se pela existência de elementos com significado histórico-cultural, articulação entre as pré-existências e o novo.

De referir como “conflito” a rentabilidade e a “privatização” associada ao espaço público, resultando muitas vezes em intervenções novas (“*flagship projects*”), pouco integradas com a autenticidade do local, mas qualificadoras do espaço urbano. De salientar aqui os novos espaços comerciais abertos.

3. Identidade local e elementos culturais

De acordo com CASTELLS (1993) nas próximas décadas as cidades europeias serão fortemente orientadas para a sua identidade e cultura locais como resposta à crise de identidade (GOSPODINI, 2002: 70). A cultura é o factor chave que gera e aglutina vínculos de identidade e de comunidade dos cidadãos em relação a espaços públicos, além de dar legibilidade à cidade recuperando os valores que os espaços públicos possuem (ALBEIT, 2004).

Conhecer um lugar é reconhecer nesse lugar uma identidade, um conjunto de características locais, uma memória colectiva e histórica, as quais servirão para satisfazer as necessidades sociais, a saber:

- Estabilidade e continuidade - sentimento de história e pertença, através de elementos, com interesse histórico-cultural (classificados ou não);
- Maior controlo e conexão da população aos espaços públicos - uso e apropriação do espaço, através de 1) eventos e tradições (modo de viver), que se mantêm naturalmente ou, por opção política, ocorrem esporadicamente com o objectivo de retratar e reavivar momentos do passado; e de 2) elementos que dão significado a determinados lugares;
- Elementos reconhecíveis e dinâmicos, capazes de atrair atenção - elementos com consequências formais e funcionais positivas e fortes através da: 1) arte, transmitindo acontecimentos, ideias, pensamentos – monumentos, museus, galerias de arte; 2) inovação, reutilização de edifícios e espaços antigos, conferindo-lhes novos usos ou criação de “trilhos urbanos”, ligando locais de interesse histórico e cultural; e 3) paisagens culturais como espaços comunicativos que transmitem significados, valores, sinais e referências.

De referir o seguinte “conflito” relativamente à identidade local: os lugares como “produto”, com o objectivo de promover a sua atractividade, normalmente associados ao turismo e a estratégias de marketing. Os eventos (a uma escala geográfica alargada) assumem aqui um papel fundamental.

4. CIDADE DE AVEIRO: DESENVOLVIMENTO URBANO E AUTENTICIDADE

A cidade de Aveiro é uma cidade média portuguesa localizada no litoral a 70 km a Sul do Porto e a 265 km a Norte de Lisboa, limitada por um sistema lagunar – Ria de Aveiro, elemento natural de forte identidade. Em 2001, a cidade de Aveiro (freguesias da Vera Cruz e da Glória¹¹⁰) tinha 18.569 habitantes¹¹¹.

Aveiro é a capital de uma região fortemente industrializada. A população empregada no sector terciário sofreu um acréscimo de 29,2% entre 1991 e 2001¹¹²; simultaneamente, o comércio caracteriza-se por novas tipologias e de grande dimensão, tais como hipermercados, centros comerciais, “franshisings” e “outlets”, associados a novas lógicas de localização, designadamente grandes áreas e acessibilidade viária, o que teve consequências na dinâmica do centro urbano, principalmente na quebra do comércio tradicional da rua Direita e da Avenida Dr. Lourenço Peixinho¹¹³.

A história de Aveiro está fortemente ligada à Ria e à geologia. A geologia justifica em grande parte o seu “património” edificado, ou seja, a inexistência de pedra resultou na utilização de adobe na construção, o qual consiste num material pobre, poroso, uma mistura de cal, areia e lodo com sérios problemas de conservação e reutilização dos velhos edifícios; aliás ROSSA (2007) refere que “*os edifícios da zona da Beira-Mar (expostos ao salitre) não aguentarão mais de 80 anos*” (Figura 4.1).

¹¹⁰ Segundo GASPARG (1997) no séc. XV Aveiro contava com cerca de 3000 habitantes: uma parte “estendendo-se fora das muralhas, formando na margem norte do canal a chamada Vila Nova” (freguesia de Vera Cruz), residência de gentes ligadas ao mar e à burguesia, com as suas actividades mercantis: os cagaréus; outra parte no Cimo de Vila, ou seja, “para sul da porta da vila” (freguesia da Glória), constituída por pessoas que se ocupavam da cultura dos quintais e dos campos: os ceboleiros.

¹¹¹ INE; 2001, Recenseamento Geral da População e Habitação.

¹¹² INE, 2001, Recenseamento Geral da População e Habitação.

¹¹³ A Av. Dr. Lourenço Peixinho será denominada no presente documento daqui em diante por “Avenida”. Actualmente apresenta-se um espaço urbano descaracterizado. Existem algumas edificações de qualidade arquitectónica mas praticamente abandonadas ou degradadas.



Figura 4.1 – Casas típicas do Bairro da Beira-Mar em estado de degradação (2007).

A Ria, através do salgado e dos canais, confere a Aveiro uma imagem específica à qual não dissociamos a “presença urbana” da Avenida, dos bairros do Alboi e da Beira-Mar e do Parque D. Pedro V¹¹⁴ (Figura 4.2).

O centro da cidade encontra-se associado à Ponte-Praça¹¹⁵ denominada por “as Pontes” e sua envolvente: inclui a Praça da República (área no interior das antigas muralhas medievais¹¹⁶), parte do Bairro da Beira-Mar e o início da Avenida, a maior avenida que liga o centro da cidade à estação de comboios, a qual constituiu a “espinha” do desenvolvimento urbano, comercial e de serviços.

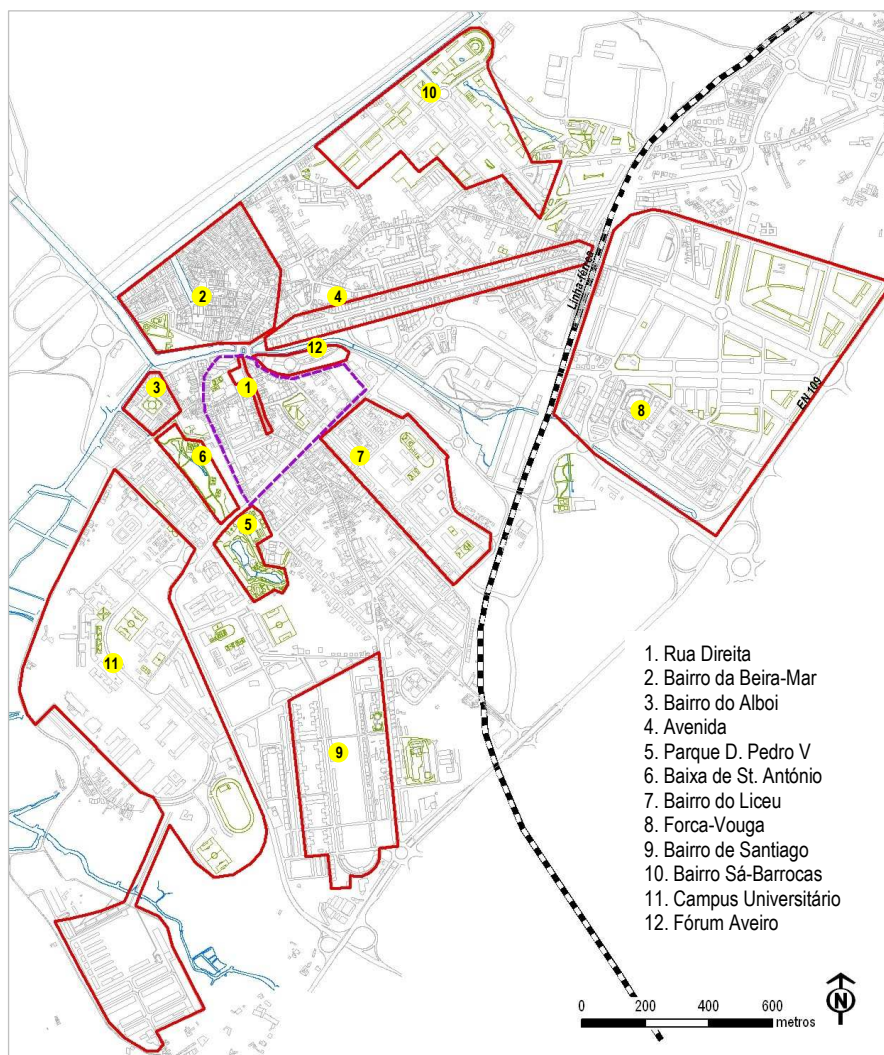
O centro da cidade caracteriza-se por um sistema de ruas estreitas e praças que acomodam o edificado antigo mas, organizado. Estes edifícios têm na sua maioria três a quatro pisos, sendo o primeiro destinado a comércio. A actividade comercial é bastante diversificada, verificando-se ainda uma elevada concentração de serviços públicos e privados, contudo tem vindo a ocorrer uma descentralização de serviços, essencialmente para a zona da Forca-Vouga.

¹¹⁴ O espaço do Jardim e Parque do Infante D. Pedro corresponde ao ajardinamento de uma extensa zona na franja urbana mais ocidental. Em típica apropriação oitocentista de uma quinta conventual, organizada em torno de uma linha de água. Inaugurado em 1927 foi prolongado para Norte dos seus muros, até ao limite do vale e próximo do canal, pelo parque da Baixa de Santo António (CMA, 1996; TAVARES e TAVARES, 2003).

¹¹⁵ Praça General Humberto Delgado.

¹¹⁶ A cidade muralhada consiste no núcleo urbano primitivo da vila; o seu desenvolvimento concentrava-se de início no local da igreja de S. Miguel (actual Praça da República); a grande concentração de edifícios com as mais variadas funções em torno da igreja matriz é indício do centro nevrálgico da vila (Fonte: CMA, 1996; TAVARES e TAVARES, 2003).

Na área adjacente ao centro da cidade, e que foi durante anos uma área expectante, foi construído o primeiro espaço comercial a céu aberto do país, designado por "Fórum Aveiro", onde os espaços comuns predominam e se confundem com o espaço público urbano.



Fonte: TAVARES e TAVARES, 2003.

Figura 4.2 – Principais espaços/conjuntos urbanos na cidade de Aveiro.

A imagem da cidade de Aveiro também é marcada pela existência de uma série de edifícios de "Arte Nova", pela presença de diferentes linguagens da arquitectura, inúmeros edifícios religiosos de diversas ordens monásticas de grande interesse patrimonial, alguns deles classificados oficialmente pelo IPPAR (Figura 4.3).

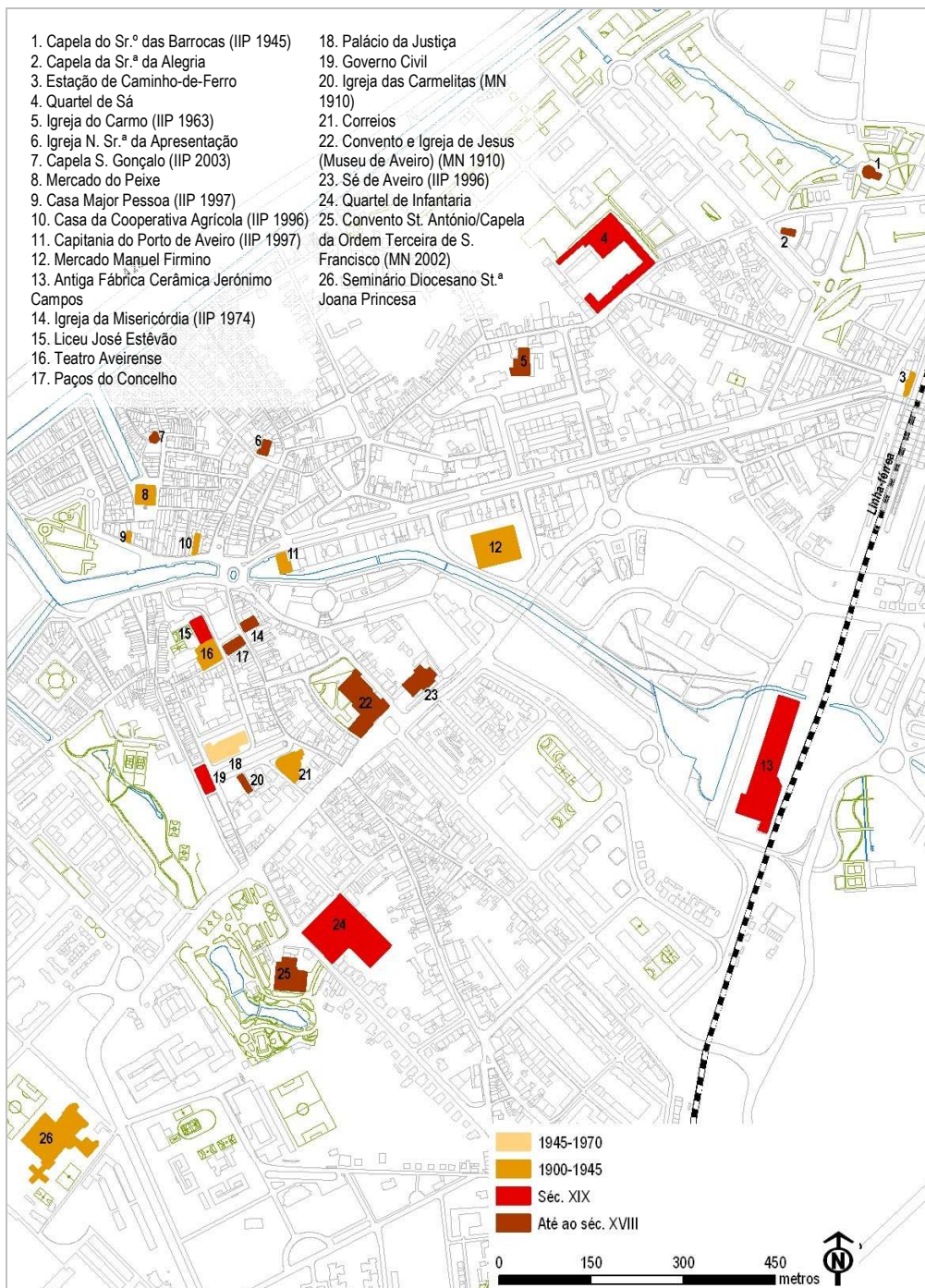


Figura 4.3 – Alguns edifícios marcantes na história de Aveiro.

Os elementos marcantes da imagem e da história da cidade sempre assumiram importância, significado e interesse por parte dos cidadãos em geral. No entanto, determinadas intervenções da administração local e/ou central em nome do progresso e desenvolvimento nem sempre traduziram a compreensão e a valorização de um

património natural, edificado, histórico e cultural (CMA, 1996)¹¹⁷. Este “desinteresse” pelo património pode justificar-se pela tradição neoliberal e a consolidação de uma aristocracia ascendente na cidade de Aveiro.

4.1. Expansão da cidade: do núcleo central ao crescimento linear

A expansão da cidade desenvolveu-se a partir de um núcleo central identificado com a envolvente da antiga muralha (Figura 4.4). Mais tarde, assumiram importância as expansões extramuros dos bairros da Beira-Mar e Alboi e ainda “amarrações” de áreas habitacionais proporcionadas pelas instituições religiosas (Figura 4.5).

O Bairro da Beira-Mar consiste na primeira expansão do aglomerado, aliada ao crescimento das actividades ligadas à água (comércio do sal, armazéns de apoio às fainas piscatórias), mantendo as características da malha urbana com pequenas praças residenciais, criando uma sequência de espaços muito rica do ponto de vista sócio-urbano. Apresenta duas unidades de traçados distintos: o sector mais antigo, a Nascente, que procura a salubridade dos lugares mais altos para se instalar; e o sector extremo, situado na plataforma mais baixa e completamente reconstruído no Séc. XIX, envolvendo um grande Rossio entre o Cais dos Botirões e o Canal das Pirâmides, que obedece a uma matriz de desenho urbano quadriculado dando-lhe um carácter distinto. É uma zona predominantemente habitacional (nas zonas mais afastadas dos lugares centrais), notando-se actualmente a ocupação comercial nas zonas junto ao Canal, Rossio, Pontes, Praça do Peixe e Avenida.

O Bairro do Alboi é uma estrutura residencial da viragem do Séc. XIX-XX constituindo um exemplo de iniciativa de urbanização particular com carácter de

¹¹⁷ De salientar os desaparecidos templos do Espírito Santo (actual Largo das 5 Bicas), da Vera Cruz (actual Largo Maia Magalhães), de S. Miguel (actual Praça da República) e de S. João (actual Rossio), assim como o fim dado às principais artérias de acesso ao núcleo urbano e eixos de crescimento (por exemplo, a rua do Seixal, entretanto obliterada, com a rua Engenheiro Von Haff) (ROSSA, 2007).

investimento produtivo, ligado ao armazenamento do sal, oferecendo casas térreas de frente reduzida e um só pavimento, à procura de um mercado na área da habitação popular. O desenho geométrico do conjunto, com os acessos entrando em cruz no jardim quadrado central, confere ao sítio um carácter de intimidade que o torna um lugar raro na cidade. A maioria das construções está hoje muito alterada, conservando-se ainda os acessos originais pelas traseiras das habitações associados ao uso de alfaías profissionais (CMA, 1996; TAVARES e TAVARES, 2003).

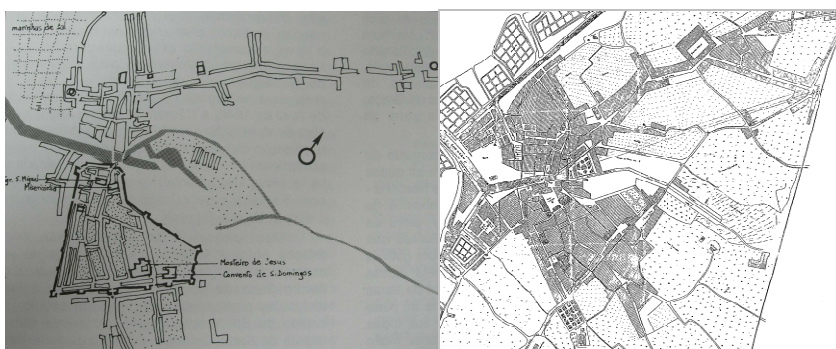


Figura 4.4 – Planta da Cidade de Aveiro (fim do Séc. XVIII) e em 1904 (PATRÃO, 2000).



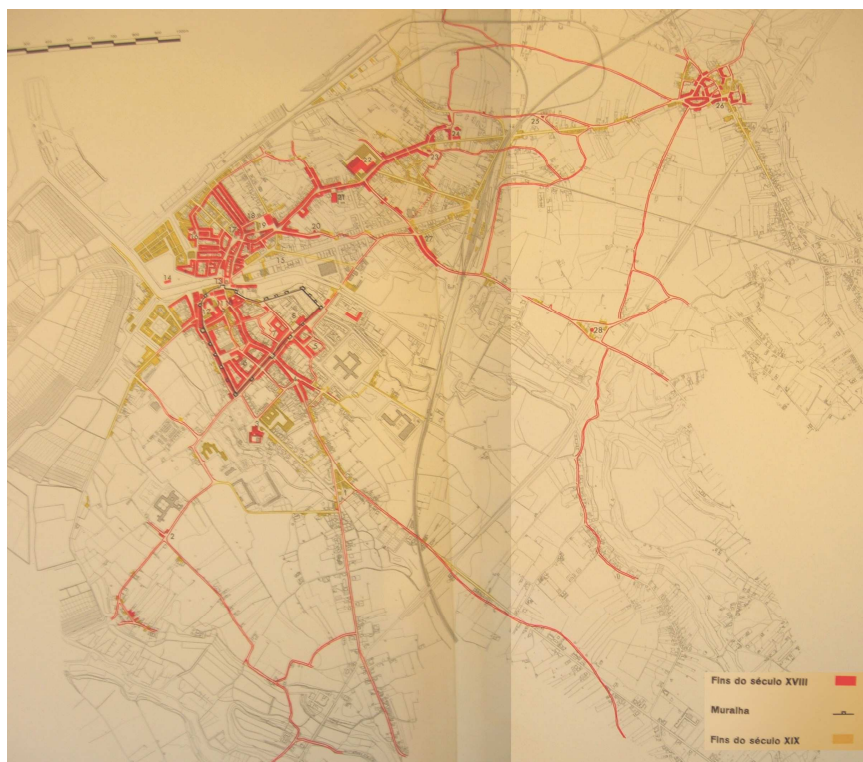
Fonte: Imagoteca Municipal de Aveiro.

Figura 4.5 - Planta da Cidade de Aveiro 1931.

Aveiro foi tomando forma pela sucessiva densificação dos seus caminhos em direcção às áreas rurais mais periféricas (crescimento linear), convergentes para o núcleo central mais compacto, situação que não favoreceu o desenvolvimento de

outros aglomerados urbanos que se aproximassem da escala e importância da cidade de Aveiro (Figura 4.6).

Associado a este crescimento disperso, Aveiro tem vindo a transformar-se numa cidade cada vez mais fragmentada e a perder parte do seu valor patrimonial, arquitectónico e ambiental, assistindo-se a uma acentuada transformação da morfologia da cidade existente, das suas principais características de escala humana e desenho urbano, designadamente, ausência de preocupações ao nível do espaço público (como local de encontro) e na falta de elementos estruturantes e de identidade nos “novos” lugares.



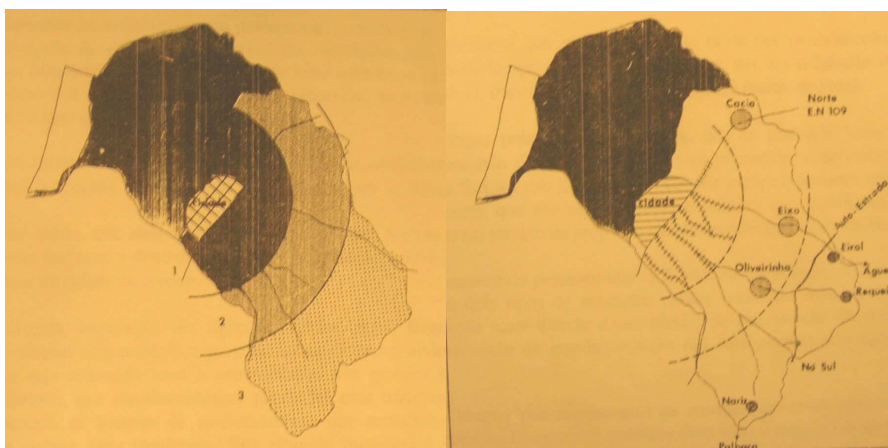
Fonte: Plano Director 1964.

Figura 4.6 – Desenvolvimento da cidade.

Segundo o Plano Director Municipal (PDM) (1995) a estrutura urbana do concelho era interpretada como um modelo rádio-concêntrico baseado na influência do

centro – a cidade - com as principais funções urbanas, polarizando os espaços envolventes com intensidade decrescente, em função da redução da acessibilidade. Este modelo é constituído por três coroas periféricas à cidade, nas quais a dinâmica dos factores de desenvolvimento é sucessivamente menor (Figura 4.7):

1. Na proximidade da cidade, uma zona de povoamento linear contínuo;
2. Uma zona de transição de características semi-rurais;
3. A Sul do concelho, as freguesias rurais.



Fonte: CMA, 1995, Relatório do PDM.

Figura 4.7 – Estrutura urbana do concelho.

4.2. O papel dos canais urbanos

Os canais¹¹⁸ fazem parte da evolução histórica da cidade, com funções distintas e que se foram alterando, tendo como principais factores o desaparecimento das actividades tradicionais ligadas à Ria, o processo de desindustrialização da cidade, e o crescimento da cidade para áreas anteriormente ocupadas com funções urbanas menos nobres. Esta situação resultou no abandono de áreas, com recursos patrimoniais, exemplos de memórias “em esquecimento”: antigas indústrias (Fábrica

¹¹⁸ Os canais, autênticas ruas aquáticas regularizadas, disciplinadas e singularizadas entre os séculos XVIII e XIX revelam uma surpreendente perspectiva urbana, com as finas pirâmides de mármore que abrem o Canal Central, os seus parapeitos de cantaria e as pontes em arco (TAVARES e TAVARES, 2003).

de Cerâmica Jerónimo Campos) no Canal do Cojo, velhos armazéns de sal no Canal de S. Roque, a lota e o salgado no Canal das Pirâmides (Figura 4.8).



Figura 4.8 – Canais urbanos.

O Canal de S. Roque encontra-se associado a três momentos distintos: 1) aos armazéns de sal e ao Bairro da Beira-Mar (população tradicionalmente ligada à Ria); 2) às funções menos qualificadas (garagens, reparações) devido à perda da importância da Ria e 3) actividades lúdicas e recreativas ligadas à restauração e cafetaria (Praça do Peixe). O Canal Central é a imagem emblemática da cidade, pela forma como rasga a cidade e como enquadra os exemplares de arquitectura de "arte nova", caracterizado pela forte terciarização e pela presença do Jardim do Rossio. O Canal do Cojo, um local tradicional de localização industrial (Fábrica Jerónimo Campos, Aleluia), foi entretanto liberto mas ausente de uma estratégia durante muito tempo. O Canal das Pirâmides constitui o eixo de localização das funções pesadas do Porto de Aveiro (estaleiros e

lota). O Canal do Paraíso, outrora as traseiras da cidade, é hoje um dos elementos mais procurados para a localização de funções nobres (habitacionais).

Os canais foram, durante muitos anos, memórias esquecidas e sítios abandonados, não constituindo prioridade de intervenção urbanística, enquanto a cidade se expandia para áreas mais periféricas.

Mais recentemente, a intervenção nos canais foi reconsiderada pelo município, ao abrigo de uma iniciativa da administração central - o Programa Polis, assumindo-se como elemento "catalizador" e de "refocagem" da imagem da cidade; neste âmbito, procedeu-se à reabilitação do espaço público marginal aos canais da Ria e das funções que os marginam, já que estes são factores da sua reanimação. Foram adoptadas medidas para promover um maior usufruto do espaço público ao longo dos canais, designadamente: mais atravessamentos (pontes) de ligação entre as duas margens, com cuidados ao nível do mobiliário urbano e da própria arquitectura das pontes; localização de equipamentos públicos em edifícios de elevado valor patrimonial que promovam uma aproximação e usufruto do espaço (edifícios da Capitania e da antiga Fábrica Jerónimo Campos); e libertação e arranjo das zonas marginais para fruição pedonal (Canal de S. Roque).

4.3. Análise das intervenções urbanas

Pretende-se analisar a política e planeamento urbano através dos elementos culturais, com implicações na legibilidade da estrutura urbana, na valorização e equidade do espaço público e na identidade local. A análise é feita a partir da evolução da cidade por períodos, os quais são marcados por instrumentos administrativos, projectos de desenvolvimento e políticas urbanas com consequências na transformação da cidade. Serão abordados os objectivos e as estratégias definidas, os meios e

instrumentos para a sua concretização e os resultados ao nível do espaço público e elementos culturais e patrimoniais. Ao longo dos períodos analisados verificam-se alterações no sistema de planeamento, passando da definição de políticas e viabilização de processos de planeamento, através de planos, para projectos de desenvolvimento urbano com carácter emblemático, num contexto caracterizado pela indefinição de critérios para o correcto ordenamento do território e consolidação do papel e uso do espaço urbano.

Esta análise é feita a partir dos anos 40 do Séc. XX, período que é dado início à elaboração do Anteplano de Urbanização de Aveiro, com o objectivo de obter a sua transformação e desenvolvimento da cidade, segundo as exigências da vida económica e social, da higiene e da viação, dando importância aos municípios para transformar o território. De um modo geral esta é a periodização:

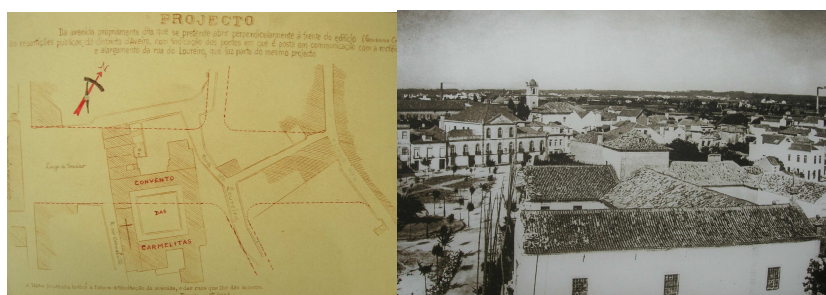
- Anos 40 e 50 – Anteplanos de Urbanização da Cidade de Aveiro (1948 e 1959);
- Anos 60 e 70 – Plano Director da Cidade de 1964, Plano Integrado de Aveiro-Santiago (PIAS) (1979), Plano Geral da Universidade de Aveiro (1979);
- Anos 80 – Plano Geral de Urbanização de Aveiro (1981), planos e estudos urbanísticos de pormenor;
- Anos 90 – PDM (1995), Plano Estratégico de Aveiro (1996), PROCOM (1997);
- Início do Séc. XXI – Programa Polis Aveiro.

Mas, antes de iniciar a análise por períodos serão apresentadas algumas intervenções que marcaram a estrutura urbana, o espaço público e o desenvolvimento da cidade no início do Séc. XX, designadamente, 1) a transformação do Terreiro das Carmelitas pela Praça Marquês de Pombal, resultando no corte de parte do Convento

das Carmelitas; 2) a construção da Avenida – *tipo boulevard* - no sentido de ligar a Estação de caminho-de-ferro ao centro da cidade (“as Pontes”), dando à cidade um aspecto mais desafogado e moderno; e 3) a demolição da velha “Fonte dos Arcos” ou “Fonte da Praça” na Praça Joaquim Melo e Freitas, principal fonte de abastecimento e motivo de encontro e conversa de mulheres e jovens.

4.3.1. Intervenções na estrutura urbana no início do Séc. XX

Tendo em vista a ligação do futuro edifício do Governo Civil (antigo palacete reconstruído no Séc. XIX) com a rua Direita¹¹⁹, a CMA promove no início do Séc. XX a abertura de uma praça ou rua, que amputou a parte Norte do Convento das Carmelitas (Séc. XVII) (). O Terreiro das Carmelitas é transformado na Praça Marquês de Pombal, com 108 metros de comprimento e 40 metros de largura (Figura 4.9 e Figura 4.10).



Fonte: Imagoteca Municipal de Aveiro; CMA/Pelouro da Cultura, 2001.

Figura 4.9 - Corte do Convento das Carmelitas em 1905.



Fonte: CMA/Pelouro da Cultura, 2001.

Figura 4.10 - Praça Marquês de Pombal em 1929.

¹¹⁹ Unidade formada pela Praça da República, rua de Coimbra e rua dos Combatentes da Grande Guerra, constitui um espaço urbano de grande carácter que amarra a antiga rua Direita, eixo de origem medieval penetrante na cidade muralhada a partir das suas portas principais Norte e Sul, ao centro cívico que ainda é a Praça da República cercada por edifícios-monumento. Transformada em rua pedonal entre a Praça de Marquês do Pombal até à Ponte Praça, vai desafiando algumas das mais interessantes construções do núcleo antigo (CMA, 1996; TAVARES e TAVARES, 2003).

Esta intervenção foi alvo de enorme “desgosto” por parte da população local que, inclusivamente, enviou uma Carta a “Sua Majestade El-Rei” a solicitar que evitasse a sua destruição parcial. Mas de nada valeu! Contudo, a Igreja das Carmelitas foi classificada como Monumento Nacional em 1910¹²⁰.

De referir que, o Convento e a Igreja das Carmelitas ao longo dos anos foram alvo de inúmeras “reclamações” pela sua conservação por parte da população aveirense. Em 1979 referia-se em notícia o seu “estado deplorável”: “*Monumento Nacional votado ao abandono?*” (CERVEIRA, 1979); em 1986, após pintura “desajustada” do Convento das Carmelitas (entretanto ocupado pela PSP), reclamava-se para “*reparar o telhado e pintar a capela das Carmelitas*” (NEVES, 1986). Como resultado das recentes obras, a escala “abstracta” da praça não contribui para o seu significado (Figura 4.11).

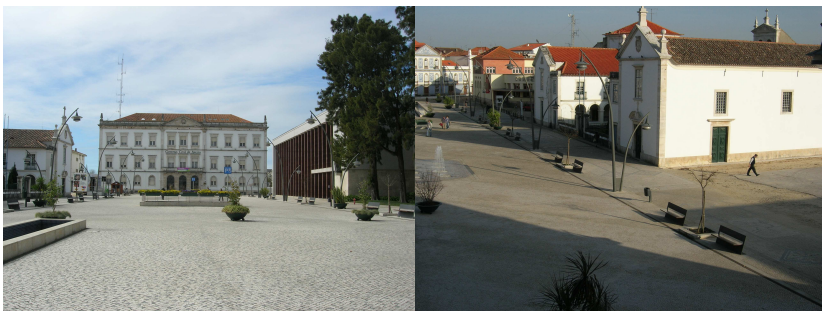


Figura 4.11 – Praça Marquês de Pombal em 2007 (Governo Civil e Convento e Igreja das Carmelitas).

Nos finais do primeiro quartel do Séc. XX rasga-se a Avenida – *tipo boulevard* - no sentido de ligar a Estação de caminho-de-ferro ao centro da cidade (“as Pontes”), dando à cidade um aspecto mais desafogado e moderno (Figura 4.12). A Avenida conferiu à cidade um aspecto mais desafogado, permitindo, inicialmente, novos espaços para a “burguesia” urbana instalar as suas moradias, concentrando

¹²⁰ DG 136 de 23-06-1910. De referir que no mesmo ano foram classificados como Monumento Nacional o Museu de Santa Joana (16-06-1910, DG 136 de 23-06-1910) e o Cruzeiro de São Domingos (16-06-1910, DG 136 de 23-06-1910).

posteriormente actividades comerciais e serviços, e com funções privilegiadas no passeio pedonal. Nela se viriam a edificar, em novas linguagens modernistas, os novos programas funcionais da “nova” cidade – novas pensões (1928), clubes sociais (1939), novíssimas “garages” (1945), cinemas (1949) e bancos (“Portugal”, 1952) (CMA, 1996; TAVARES E TAVARES, 2003). A Avenida enquadra-se na estrutura mental do grande urbanismo da época obedecendo aos seguintes princípios (CMA, 1996):

- Circulação fácil e cómoda;
- Imagem geral de modernidade, criando espaços com luz e arborização, proporcionando uma nova arquitectura urbana de valor;
- Revalorização e reenquadramento de aspectos notáveis da cidade, através de eixos e perspectivas;
- Espaço livre resultante numa faixa central arborizada de dimensão significativa.



Fonte: Imagoteca Municipal de Aveiro.

Figura 4.12 – Avenida em 1953 e em 2007.

Uma intervenção, face às exigências urbanísticas, também geradora de algum movimento citadino foi a demolição, em 1932, da velha “Fonte dos Arcos” ou “Fonte da Praça” na Praça Joaquim Melo e Freitas (Figura 4.13). Era a principal fonte de abastecimento e motivo de encontro e conversa de mulheres e jovens. Além disso,

esta praça caracterizava-se por ser um local aconchegado e soalheiro, associado a uma significativa arcada de acesso à rua dos Mercadores, assumindo-se desde cedo como uma espécie de condensador social na vivência colectiva da cidade. Era a entrada privilegiada em toda a área que se caracterizava pelos conjuntos típicos de casas construídas em adobe, a par de construções dos séculos XVI a XIX. O tempo tem descaracterizado as arquitecturas envolventes que definiam a forma da praça.



Fonte: CMA/Pelouro da Cultura, 2001.

Figura 4.13 - Fonte dos Arcos (1925) (demolida em 1932).

"A Praça Melo e Freitas era um lugar de encontro. Na Rua João Mendonça as feiras das madeiras e cebolas. A proximidade de água atraía. O espaço foi invadido pelo automóvel. O café que aí existia foi substituído por um banco" (TRINDADE, 1992).

Esta fonte viria a ser reconstruída (nos anos 60) noutra local: "(...) à sombra do magnífico imóvel municipal que verá a Ria da Praça da República." (Jornal "Litoral", 1967: 3), permitindo assim a "(...) realização (...) de desejo de todos os aveirenses" (Jornal "Litoral", 1962: 5). Porém, a sua legibilidade não é clara nem acolhedora como local de encontro (Figura 4.14). Paralelamente, a designação "Fonte dos Arcos" ou "Fonte da Praça", associada à sua localização original, deixa de fazer sentido.



Figura 4.14 – Nova "Fonte dos Arcos" (2007).

4.3.2. Anos 40 e 50: racionalidade dos traçados

Em Portugal a partir de 1950, com o progressivo enfraquecimento doutrinário do regime salazarista, levando à ruptura da urbanística formal, os poderes públicos aderem à urbanística moderna oficializando-a e institucionalizando-a até à banalização (LAMAS, 1992; CARVALHO, 2003). São realizados os primeiros planos de inspiração da Carta de Atenas, com as seguintes características: subalternizam a cidade pré-existente, enfatizam as vias de circulação, segregando o tráfego automóvel, adoptam um zonamento unifuncional e organizam o aglomerado em novas unidades residenciais independentes entre si (LAMAS, 1992).

Na cidade de Aveiro, este período é marcado pelo arquitecto-urbanista Moreira da Silva¹²¹, pelos planos que elaborou e à política poupada do Estado Novo.

Segundo Moreira da Silva (1948) *“Aveiro tem em certos sítios ruas a mais, quarteirões pequenos e tão exíguos que por vezes mal cabem dois prédios no espaço compreendido entre duas ruas paralelas, sobretudo na parte velha da freguesia da Glória e nas zonas habitadas pela população mais humilde junto aos canais. A sua parte baixa ou central é a zona preferida pelo grande e pequeno comércio e a administração. Nela encontram-se instalados o comércio bancário, os estabelecimentos de vestuário e artigos diversos, restaurantes, cafés, mercearias, oficinas, escritórios, livrarias, papelarias, a Câmara Municipal, a Capitania, o Governo Civil, a Biblioteca Pública, o Museu e a maior parte dos edifícios religiosos.”*

A cidade de Aveiro possuía os seguintes edifícios públicos, sobretudo dos séculos XVII e XVIII, com *“interesse plástico e turístico por si e pelos valores morais e*

¹²¹ Em 1945 a CMA contracta os serviços de Moreira da Silva para elaborar o Plano de Urbanização da cidade de Aveiro sendo-lhe renovado em 1958 quando foi encarregue de fazer o Ante-Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro de 1959 (co-autor com a Arquitecta Maria José Marques da Silva Martins). O Antepiano de Urbanização de Aveiro é apresentado em Maio de 1960, o qual constitui remodelação do inicial, que foi alvo de Despacho Ministerial a 13 de Novembro de 1952, sendo uma das principais objecções levantadas desse plano a falta de estudos básicos relativamente à localização do porto de Aveiro.

materiais" (Moreira da Silva, 1948): o edifício dos Paços do Concelho, as igrejas da Sé e da Misericórdia, os antigos conventos de Jesus e do Carmo, as capelas do Nosso Senhor das Barrocas e de S. Gonçalinho, a fachada da Biblioteca Pública. Como espaços públicos de construção mais recente existiam: a Capitania, os quartéis de Cavalaria N.º 5 e N.º 10 (mais pelas dimensões do que pela composição arquitectónica), o edifício dos CTT, a cadeia, o Governo Civil (*"está longe de corresponder ao papel representativo que desempenha"*), o Liceu e o Teatro (*"casarões nada mais"*). Além disso, *"Os edifícios públicos encontravam-se dispersos sem beneficiarem de valorização que os grandes conjuntos lhes podiam dar"* (Moreira da Silva, 1948).

Embora *"poucos e sem qualidade"* Moreira da Silva (1948) identifica os seguintes *"monumentos comemorativos, vocativos ou simplesmente decorativos"*: monumento a José Estêvão (Praça da República); monumento aos Mortos da 1ª Grande Guerra (topo Oeste da Avenida); monumento aos Mártires da Liberdade (Praça Joaquim Melo e Freitas¹²²). A sua localização estaria associada aos locais de maior importância do espaço urbano. Estes "monumentos" ainda se mantêm hoje nos mesmos locais.

Os edifícios comerciais eram *"banais"* e os espaços livres eram constituídos pelo Parque, Canais, Rossio¹²³ (local onde se realizava a Feira de Março - *"costume antigo"* que durante um mês, atrai visitantes e que prevalece nos dias de hoje, embora em local distinto), Largo do Conselheiro Queirós (Alboi), os cemitérios e o Estádio Mário Duarte, não havendo qualquer referência a pequenas praças/largos, mas importantes espaços de encontro e sociabilidade.

¹²² Anterior designação: Praça do Comércio.

¹²³ Em 1959, entre 5 de Julho e 16 de Agosto, ocorreu a Exposição Industrial, instalada no Rossio, registando a presença de 10.000 visitantes (ALBINO, 1961: 10).

A propósito da Feira de Março, em 1955 dizia-se: "(...) não vislumbro tradição, costume ou testemunho material do passado de Aveiro que exceda em antiguidade a Feira de Março." "Mais remota que a propecta feira apenas se apontarão a capelinha discreta de Nossa Sr.^a da Alegria, outrora sede da confraria dos pescadores e mareantes (...) e a Fonte da Pega (...) e a de Benespera. Ambas de situavam, todavia, nessas longínquas épocas, nos subúrbios da povoação." "Tudo o mais foi desaparecendo ou se transformou (...)" "O mais antigo dos espéctaculos apresentados na feira (...) foi em 1837, o do Circo Olímpico (...)" "A Feira de Março faz parte de Aveiro, como a luz que aqui derrama, como a Ria, como a águia do seu brasão, como todos os seus valores perpétuos." (CERQUEIRA, 1955: 1).

"Apesar de possuir um património artístico relativamente rico, Aveiro não pode ufanar-se de possuir, em número ou em qualidade, monumentos comemorativos, votivos ou simplesmente decorativos, susceptíveis de contribuir para o seu prestígio e glorioso passado" (Moreira da Silva, 1948).

No entanto, a sua localização no Rossio era alvo de críticas (Figura 4.15) "Rossio – área descarnada no centro da cidade", "Feira de Março – Anacronismo incompreensível nos nossos dias", "Rossio – Local de esperança duma Aveiro moderna e actual" "(...) apesar de tão central, está tão mal aproveitado." "(...) durante onze meses do ano, mesmo no centro da cidade, podem os aveirenses orgulhar-se de possuir o maior e mais amplo albergue de camionetas de turismo que conheço pelo País fora." "Durante um mês a Feira de Março ocupa o largo, a desactualizada Feira de Março, que de ano para ano vem trazendo menos gente (...)" "(...) terá ela um valor tão grande (...) que só por si constitua escolha que impeça uma melhor aproveitamento e uma mais constante utilização dum largo que – todos nós sabemos – é excelente para tantos fins?" "Não desdenhamos do valor da Tradição. Pelo contrário!

Mas pensamos que a Tradição não pode ser arquivo ou palimpsesto de ideias mortas: antes deve ser experiência realizada através dos tempos.” (ALBINO, 1961: 10).



Fonte: Jornal “Litoral”, 1961: 10; GoogleEarth, 2007.

Figura 4.15 – Feira de Março no Rossio (esquerda) e Rossio em 2007 (direita).

O arquitecto-urbanista Moreira da Silva ao nível dos conceitos e traçados situa-se próximo de Etienne de Gröer¹²⁴ (LOBO, 1995). Qualquer dos planos que elaborou correspondia a uma intervenção pontual, referente a novas áreas residenciais e à determinação de local para implantação de equipamentos, em que a edificabilidade dos seus planos desenhados à escala 1/500 é baseada na pequena intervenção parcial.

As propostas funcionavam através do somatório de uma série de projectos de urbanização, que não passavam de estudos prévios de arquitectura, os quais, embora funcionassem como cirurgia na malha urbana serviram para a sua qualificação progressiva (CMA, 1996). Não existia, no Antepiano, uma ideia global para a cidade.

Ou seja, o Plano pretendia preencher as manchas (ao contrário do crescimento linear que caracterizava a expansão), preservando, no entanto, a parte antiga da cidade (como conjunto urbano); aliás, conforme refere “proposta”¹²⁵ relativa ao Antepiano de Urbanização de Aveiro aprovada pelo Conselho Municipal na sessão a 25

¹²⁴ Etienne De Gröer revela-se um urbanista defensor do modelo da cidade-jardim, defendendo pequenas altimetrias, considerando o arranha-céus “uma especulação fundiária desenfreada”. Para De Gröer a reforma do centro antigo assume uma importância comparável à das propostas relativas à expansão da cidade. No entanto, a resolução dos problemas de tráfego na cidade histórica sobrepõem-se à sua preservação, dando origem a grandes operações de “esventramento”.

¹²⁵ in Arquivo Histórico, Biblioteca Municipal de Aveiro.

de Setembro de 1947, "(...) o Arquitecto-urbanista demonstrou verdadeiro sentido das realidades, poupando o mais possível a parte antiga da cidade."

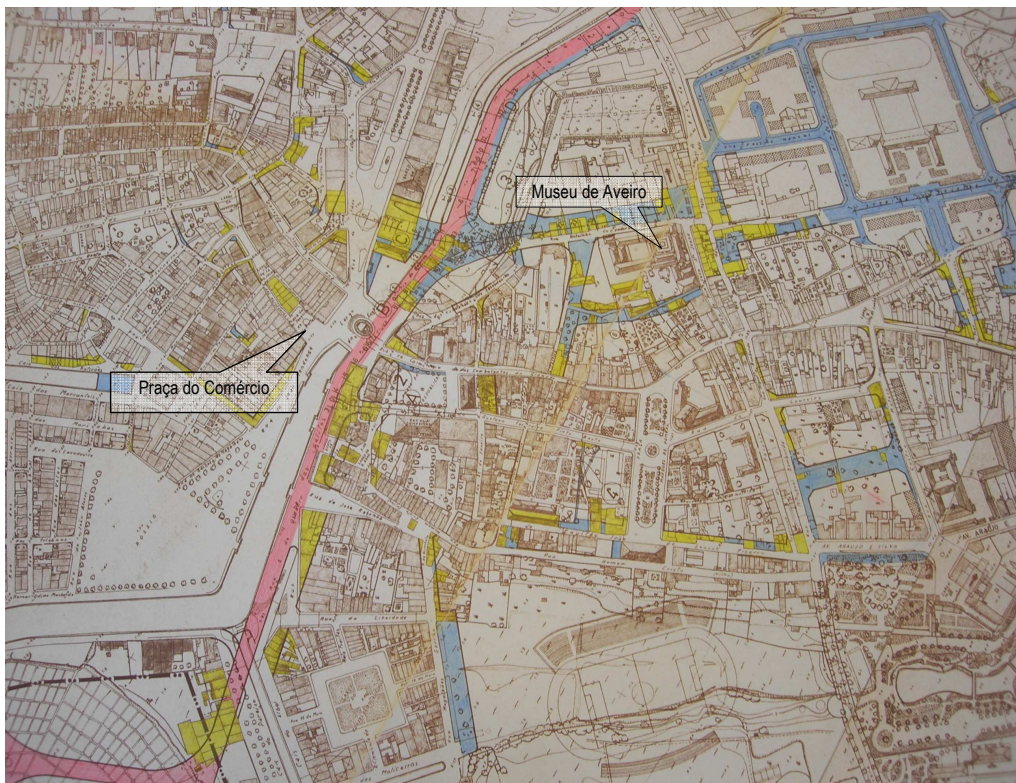
Contudo, embora se preservasse a parte antiga da cidade no seu conjunto, são propostas inúmeras demolições (Figura 4.16), sendo de salientar que muitos dos edifícios a demolir se encontravam em bom estado (Figura 4.17). Estas demolições resultam de propostas de rectificação, alargamento e prolongamento de arruamentos e consequente alinhamento de edifícios marginais.

De referir a demolição de edifícios defronte do Museu Regional de Aveiro (Praça do Milenário) tendo como objectivo assegurar o "desafogo" necessário à circulação interna (conforme é referido no parecer do Ministério das Obras Públicas relativamente ao Antepiano de Urbanização de Aveiro de 1960¹²⁶) e assegurar a "*supressão dos tugúrios entalados nos restos das antigas muralhas existentes entre as ruas da Princesa Santa Joana e do Rato*" (Moreira da Silva, 1947). Ainda na mesma área, a Câmara Municipal de Aveiro (CMA) deliberou o projecto do arranjo do Adro de S. Domingos (1954) em virtude do alargamento da Rua do Batalhão de Caçadores 10. Só parte do edificado proposto a demolir foi efectivamente demolido nessa altura, o que permitiu "articular" a recente Av. Oliveira Salazar¹²⁷, proporcionando-lhe como limite visual o Museu Regional de Aveiro.

A estrutura viária era em grande parte determinada pelas novas construções, abrindo-se novo arruamento quando era necessário implantar nova construção, associado a um edifício público, o qual, quer pela sua dimensão, quer pela visibilidade (limite dos eixos e maior abertura), constituía um elemento marcante, permitindo facilmente a sua identificação no conjunto (bairro). Os equipamentos escolares foram determinantes na abertura da Av. 25 de Abril.

¹²⁶ In Arquivo Histórico, Biblioteca Municipal de Aveiro.

¹²⁷ Actual Av. 25 de Abril. Será assim designada no presente documento daqui em diante. Na década de 90 do Séc. XX são demolidos os restantes edifícios, na sequência da Av. Central (Av. Artur Ravara/Av. 5 de Outubro).



Fonte: Planta de Trabalho, 1952 (Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro – peças desenhadas).

Figura 4.16 – Demolições propostas (a amarelo).



Fonte: Planta Estado Actual, 1952 (Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro – peças desenhadas).

Nota: Azul – Bom; Verde – Regular; Vermelho – Mau.

Figura 4.17 – Estado de conservação dos edifícios.

A Avenida constituía a via moderna de destaque. Porém, na opinião de Moreira da Silva (1948: 52) esta avenida não “é dotada de uma praça condigna em cada uma das suas extremidades, os seus edifícios não obedecem a uma cêrcea preestabelecida e a sua perspectiva é bastante prejudicada pela existência de uma larga placa central arborizada”. Face a esta situação o Plano propõe uma nova praça, excessivamente “viária” e que resulta do prolongamento da rua do Batalhão Caçadores 10, obrigando à demolição de edifícios, sendo de salientar o edifício da Capitania (identificado como edifício público de construção mais recente) (Figura 4.18). No entanto, esta proposta, pelas avultadas quantias que exigia à CMA para a sua construção, não foi concretizada.



Fonte: Planta de Urbanização, 1960, Antepiano de Urbanização.

Figura 4.18 – Nova praça na extremidade da Av. Dr. Lourenço Peixinho.

De referir ainda as seguintes propostas de alteração da estrutura urbana:

- Demolição de quarteirão na Praça Joaquim Melo e Freitas (Figura 4.16), sendo intenção da vereação “ (...) arejar esta parte da cidade, abrindo uma grande artéria desde o cais até à Igreja da Apresentação” (CAMPOS, 1990: 3). Mas, a CMA de 1960, da presidência de Alberto Souto, abandonou a ideia

devido ao enorme custo da aquisição dos prédios e indemnizações a pagar aos inquilinos (CAMPOS, 1990: 3). No entanto, esta praça foi aos poucos perdendo a sua importância como local de encontro e aos poucos já ruíram alguns edifícios (Figura 4.19).

- Prolongamento da rua que parte da Avenida em direcção à capela do Nosso Senhor das Barrocas¹²⁸ (A CMA deliberou o estudo da urbanização do Largo do Senhor das Barrocas em 1949, sendo inaugurado o Bairro em 1961);

- Substituição do Mercado do Peixe em local mais acessível pelo transporte mecânico, no topo de avenida, que transversalmente à Avenida, liga o

"Do Canal de S. Roque parte um ramal que serve o seu antiquado e feio Mercado do Peixe..."
(Moreira da Silva, 1948)

actual Mercado Municipal com a futura avenida de acesso ao porto comercial e de pesca. Da reunião do Conselho Municipal a 25 de Setembro de 1947 em resposta ao Antepiano entregue a 4 de Setembro, e na sequência da demolição do Mercado do Peixe, propõe-se suprimir o canal da Praça do Peixe ou prolongar o canal até ao Canal Central. A equipa do plano defende a importância de manter o canal como espelho de água (depois de construída rede de esgotos) além de que o seu eventual prolongamento iria resultar na criação de uma ilha. No final o edifício do Mercado foi "salvo".



Figura 4.19 – Praça Joaquim Melo e Freitas (2007).

¹²⁸ A Capela Nosso Senhor das Barrocas foi classificada como Imóvel de Interesse Público (34 452, DG 59 de 20-03-1945, DG (II Série), n.º 60, de 12-03-1959).

Neste período, as principais transformações no desenvolvimento da estrutura urbana da cidade (enquadradas nos planos desenvolvidos) foram (Figura 4.20):

- Área educacional ao longo da Av. 25 de Abril;
- Concentração da actividade terciária na Avenida;
- Novas áreas residenciais (junto à rua do Príncipe Perfeito, Capela das Barrocas, Bairro Dr. Álvaro Sampaio¹²⁹, rua Dr. Francisco V. Guimarães.



O Bairro do Liceu é a alegria dos olhos e está delineado segundo os modernos princípios urbanísticos, lamentando no entanto que não esteja definitivamente aprovado a fim de evitar a posição incerta do município perante a lei, sendo de salientar que esta situação mantém-se há sete anos (Relatório de 1954). (Jornal "Litoral", 1961: 2)

Figura 4.20 – Principais intervenções nos anos 40/50.

O Bairro do Liceu, cuja primeira fase refere-se ao Bairro Dr. Álvaro Sampaio, é enquadrado no "Plano Regulador" de Moreira da Silva de 1948 (CMA, 1996), e corresponde ao projecto urbano de expansão da cidade para Sul entre o alinhamento

¹²⁹ Em 1958 é feita homenagem a Dr. Álvaro Sampaio, sendo colocado um "busto" no novo bairro com o mesmo nome.

das antigas muralhas e a linha-férrea, tendo por base o Liceu (1952) e a Escola Industrial (1956). O Plano desenha uma estrutura de envolvimento residencial destinada a camadas sociais médias, com uma área de casas unifamiliares com jardim fronteiro (Bairro Dr. Álvaro Sampaio), contrapondo ao extenso eixo central (Av. 25 de Abril) com blocos residenciais também com jardim fronteiro. Este viria a ser completado no início da década de 70, seguindo os princípios da Carta de Atenas (fixados no Plano Director de Robert Auzelle, de 1964), com exemplos das primeiras torres residenciais da cidade.

As intervenções neste período em Aveiro conjugavam simultaneamente o carácter das cidades jardim com o espírito e linguagem próprios do modelo modernista. Surgem novas tipologias urbanas - bairros, associadas a uma forma regular e rectilínea, resultando num somatório de peças soltas, menosprezando a necessidade de espaço público (transferido para a propriedade privada – jardim). Em termos de espaço público, apenas se propunha o alargamento do Parque da Cidade em direcção ao Alboi (Baixa de Santo António).

De referir que neste período são substituídas as duas pontes velhas e disformes sobre o Canal Central por uma Ponte-Praça (Praça General Humberto Delgado), continuando a denominar-se hoje como: "as Pontes" (Figura 4.21 e Figura 4.22).



Fonte: Jornal "Litoral", 1964: 1; GoogleEarth, 2007.

Figura 4.21 - Centro da cidade em 1929 e em 2007.

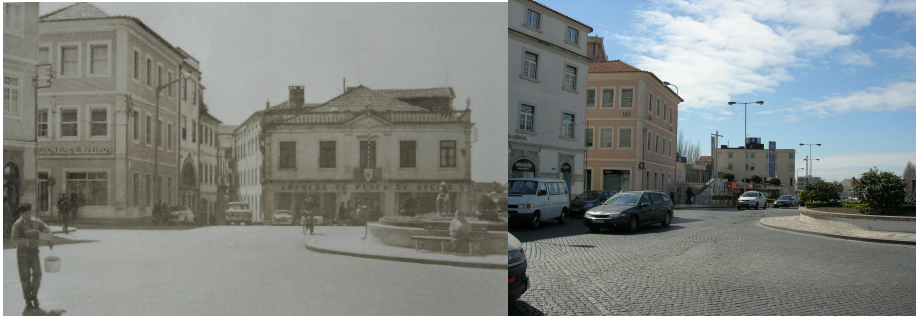


Figura 4.22 - Ponte-Praça (1964 e 2007).

Síntese

Embora sem uma estratégia para a cidade e sem ter sido efectivamente aprovado, o Antepiano de Urbanização é o instrumento que orienta o processo de planeamento neste período. Com base nas estratégias e objectivos deste instrumento, as intervenções caracterizam-se pela **racionalidade dos traçados**, em que a ordem e a rectificação das vias prevalece sobre as pré-existências, mesmo que isso resulte na demolição de edificado, hoje com significado histórico para a cidade, sendo de salientar a intenção de “aniquilar” a Capitania, “edifício público de construção mais recente” e o “antiquado e feio” Mercado do Peixe. Por sorte (!), não foram demolidos. Era a “imposição” do automóvel sobre “elementos” cujo significado histórico se deve à localização junto aos canais.

Esta necessidade de maior desafogo e o somatório de projectos, por um lado, resultam na “qualificação” da malha urbana (maior visibilidade dos elementos quer limitam as vias), mas por outro, a demolição de quarteirões, e consequentes alterações dos planos vertical e horizontal, tem efeitos negativos sobre o nível de conforto (escala humana) do espaço público.

Este plano pretendia ainda preencher a malha urbana, propondo a expansão urbana para Sul. A localização de equipamentos escolares na Av. 25 de Abril foi determinante para a abertura de áreas de expansão, caracterizadas pelo seu nível de

singularidade (novas formas urbanas) e, simultaneamente, de continuidade na estrutura urbana. Estes equipamentos são hoje elementos na estrutura urbana da cidade de Aveiro, pela sua legibilidade (dimensão, forma, singularidade).

Os bairros criados, resultando em novas formas na estrutura e imagem da cidade, são constituídos por habitações com um jardim na frente, o que resulta numa primeira tendência da “privatização” do espaço público e conseqüente abandono dos espaços de sociabilidade (rua, pequenos largos, praças). De referir apenas a proposta de alargamento do Parque D. Pedro V em direcção ao Alboi. O mau aproveitamento do espaço central do Rossio e a sua ocupação pela tradicional Feira de Março durante um mês, era alvo de “contestação” por parte da população.

No entanto, e face às propostas de alargamento das vias que obrigavam a demolição de edifícios (a maioria não concretizada), a malha urbana não é alterada, mantendo-se as ruas estreitas e quarteirões pequenos que caracterizam a zona antiga.

Os edifícios comerciais e de serviços “banais” localizavam-se na “parte baixa ou central”. As várias intervenções resultam numa intensificação da **monofuncionalidade e centralidade** das “Pontes” e Avenida. Aliás, o “responsável” pelos planos deste período pretendia dignificar o centro da cidade.

4.3.3. Anos 60 e 70: densificação e nova imagem urbana

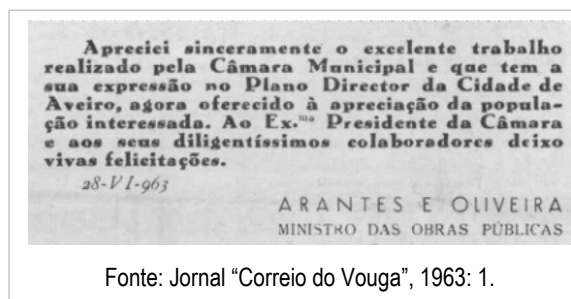
Nos anos 60 e 70 o modelo modernista generaliza-se em Portugal. Renovar era entendido como destruir o bairro, o quarteirão antigo e construir novas formas. São criadas novas tipologias construtivas, baseadas no funcionalismo: o bloco, a torre, o conjunto. Como caso extremo os postulados da Carta de Atenas obrigariam a isolar, separar e arrumar as principais funções na cidade: habitar, trabalhar, lazer e deslocações necessárias ao desempenho destas actividades. A cidade moderna

consumirá grandes áreas para bairros habitacionais sem lhes integrar funções significantes e portanto, sem enriquecimento morfológico (LAMAS, 1992).

A Carta de Atenas faz a apologia do edifício alto e isolado em lugar de destaque, que se impõe à paisagem e proporciona ar, sol, vistas e salubridade¹³⁰. Não é uma morfologia de espaços urbanos, de ruas, praças, avenidas, largos, mas de volumes e objectos pousados no território. Contudo, a qualidade de diferentes edifícios isolados ou justapostos nunca poderia por si só dar forma ao meio urbano.

Na cidade de Aveiro, o urbanismo neste período é fortemente influenciado pelo modelo modernista. Corresponde à prática do Estado Social onde se destaca o papel de Robert Auzelle (com a colaboração do arquitecto-urbanista da CMA José Semide¹³¹) que conseguiu reunir pela primeira vez num único plano – Plano Director da Cidade de 1964 - a resposta a todas as questões que interessavam à cidade constituindo um modelo de expansão e desenvolvimento que ultrapassava os modelos anteriores à escala 1/500 (CMA, 1996).

Este plano pensa a cidade de forma global, apresentando pela primeira vez uma solução de crescimento através do ordenamento



Fonte: Jornal "Correio do Vouga", 1963: 1.

do tecido urbano e a infra-estruturação lógica desse mesmo sentido.

Trata-se de um típico "Plano-Produto" (CMA, 1996) responsável pela construção da cidade onde o zonamento assume um papel determinante e inflexível, além de procurar determinar a futura forma urbana (Figura 4.23).

¹³⁰ Na Carta de Atenas: "Os edifícios altos, que conquistam a vista, a luz, o ar, espaçados entre si, tornam-se as únicas formas correctas de construção moderna".

¹³¹ A CMA criou em 1962 o Gabinete de Urbanismo (in Litoral, Ano IX, N.º 445, 4 de Maio de 1963).



Fonte: Plano Director da Cidade de 1964 (Arquivo Histórico de Aveiro).

Figura 4.23 – Zonamento (Plano Director da Cidade 1964).

O Plano apresenta o resultado final do crescimento natural sem se preocupar com as invariáveis do desenvolvimento económico que o acompanhava e que o fizeram resultar numa proposta em grande parte irrealizável. Caracteriza de certa forma o significado do plano desenhado dos anos 60 e da ideia do “progresso futurista”.

De acordo com o Plano Director da Cidade as características das antigas habitações da cidade mostram quão difícil se apresenta a sua transformação, ou seja, ruas demasiado estreitas, aliadas a um parcelar de reduzidas dimensões, resultando na “cristalização” desta tipologia de “habitat”, a qual deve ser mantida e conservada, já que representa uma arquitectura tradicional. O Plano apresenta informação cartografada relativamente à evolução urbana: 1) até finais do Séc. XVIII e 2) até finais do Séc. XIX, além de identificar alguns elementos “históricos”.

O Plano refere que é necessário não construir em demasiada altura, já que a procura de habitação, determinada pelo desenvolvimento industrial e portuário, poderia ter tendência para a habitação individual. Mas, em novas zonas habitacionais e mais particularmente na principal artéria citadina (Avenida), podem ser construídos imóveis com um "*certo número de andares*" definindo um novo carácter para Aveiro.

O principal objectivo de Auzelle foi criar uma hierarquia lógica e legível para toda a cidade, aplicando o zonamento como meio para garantir o crescimento e o sistema viário para aumentar o fluxo (Figura 4.24). A rede viária proposta baseia-se no movimento actual e na previsão à escala regional das necessidades futuras perante o desenvolvimento portuário, industrial e turístico. Apontava como obstáculos ao desenvolvimento da vida urbana as instalações portuárias e as salinas, a linha-férrea, a EN 109 e a Avenida (pela sua largura e intensidade de circulação que tende a isolar os seus dois alinhamentos). A Avenida assume-se como o eixo principal do aglomerado urbano. O futuro desenvolvimento de escritórios e comércio na zona central e dos serviços no centro cívico e cultural obriga à previsão da necessidade de estacionamento (Jornal "Litoral", 1963: 5).



Fonte: Plano Director da Cidade de 1964 (Arquivo Histórico de Aveiro).

Figura 4.24 – Rede de circulação viária.

Na Figura 4.25 observa-se a repartição das zonas habitacionais existentes e a criar dentro dos limites do aglomerado urbano. A localização das zonas a criar baseia-se nos seguintes critérios: as zonas já existentes; os serviços públicos ou de interesse comum; a natureza do sub-solo; e a panorâmica sobre a Ria.



Fonte: Plano Director da Cidade de 1964 (Arquivo Histórico de Aveiro).

Figura 4.25 – Zona habitacional (existente e proposta).

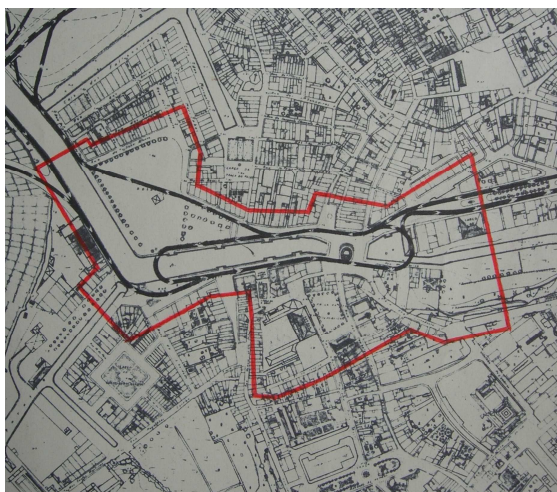
Os pedidos de construção submetidos à CMA " (...) *demonstram uma lamentável tendência para a proliferação de um falso estilo de arquitectura contemporânea, que é ainda mais lamentável quando se verifica na zona antiga da cidade. A regulamentação deverá ser estudada cuidadosamente já que é em função da sua orientação e do rigor da sua aplicação que dependerá o aspecto mais ou menos agradável da cidade no futuro*" (Jornal "Litoral", 1963: 5).

A população que numa primeira fase aderiu ao Plano Director da Cidade (1964) acabou por contestar devido ao elevado número de demolições que este propunha.

Este Plano centra-se na definição do zonamento. Mas, para garantir a qualidade do desenho urbano, propõe a elaboração de três planos parciais:

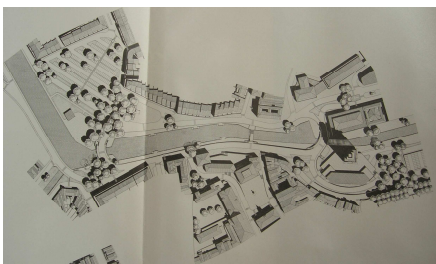
- Estudo Prévio do Arranjo Urbanístico e Arquitectónico da Zona Central de Aveiro (Figura 4.26 e Figura 4.27);
- Estudo Prévio do Arranjo Urbanístico da Avenida;
- Estudo Prévio do Arranjo Urbanístico do sector a Nascente do Bairro Dr. Sampaio.

No sentido de dignificar o centro da cidade o “Estudo Prévio do Arranjo Urbanístico e Arquitectónico da Zona Central de Aveiro” vai propor uma torre de 30 metros para a função de hotel (Figura 4.28) e um núcleo de quatro edifícios localizado entre o canal e a Praça da República (o edifício principal onde se situará o Turismo, Repartição de Finanças e Biblioteca, dois para instituições bancárias e um de escritórios) (Figura 4.29). Pretendia-se com o primeiro piso do edifício principal “aberto” favorecer a ligação entre a Ria (Canal Central) e a Praça da República, através de patamar e escadaria. A torre proposta constituía uma referência urbana e lagunar.



Fonte: CMA, 1963, Limites do Estudo da Zona Central de Aveiro (Arquivo Municipal de Aveiro).

Figura 4.26 – Zona Central (1963).



Fonte: Plano Director da Cidade de 1964 (Arquivo Histórico de Aveiro).

Figura 4.27 - Estudo Prévio do Arranjo Urbanístico e Arquitectónico da Zona Central de Aveiro.



Fonte: CMA, 2006.

Figura 4.28 – Maqueta do Plano Director da Cidade 1964.



Fonte: Imagoteca Municipal de Aveiro.

Figura 4.29 - Maqueta da Praça da República.

Propunha-se ainda a destruição da Ponte-Praça (que substituiu pouco mais de uma década antes as duas pontes que aí existiam) e a sua substituição por um sistema viário de sentidos únicos, apresentando como objectivo ligar a Praça do Comércio à Praça do Município, não tendo no entanto ocorrido os efeitos esperados uma vez que a forma de resolução do tráfego impunha atravessamentos complexos. Esta proposta obrigava à demolição do edifício da Capitania (mais uma vez!).

Em 1964 ocorre a demolição dos edifícios (frente ao edifício dos Paços do Concelho), os quais não constituíam elementos marcantes na Praça¹³², resultando no conjunto de edificado proposto (sendo o edifício principal conhecido como a “Fábrica de Chocolate”¹³³), um “projecto emblemático” para a cidade nesse período (Figura 4.30 e Figura 4.31). A demolição destes edifícios dá origem a uma nova via – rua Belém do Pará (nome de uma das “cidades irmãs e amigas” de Aveiro¹³⁴). Como consequência ocorre uma alteração significativa da malha urbana existente na envolvente e uma nova imagem na Praça da República e na rua Clube dos Galitos (Figura 4.32).

As alterações que ocorreram na Praça da República após esta intervenção basearam-se no espaço público e mais concretamente na pedonalização do espaço frente aos Paços do Concelho, aumentando a “plataforma” da Praça como “local de estar”¹³⁵.



Fonte: CMA/Pelouro da Cultura, 2001.

Figura 4.30 – Praça do Município (1963).

¹³² A Praça da República ocupa o espaço que até 1835 teria sido ocupado pela Igreja de S. Miguel (monumento mais antigo de Aveiro de que existe memória) e seu adro. Próximo do adro de S. Miguel formou-se o centro cívico da vila e implantaram-se os edifícios públicos. Constitui o ponto de fixação da evolução urbana do povoado aveirense. A primeira linha de desenvolvimento urbana dar-se-ia ao longo da via que unia as “Pontes” sobre a Ribeira com a rua Direita (PATRÃO, 2000). O plano vertical da Praça da República é confinado pelos seguintes edifícios: Liceu (1860), Teatro (1880), Igreja da Misericórdia (Séc. XVII) e Paços do Concelho (Séc. XVIII).

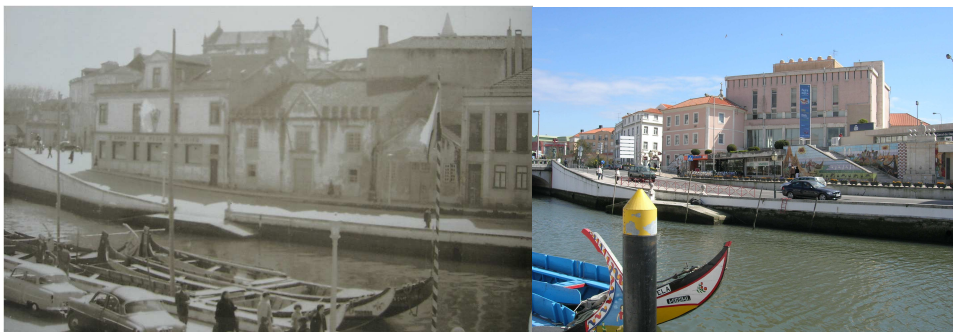
¹³³ CRUZ, 2007.

¹³⁴ Aveiro mantém laços de estreita amizade com as seguintes cidades, Belém do Pará, Arcachon, Oita, Bourges, Vigo, Viana do Castelo e Viseu (BMA, ANO VI, N.º 11, 1988).

¹³⁵ No final dos anos 90 do Séc. XX, a pedonalização da rua Direita (que margina um dos lados da Praça da República) contribui para uma maior aproximação física da “plataforma” às Pontes.



Figura 4.31 – Praça da República (2007).



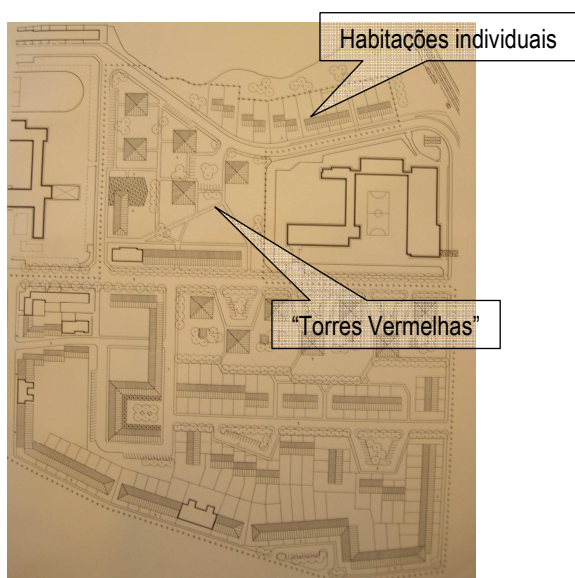
Fonte: Imagoteca Municipal de Aveiro.

Figura 4.32 – Rua Clube dos Galitos (1964 e 2007).

No “Estudo Prévio do Arranjo Urbanístico da Avenida” são introduzidas as seguintes correcções: uma continuidade dos imóveis que na maior parte do arruamento serão de sete pisos, havendo uma excepção no sector Sul localizado entre a Ria e a Travessa do Mercado onde as construções existentes e propostas (especialmente o edifício do Banco de Portugal e a torre panorâmica proposta) definem uma intenção de contraste do ponto de vista urbanístico e arquitectónico. Procurou-se evitar que o primeiro plano de fachadas se impusesse exageradamente sobre o arruamento procurando-se, no entanto, uma maior capacidade ocupacional aceitando para além da cêrcea máxima um piso recuado. A construção em altura levou a uma densificação da Avenida e crescente tendência para a terciarização, que aliás já se vinha a verificar. Pretendia-se com este plano retirar o ar de “Avenida Nova”

quarentina e falsamente moderna e propor a sua reconstrução, o que derivou na demolição massiva e injustificada de imóveis dos anos 30/40 e 50.

O “Estudo Prévio do Arranjo Urbanístico do sector a Nascente do Bairro Dr. Sampaio” (Figura 4.33) vem alterar ligeiramente o estudo anteriormente aprovado, consequência dos problemas de implantação dos imóveis e da organização dos espaços livres. A principal alteração consiste na urbanização (um pequeno conjunto de habitações individuais que poderão ser aproveitadas para o pessoal administrativo da indústria contígua) dos terrenos sobrantos a Norte, entre a via projectada (Carreiros de S. Martinho) e a exploração de terras da indústria cerâmica (localizada no Canal do Cojo).



Fonte: Plano Director da Cidade 1964.

Figura 4.33 – Estudo Prévio do Arranjo Urbanístico do sector Nascente do Bairro Dr. Sampaio.

Dada a importância e volume das construções principais (imóveis de cinco pisos de planta maciça quadrangular) foi necessário assegurar a unidade arquitectónica através de estudo especial – “Torres Vermelhas” (Figura 4.34) Os terrenos para a implantação destes imóveis serão vendidos com os respectivos projectos. A CMA ao decidir vender em hasta pública, os terrenos acompanhados dos projectos, pretendia

assegurar a unidade plástica do conjunto, condição imprescindível para obter um mínimo de qualidade a que a cidade tem inegável direito.



Figura 4.34 – “Torres Vermelhas” (2007).

Neste período, as principais transformações no desenvolvimento da estrutura urbana da cidade (enquadradas no Plano Director de 1964) foram as seguintes:

- Continuidade da edificação do Bairro do Liceu, para Nascente do Bairro Dr. Álvaro Sampaio: as “Torres Vermelhas” (1968-1972) e entre a rua de S. Sebastião e a Av. 25 de Abril, com exemplos das primeiras “torres” residenciais da cidade. De referir que a cércea deste conjunto edificado aumentou relativamente ao projecto original, levando a uma alteração da perspectiva e da própria funcionalidade do espaço público existente nas traseiras;
- Expansão para Sul ao longo da Rua Dr. Mário Sacramento (uma das principais entradas da cidade);
- Densificação da Avenida (aumento da cércea), intensificando a terciarização.
- Implantação de equipamentos na Avenida, Praça Marquês de Pombal (Palácio da Justiça, inaugurado a 1962, substituindo o Colégio do Sagrado Coração de Maria); no mesmo ano é colocada a estátua nua “Maria da Fonte” (Figura 4.35), mas é mal recebida pela população, tendo sido posteriormente retirada e levada para local escondido no Parque D. Pedro V; de referir a contestação

pela população em 1963 do derrube da palmeira que existia no centro da praça (Figura 4.36). A configuração formal da Praça Marquês de Pombal mantém-se desde essa altura, sendo apenas de referir alterações ao nível do espaço público: primeiro, para dar espaço ao automóvel (década de 80), e em segundo, para dar o espaço ao peão (2003-2005).

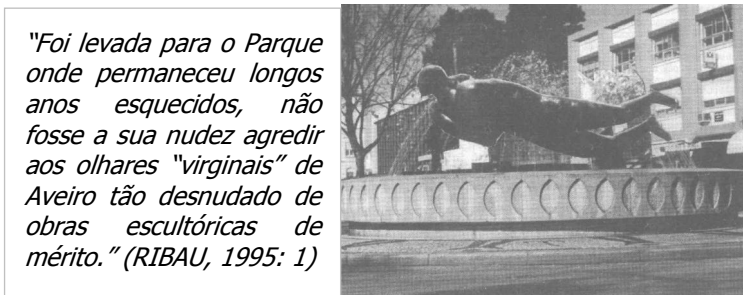


Figura 4.35 – Fonte "Maria da Fonte" na Praça Marquês de Pombal.



"Em 1963 foi derrubada a palmeira que se encontrava no centro da Praça do Marquês de Pombal. O facto foi muito contestado e a viva celeuma transpirou nos jornais da cidade." (Jornal "Correio do Vouga", 1963: 6)

Fonte: Jornal "Correio do Vouga", 1963: 6.

Figura 4.36 – Praça Marquês de Pombal (1952).

Entretanto, em 1967, é reconstruída a velha Fonte dos Arcos: *"(...) E podemos hoje anunciar que a Fonte da Praça irá de novo recontar a sua história com a primitiva fisionomia a prevalecer sobre as exigências de enquadramento e ampliação impostas*

pelo local que lhe destinou – ali bem perto donde nasceu, à sombra do magnífico imóvel municipal que verá a Ria da Praça da República.” (Jornal “Litoral”, 1967: 3).

De referir no final deste período o Plano Integrado Aveiro-Santiago (PIAS) de 1979, um projecto de habitação social de iniciativa pública, promovido pelo FFH, que se caracterizava por uma arquitectura residencial colectiva com profunda neutralidade relativamente aos valores das culturas locais, sendo objecto de contestação da população. De referir que o projecto inicial previa uma maior mistura de classes, “objectivo” abandonado após o 25 de Abril (1974). Este bairro foi sendo absorvido pelo crescimento com a implantação de alguns equipamentos colectivos, fornecendo ao local uma dinâmica de inserção no meio urbano.

O aparecimento da Universidade de Aveiro e do Bairro de Santiago (que não estavam previstos no Plano Director) provocaram grandes alterações na morfologia da cidade. A selecção dos terrenos teve por base a área residencial proposta pelo Plano Director de 1964, compatível com o programa previsto (3000 fogos): a área de Santiago. Contudo, o Plano Director propunha como “*Zona residencial a criar, com espaço livre público*” com um “Espaço reservado para serviços públicos e centro comercial” toda a área actualmente ocupada pela Universidade de Aveiro (UA) e pelo Bairro de Santiago. Esta expansão da cidade (próxima do centro e dos espaços de convívio) iria contribuir para “travar” a dispersão.

O PIAS inicial (1979) foi sujeito a alterações (com o acordo da CMA), como resultado da necessidade de reavaliar a rede viária de acesso ao Porto de Aveiro, tendo como consequência o prolongamento da Av. Artur Ravara até à EN 109 (proposto no Plano Geral de Urbanização (PGU) de 1981) e na sequência do Plano Geral da Universidade de Aveiro (PGUA) (1979) em ruptura com o PIAS e integrado pelo município no PGU de 1981.

Este Plano inicial propunha uma relação com a Ria (Esteiro de S. Pedro) e com a cidade (Av. Artur Ravara como eixo urbano de referência), tendo como objectivo constituir-se como uma parte da cidade já existente (Figura 4.37 e Figura 4.38).



Fonte: Documento 6. PIAS inicial (1978).

Figura 4.37 - Primeira imagem do PIAS.



Fonte: Documento 9. PIAS inicial (1978).

Figura 4.38 - Planimetria proposta.

No entanto, o PGUA adoptou o conceito de "campus", tendo como objectivo contribuir para a afirmação física de uma unidade autónoma no tecido urbano. E o prolongamento da Av. Artur Ravara até à EN 109 resultou ainda mais na separação desta nova unidade.

Neste contexto, a expansão da “cidade” para Sul, desenvolvida na década de 80, deve-se em parte ao aparecimento de três elementos importantes: a Universidade¹³⁶ (pelo dinamismo criado e pela população estudantil que captou), o Bairro de Santiago e o prolongamento da Av. Artur Ravara, todos elementos marcantes. Assiste-se à criação de “duas cidades” - uma cidade universitária e uma cidade “social”, reforçando ainda mais a monofuncionalidade, separadas pela nova infra-estrutura viária.

Síntese

O Plano Director da Cidade (1964), desenvolvido pelo Arquitecto Robert Auzelle com o apoio do arquitecto-urbanista José Semide (da CMA), veio delinear uma estratégia para a cidade com base num sistema de infra-estruturação e zonamento. Este plano teve uma forte influência na “eliminação” dos espaços de sociabilidade, como consequência do zonamento proposto (separação excessiva dos usos) e das novas tipologias residenciais (bloco, bairro – edificado em banda, torres), as quais não apresentam preocupações ao nível do espaço público como local de encontro, além de resultarem numa maior densidade.

Mais uma vez, pretende-se “dignificar” o centro através de “projectos emblemáticos” e marcantes. Na Praça da República a demolição de quarteirão dá origem a um novo edifício de grande visibilidade destinado a serviços, cujas características formais permitem uma maior interligação com o Canal Central; na Avenida é proposto um aumento da cércea, obrigando à demolição de uma série de edifícios dos anos 30/40, o que resulta numa alteração do plano vertical (maior densidade), dando-lhe um novo carácter, e do nível de conforto do espaço público.

¹³⁶ O Campus da Universidade de Aveiro, com uma área de 75 ha constitui uma unidade de forte significado no tecido urbano mais recente, nomeadamente nas suas formas de expansão periférica como a que se desenvolve para o sector sul-poente da cidade. Do ponto de vista da estrutura formal, funciona como aglutinador das linhas de força das vivências quotidianas, beneficiando da posição quase contígua ao núcleo original da aglomeração antiga. O valor cultural que se expressa nas actividades de um lugar de estudos foi atraindo o colectivo social, produzindo um claro efeito de nova centralidade (CMA, 1996; TAVARES e TAVARES, 2003).

A intervenção em Aveiro neste período caracteriza-se por uma **densificação e nova imagem urbana**, reforçando a **monofuncionalidade** e a **centralidade**. Ocorre uma separação entre “cidade antiga” e “cidade nova”. As antigas habitações da cidade (ruas estreitas, parcelas pequenas) e, portanto, de difícil transformação, são mantidas, o que permite manter o espaço público associado, enquanto que nas novas zonas habitacionais é criada uma imagem nova, um novo carácter, reflectindo-se no aparecimento das primeiras “torres”, resultando numa densificação e numa primeira alteração da “silhueta” da cidade. Denota-se um fraco nível de continuidade da estrutura urbana ao mesmo tempo que se propõem elementos distintos, de grande visibilidade (nível de singularidade).

O derrube de palmeira na Praça Marquês de Pombal e a nova fonte “Maria da Fonte”, entretanto removida para local “escondido”, são motivos de contestação por parte da população, o que se reflecte evidentemente numa menor conexão ao espaço público. A tão “desejada” fonte dos Arcos demolida em 1932 é reconstruída, porém noutra local, onde passa a elemento “marginal”, não contribuindo para o usufruto.

De referir ainda no final da década de 70, embora com reflexos nos anos 80, dois planos de iniciativa do Estado, com consequências importantes na morfologia da cidade e na criação de duas “cidades” (Figura 4.39): O Plano Integrado de Aveiro-Santiago (PIAS) e o Plano Geral da Universidade de Aveiro (PGUA).

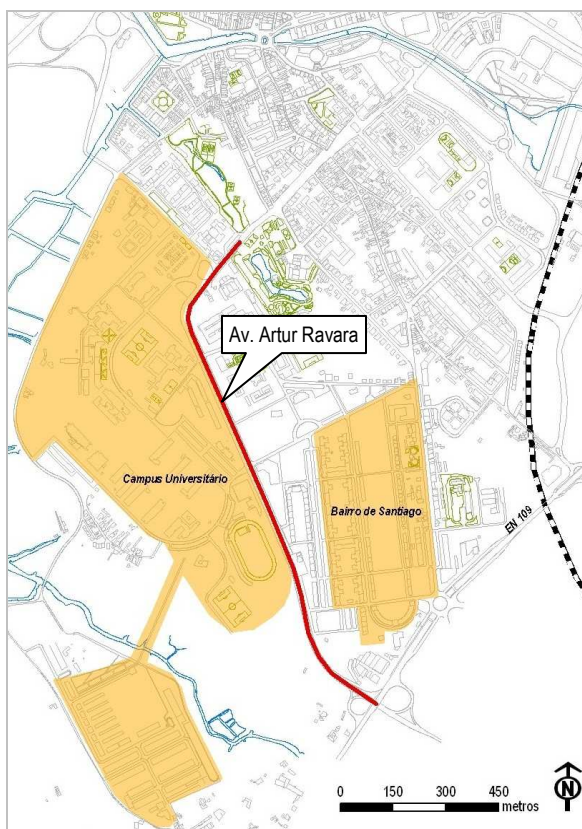


Figura 4.39 – Campus Universitário e Bairro de Santiago.

4.3.4. Anos 80: "verticalização" e desenvolvimento da cidade por partes

A cidade de Aveiro começou a ter um maior crescimento urbano nos anos 80, verificando-se igualmente a expansão para além da linha-férrea (após construção de viaduto de Esgueira). De referir o desenvolvimento urbano do Bairro de Santiago e do Campus Universitário, duas novas áreas na cidade com duas funções distintas (residencial e universitária), independentes entre si e pouco articuladas com a cidade, separadas por um novo arruamento (prolongamento da Av. Artur Ravara até à EN 109), cujos planos foram descritos no período anterior.

Nesta fase destaca-se o Plano Geral de Urbanização de Aveiro (PGU) (elaborado pela Macroplan em 1979 e apresentado em 1981) e a prática urbanística da autarquia (gestão por projectos autónomos).

O PGU caracteriza-se por um carácter mais normativo do que quantitativo, adoptando a figura de "Plano-Processo" que daria uma orientação mais flexível e transigente atendendo às variantes dos sistemas de investimento e construção (CMA, 1996). Este plano faz uma caracterização do suporte histórico, classificando os edifícios religiosos e edifícios civis (edifícios notáveis: religiosos ou civis), a partir dos quais a cidade é classificada pelas seguintes zonas:

- Casco velho (intra-muros) – a preservar completamente;
- Zona compreendida pela rua Domingos, Largo da Apresentação, rua de S. Bartolomeu e rua do Seixal – a preservar completamente;
- Zonas imediatamente adjacentes à rua Miguel Bombarda, toda a zona baixa de Vera Cruz, ao longo da rua do Gravito, Seixal e adjacentes – construção condicionada.

No âmbito da caracterização do estado de qualidade (interesse arquitectónico, estético e histórico) são identificados os edifícios classificados (Monumento Nacional ou de Interesse Público) e os edifícios não classificados (mas com interesse arquitectónico local). Embora a classificação oficial não preveja a protecção de conjuntos urbanos, é feita uma classificação da cidade por zonas, com base nos edifícios classificados: núcleo histórico-monumental, núcleo histórico de interesse, núcleo de interesse (1), núcleo de interesse (2), núcleo sem interesse e núcleo de interesse negativo.

Esta análise visa qualificar o espaço histórico e monumental da malha urbana e dos seus edifícios, através de acções que permitam "*manter se for de manter, rectificar se for de rectificar, melhorar se for de melhorar, expurgar de for de expurgar*". Deve-se salvaguardar a historicidade e esteticidade de Aveiro encontrando antídotos para proibir a construção nova, desorganizada e dissonante e melhorando os sectores que

se encontrem em ruína (Macroplan, 1979). Ou seja, o PGU prevê a preservação histórica total, não permitindo alterações na malha e tecido existentes.

As propostas de zonamento e rede viária previstas no âmbito do plano e concretizadas foram:

- Prolongamento da Av. Artur Ravara até À EN 109;
- Áreas pontuais destinadas à actividade terciária (Avenida, rua Direita, Praça Marquês de Pombal);
- Áreas residenciais a Sul e Norte do aglomerado.

A pressão da vontade política que pretende ver resolvidas o mais rapidamente as áreas urbanas consideradas prioritárias obrigou à elaboração de estudos urbanísticos de pormenor os quais, tendo em conta a escassez do tempo de projecto e o aceleramento do ritmo de construção pretendido, não foram convenientemente ajustados a uma política de intervenção coerente para toda a cidade.

Ora, neste contexto, e podendo o município aprovar propostas isoladamente, o PGU foi perdendo importância na gestão da cidade e a prática urbanística da CMA foi procurando sustentação num conjunto de planos e estudos urbanísticos de pormenor muitas vezes autónomos e sem ligações funcionais entre si, com soluções volumétricas e arquitectónicas muito definidas e sem um desenho global para a cidade.

Ora, neste contexto, o PGU "transfere" a organização de determinadas parcelas do território para a elaboração de inúmeros PP não planificados no tempo, e concebidos de forma sectorizada, os quais regra geral iriam contrariar os pressupostos do PGU, acabando por retalhar o território (CMA, 1996).

A inexistência de um instrumento regulamentar eficaz proporcionou o aparecimento de edifícios altos no centro histórico, desprezando a consciência

histórica, a aniquilação do projecto arquitectónico enquanto produto de referências urbanas identificadores da cidade e do desenvolvimento cultural e social (CMA, 1996).

O modelo de intervenção urbana adoptado pela CMA caracteriza-se pela elaboração de estudos urbanísticos e PP garantindo a urbanização em determinadas áreas, mas deixa à iniciativa privada a concretização das propostas, sendo de destacar os bairros de Sá-Barrocas e Forca-Vouga. A actuação do promotor rege-se pela capacidade especulativa que o projecto permite e pelo mercado fundiário e financeiro: volumetria, implantação, densidade e estrutura de circulação sem a qualificação dos espaços públicos.

O Bairro de Sá-Barrocas (habitação colectiva com cêrcea média de quatro pisos) resulta da expansão da cidade para Norte, com uma densificação elevada, marcada por um eixo de perfil recto e largo (destruindo o antigo eixo de ligação do centro da cidade a Esgueira – rua de Sá¹³⁷).

"O obstáculo da linha-férrea, de ano para ano tem vindo a ser vencido, com a abertura de passagens inferiores ou superiores....pode ver um permanente evoluir quer na área comercial quer arquitectónica, dentro e além do perímetro circunscrito por aquelas duas fronteiras (linha-férrea e Canal de S. Roque). Mas os autarcas não estão satisfeitos e querem ir mais longe...reparemos nas aquisições de terrenos que a Câmara tem vindo a efectuar na zona da Forca..." (COLAÇO, 1988: 2)

Desenvolve-se o Bairro da Forca-Vouga¹³⁸ (habitação colectiva com cêrcea média de quatro pisos), que se caracteriza por um traçado bastante complexo, pouco legível e de difícil orientação. A Forca-Vouga e a EN 109 constituem hoje uma zona de interface entre a cidade tradicional e o desenvolvimento urbano que foi ocorrendo nas freguesias envolventes.

¹³⁷ A rua de Sá, juntamente com as ruas Manuel Firmino, do Gravito e do Carmo integram a rua da Vila Nova. Esta desempenhou outrora uma importante função como eixo colector do tráfego local resultante da zona Sul (núcleo medieval) e Norte (Bairro do Rossio e da Beira-Mar) da cidade, estabelecendo nos fins do Séc. XVII a única ligação a um outro núcleo residencial importante – Esgueira. Possui um número significativo de edifícios de interesse patrimonial (Convento do Carmo, edifício da Assembleia Distrital de Aveiro, Quartel de Sá, Igreja e cruzeiro de Sá, Capela do Sr. das Barrocas e numerosas casas apalaçadas dos séculos XVII e XVIII), pelo que constitui um percurso de algum valor patrimonial. Fruto de sobreposição do Plano de Sá-Barrocas sem a preocupação de o ligar à malha urbana existente, este eixo apresenta hoje uma forte descaracterização (troço da rua de Sá) (CMA, 1996; TAVARES e TAVARES, 2003).

¹³⁸ Este local integra-se na "política de solos" adoptada pelo então Presidente da Câmara (Girão Pereira) e que consistiu em adquirir solo, completamente desligado da cidade, mas com potencialidade para expansão urbana.

Em 1987, Aveiro caracterizava-se pela “ausência de espaços disponíveis no centro da cidade; aglomeração de trânsito automóvel e pessoas no centro da cidade; falta de zonas verdes na cidade, concentração/descentralização das zonas comerciais e serviços na cidade; necessidade de criação de espaços de lazer e lúdicos na cidade; futuro próximo com o inerente e inevitável crescimento de Aveiro e seu plano geral; necessidade de manutenção do rosto histórico da cidade.” (FRANÇA, 1987) (Figura 4.40).



Fonte: Jornal “Litoral”, 1987: 1.

Figura 4.40 – Caricatura aos “espaços verdes”.

A cidade de Aveiro tomou o rumo da liberdade e do progresso, tendo resultado numa degradação absoluta no seu aspecto estético e património. “*Em Aveiro são raros os vestígios de casas nobres, mas o pouco que há, lentamente tem vindo a ser substituído. Hoje, devido à desorganização arquitectónica (...) abro a janela, olho para Norte, Sul, Nascente ou Poente e de imediato me vem a imagem de um monstro de betão armado e ferro (...) É o edifício 15 que tantos anos esteve para ser acabado, sempre à espera de levar um andar (...) e mais outro (...) são os edifícios Veneza, Vera Cruz...é a torre do Centro Regional da Segurança Social (...) é o edifício do Oita (...)*” (COLAÇO, 1987). Estes edifícios vêm alterar a silhueta da cidade de Aveiro caracterizada anteriormente pelas “torres das igrejas” (Figura 4.41).

"A imagem apresenta, lado a lado, dois dos maiores, abortos arquitectónicos que a cidade acolheu....a simbolizar uma minoria com interesses que não coincidem...com os interesses (e os direitos dos cidadãos) ...coisas deste tipo "acontecem" sempre com o secretismo mais conveniente..." (FINO, 1988: 3).

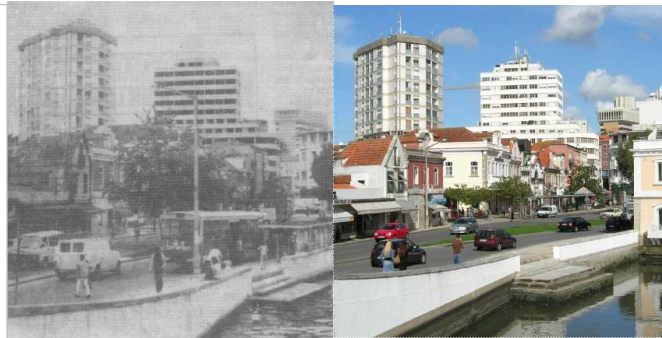


Figura 4.41 – Avenida em 1988 e 2007 (ao fundo prédios).

TORRES DA CIDADE

A Câmara, a Misericórdia,
São Domingos,
São Gonçalinho e São Gonçalo,
O Carmo e as Barrocas,
- Torres da minha infância.
E ainda
Torres de agora,
Enquanto a vida não finda,
Enquanto a vida cá mora.

A Câmara, a Misericórdia...

Mil vezes vos contemplei,
Com o olhar vos recortei
No pano de fundo azul,
Ou por vezes de cinzento,
Se o vento sopra, se o vento
Sopra com força do sul.

São Domingos,
São Gonçalinho e São Gonçalo

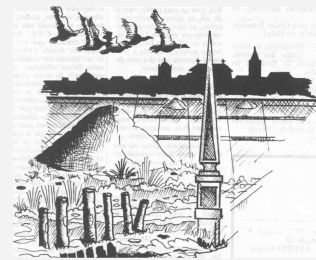
Sempre no mesmo lugar.
A ria é que sobe e desce,
Porque as torres, que são prece,
Estão sempre na preia-mar.
Talvez um pouco mais longe,
Talvez sim, ou talvez não,
São o Carmo e as Barrocas.
E eu aqui feito monge,
Em profunda adoração.

A Câmara, a Misericórdia,
São Domingos,
São Gonçalinho e São Gonçalo,
O Carmo e as Barrocas.

Torres da minha cidade,
Que adoro desde menino,
Torres de ontem e de agora.
Quando em jeito de saudade,

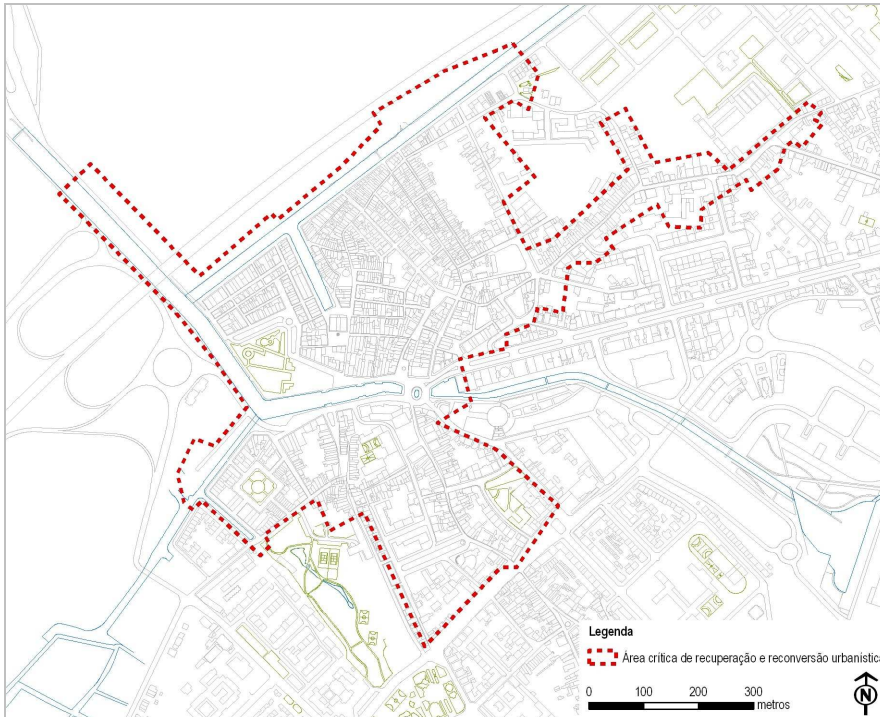
Dobrardes um dia o sino,
Torres da minha cidade:
É porque me fui embora

AMADEU DE SOUSA
Pirâmides, 30 de Janeiro 1982



Fonte: Jornal "Litoral", 1986: 1.

Por outro lado, e numa tentativa de salvaguardar o núcleo do Beira-Mar (então denominada Vila Nova) foi criado o Gabinete Técnico Local (GTL) com o objectivo de delimitar e criar um conjunto de normas a respeitar nas intervenções na área de "centro" histórico. A área de intervenção declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística pelo DR n.º 26/87 de 9 de Abril compreende a cidade medieval, os bairros da Beira-Mar e do Alboi e parte da rua da Vila Nova (Figura 4.42). Compete à CMA promover acções de recuperação e reconversão urbanística.



Fonte: DR n.º 26/87 de 9 de Abril.

Figura 4.42 - Área crítica de recuperação e reconversão urbanística.

Em 1987 a UA decidiu proceder à revisão do PGUA elaborada pela CEFAUP, complementada por um “Plano de Arruamentos e Arranjos Exteriores”, onde se retomam algumas preocupações evidenciadas no PIAS, tendo como objectivo inserir adequadamente as áreas não construídas do “campus” na cidade.

O espaço público é invadido pelo automóvel e as pessoas vão-se queixando. *“A rua Direita não tem passeios (...) a sua reconversão numa zona para peões é um ponto de honra que deve constituir motivo de orgulho para todos os de Aveiro.”* (MENDONÇA, 1985). *“Quando os automóveis desaparecem as ruas*

“O aveirense tem de participar, viver no seu espaço exterior, local de encontro natural (...) haverá que alargar a discussão sobre temas de marcado interesse para a cidade, nomeadamente aqueles que mais irão caracterizar a sua imagem...” (SACCHETTI, 1987)

renascem (...) os centros das ruas voltam a ser “passeio público” (...) as ruas readquirem a sua função social de locais de abastecimento, de trocas, de encontro, de

convívio (...) e quando essas ruas se ligam ou abrem para pequenos largos ou praças amplas então as oportunidades de renovação multiplicam-se." (HALL, 1986).

A própria Avenida está a ceder lugar ao automóvel. *"Estão a derrubar a Av. Dr. Lourenço Peixinho".* Com o início do derrube das árvores da Avenida está-se a consumir o atentado contra a imagem da cidade. O estudo tem como objectivo rebaixar a placa central de modo a constituir um estacionamento com parcómetros (CC do PCP, 1987) *"As árvores também se abatem? O 2º pulmão da cidade de Aveiro começou a desaparecer (...) quanto pagou a Câmara de Aveiro de indemnização aos milhares de utentes alados que povoavam e alegravam com o seu chilrear (...)"* (COLAÇO, 1987).

Além da ausência de qualidade do espaço público *"Aveiro tem escassos atractivos arquitectónicos e a qualidade do seu ambiente visual e físico é pior ainda (...) o pouco património arquitectónico e monumental que resiste é subestimado ou subaproveitado (...) é um espaço concentracionário e macrocéfalo, centrado numa já desfigurada e abastardada Av. Peixinho (...) Progresso é (saber) criar espaços, não é atrofiá-los (...) é dotar os cidadãos de locais aprazíveis de encontro e convivência que não sejam meros sítios de passagem apressada (...)"* (FINO, 1988)

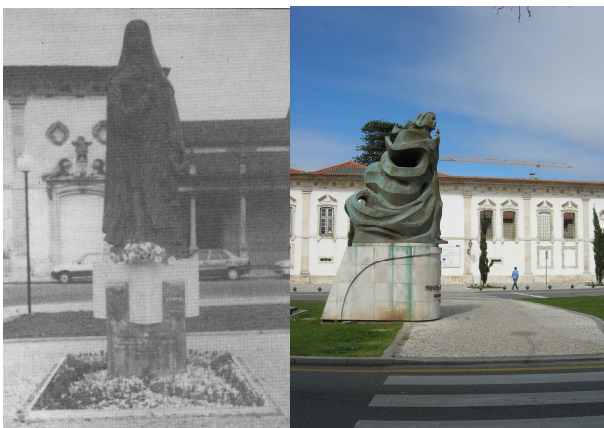
São colocados alguns elementos no espaço público, contudo, em locais de passagem. Em 1985 são colocados painéis cerâmicos dos aveirenses Vasco Branco e Cândido Teles na rua dos Galitos: *"Painéis cerâmicos concluídos e... Aveiro mais beld"* (Jornal "Litoral", 1985: 1) (Figura 4.43).

Aveiro é uma cidade paupérrima em monumentalidade. Rica em recursos e de beleza natural, mingua-lhe, de facto, o foro da cidade histórica. Que há para ver? (BRANCO, 1987). FINO (1989) faz a mesma questão: "O que Aveiro tem para mostrar aos seus



Figura 4.43 – Painéis cerâmicos na rua dos Galitos (2007).

Em 1989 é erigido um monumento a Santa Joana. *"O património cultural do cidadão ficou mais rico (a estátua precisa de maior base e mais altura). Impõe-se agora (...) como referia o Prof. Celso Santos, que se dê "maior dignidade a esta praça para que ela seja um nó de enquadramento condigno aos monumentos que aqui estão implantados."* (NEVES, 1989: 3). Referia-se certamente à demolição do edificado que ainda restava. Depois da construção de passagem inferior na Praça, ligando a Av. Santa Joana e Av. 5 de Outubro, a estátua foi substituída (Figura 4.44).



Fonte: Jornal "Litoral", 1989: 1.

Figura 4.44 – Monumento a Santa Joana em 1989 e em 2007.

Síntese

Neste período foi apresentado o Plano Geral de Urbanização (PGU). No entanto, e uma vez que a CMA podia aprovar projectos isoladamente, este foi perdendo

importância e a gestão urbanística foi sendo sustentada por um conjunto de planos e estudos urbanísticos de pormenor.

A intervenção neste período caracteriza-se por uma **verticalização** associada à iniciativa privada (que procura obter o máximo de lucro) e **desenvolvimento de cidades por parte** (fragmentação), através de planos e estudos autónomos com linguagens diferentes, caracterizados por um desenho formal e unitário das áreas, com soluções volumétricas e arquitectónicas muito definidas e sem um desenho global para a cidade, cuja operacionalização é também da iniciativa privada.

Os novos bairros, além de “desligados” completamente da cidade existente, caracterizam-se, por um lado pela forma complexa (elementos dissonantes e pouco qualificadores da imagem urbana) dificultando a orientação e legibilidade e, por outro lado, a forma urbana é sobreposta às pré-existências (identidade), desprezando o valor histórico e contribuindo para a destruição da legibilidade e escala humana que caracteriza o espaço público.

O espaço público, enquanto local de encontro e sociabilidade, é “esquecido”; vai sendo invadido pelo automóvel (na Avenida e na Praça Marquês de Pombal são derrubadas algumas árvores para criar estacionamento); ocorrem apenas algumas intervenções de “embelezamento” do espaço (estátuas, painéis cerâmicos), contudo em locais de passagem, sem condições de estar.

Embora o PGU tivesse a intenção de manter a historicidade e esteticidade de Aveiro, a sua não inclusão na prática urbanística de Aveiro, resultou, em contexto de liberdade e progresso, numa degradação no seu aspecto estético e património, sendo de destacar edifícios altos junto casco histórico, que representa o desprezo pela consciência histórica. Entretanto, foi criado o Gabinete Técnico Local (GTL) e a área de

intervenção declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística no sentido de respeitar o centro histórico.

De referir ainda a criação de duas novas cidades, na sequência de planos anteriores (PIAS e PGUA, entretanto alterados), com duas funções distintas: residencial e universitária, independentes entre si e pouco articuladas com a cidade, separadas por um novo arruamento (prolongamento da Av. Artur Ravara), proposta no PGU.

4.3.5. Anos 90: requalificação do espaço público no centro e projecto emblemático

A produção urbanística actual designada por “novo urbanismo” tem centrado a sua atenção em torno das questões da forma urbana, recuperando para a cidade espaços tão simples quanto tradicionais: a rua ou a praça e elementos morfológicos de desenho urbano como a árvore alinhada ou a continuidade dos volumes construídos e das suas fachadas. O “novo urbanismo”, tal como a urbanística formal, tem como objectivo dar continuidade aos espaços da cidade antiga, reconhecendo o valor do desenho na produção da cidade (LAMAS, 1992).

Na cidade de Aveiro nos anos 90 do Séc. XX são delineadas orientações no sentido de recuperar a cidade perdida e qualificar o espaço público. Em 1995 é aprovado o PDM (actualmente em revisão), o qual se caracteriza essencialmente pelo zonamento do concelho.

"A Praça que a Aveiro vem faltando é a humana". (COSTA e MELO, 1992: 2). "É com um certo desagrado que se constata a inexistência de uma "verdadeira praça" numa cidade com a dimensão e importância de Aveiro." (FERREIRA, 1992)

No mesmo ano é dado início à elaboração do PU, tendo como objectivo primordial a qualificação do espaço enquanto território de suporte de vivência quotidiana. Este plano, na tentativa de mobilizar agentes, tem sido um instrumento dinâmico, traduzindo-se na sua morosidade (foi sujeito a duas consultas públicas, a primeira em 2006 e a segunda em 2007). O PDM define uma série de unidades operativas de

planeamento, para as quais será necessário elaborar PMOT, sendo definidos os objectivos e tipologias.

O PDM (1995) pretende incentivar a função polarizadora da cidade, e através da melhoria das acessibilidades, permitir a fruição das funções urbanas por parte do restante território concelhio. A intervenção sobre a ocupação urbana deve constituir-se em dois tipos: 1) uma acção mais directa e desenhada, de intervenção do município sobre os espaços públicos; e 2) uma acção de regulamentação das intervenções dos agentes que actuam sobre o território.

Segundo o PDM, a transformação das actuais estradas em ruas urbanas constitui uma acção capaz de potenciar o reforço da forma urbana tradicional e a melhoria da qualidade dos espaços urbanos. Considera-se conveniente a recuperação e acentuação das formas de centralidade existentes através da criação de núcleos urbanos secundários que podem potenciar uma imagem mais urbana e consolidada do povoamento linear. Isto implica que os cruzamentos sejam transformados em largos, praças. Mas, a centralidade manteve-se na cidade de Aveiro.

No que respeita à regulamentação da ocupação urbana seria importante atender a critérios de natureza tipológica, capazes de assegurar a qualidade urbana dos espaços. No que se refere à qualidade urbana, e relativamente à cidade, o PDM entende que é fundamental criar uma nova estrutura entrosada com a cidade e com as grandes unidades morfológicas existentes.

O PDM propõe, remetendo para a integração no Plano de Urbanização (PU), um sistema urbano sustentado por intervenções intensivas, baseado na valorização das linhas de água existentes, associado a equipamentos públicos de lazer. Aponta-se ainda a consolidação do centro histórico e a necessária adaptação dos PP existentes de

forma a assegurar a continuidade de tecidos e a integração formal e funcional entre as zonas novas e a cidade existente.

O PDM define a necessidade de elaborar um Plano de Salvaguarda para o Centro Histórico com os seguintes objectivos: salvaguarda do património, tratamento de espaços públicos - requalificação urbana e articulação com as malhas envolventes. E, embora tenha sido criado o GTL em 1987 com a intenção de salvaguardar o núcleo histórico da Beira-Mar não ocorreram resultados (Figura 4.45).



Fonte: Jornal "O Aveiro", 1992: 1.



Fonte: Jornal "Litoral", 1993: 1.

Figura 4.45 – Caricaturas relativas ao "abandono" do Bairro da Beira-Mar.

Em 1997 é apresentado o Plano Estratégico (PE)¹³⁹ da Cidade de Aveiro, de iniciativa da CMA e realizado no âmbito do PROSIURB – Subprograma 1 – Valorização das Cidades Médias, onde são identificados três vectores de desenvolvimento, seis linhas estratégicas, sete projectos estruturantes, oito chaves institucionais e organizativas e 102 projectos/acções. Motivado pela possibilidade de acesso a fundos comunitários a que o PROSIURB dá enquadramento, o PE é um instrumento que define uma visão estratégica do desenvolvimento para a cidade ausente nos anos anteriores, identificando um conjunto de linhas orientadoras dotadas de maior competitividade e protagonismo, com envolvimento das instituições e agentes políticos, económicos,

¹³⁹ Bruno Soares, Arquitectos, Lda, Setembro 1996, Plano Estratégico da Cidade de Aveiro - Projecto do Plano. CMA.

sociais, culturais e desportivos da cidade. Aponta o seguinte objectivo geral: *Aveiro – uma cidade com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, que se afirme como centro de intermediação entre a região e o exterior, e como pólo de dinamização económica, social, cultural e desportiva* e apresenta as seguintes linhas estratégicas: 1) *Aveiro – cidade de serviços qualificados*; 2) *Aveiro - cidade atractiva e solidária*; 3) *Aveiro – cultural e desportiva*; 4) *Ria – Espaço de identificação e diferenciação territorial de Aveiro*; 5) *Aveiro – Rótula Regional* e 6) *Aveiro - um projecto colectivo para o século XXI*.

O PE refere a importância de consolidar a personalidade histórica e valorizar as singularidades de Aveiro como “Cidade da Ria” e reestruturar e revalorizar o centro da cidade adequando-o às exigências funcionais, sociais e culturais da nova dimensão de Aveiro. De salientar como projecto estruturante “O parque urbano ribeirinho”, o qual pretende promover a relação entre a cidade e a Ria.

No âmbito deste Plano, já na fase final, foi criado o Gabinete de Cidade, que se identifica como “*uma estrutura de natureza consultiva que tem por objectivo avaliar o PE, animar e acompanhar o seu processo de implementação*”. A avaliação efectuada pelo gabinete foi a elaboração do parecer sobre o documento produzido, não se verificando a sua continuidade pós-plano. Existem obras decorrentes das propostas, havendo outras que não tiveram qualquer seguimento. Não existe qualquer exercício avaliativo pós-plano que possa contribuir para a melhor aplicação e adequabilidade do plano às actuais condições de intervenção (QUINTA, 2002).

Em 1997, no âmbito do PROCOM (Programa de Apoio à Modernização do Comércio), é apresentado um projecto para o urbanismo comercial de Aveiro, cujo objectivo central consistia na criação de um Centro Comercial a Céu Aberto, dinâmico e competitivo e na reabilitação da área antiga de Aveiro, através de: modernização dos

estabelecimentos comerciais e de serviços, melhoria da imagem do centro urbano e criação de uma nova urbanidade, dando prioridade ao peão (Figura 4.46).

Da análise dos vários planos e estudos de pormenor para a cidade de Aveiro pela equipa do PU (1996) conclui-se que o espaço público tende a surgir com um carácter predominantemente residual, não potenciando a estruturação da organização do espaço construído (CMA, 1996), além de não ter as condições necessárias para sua apropriação.

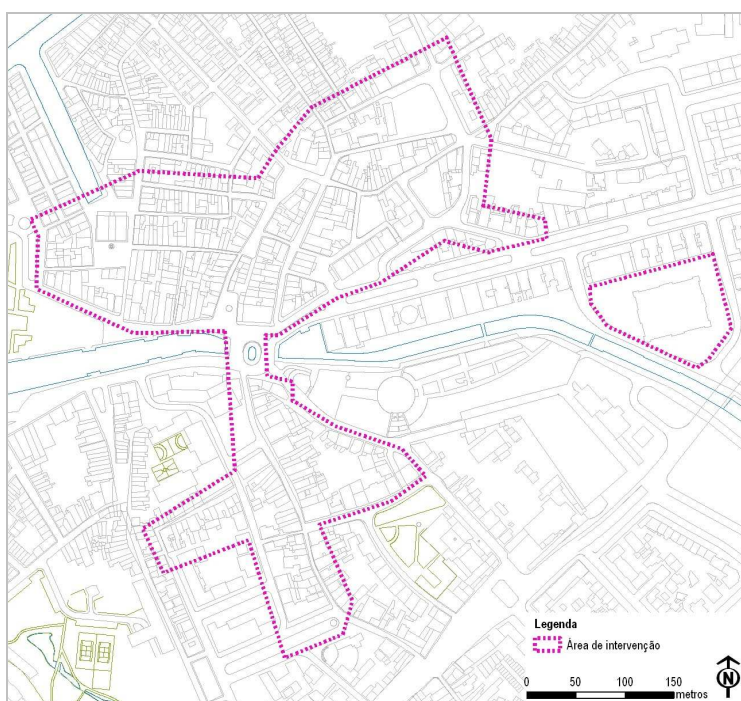


Figura 4.46 – Área de intervenção do PROCOM (Aveiro).

No início da elaboração do PU de Aveiro a equipa deparou-se com a seguinte situação: entre a variante à EN 109 e a cidade tradicional existiam os “vazios”, no entanto, estes já se encontravam “contractualizados”, o que em termos de definição de uma estratégia de conjunto constituía uma barreira. Foi feito um esforço pela CMA na adaptação das propostas iniciais a uma nova estratégia para a cidade, tendo como objectivo promover uma maior articulação com a imagem urbana existente e

restabelecer a memória urbana. Neste contexto, o património deve ser preservado, dando-o a conhecer, sendo importante organizar o espaço público e sua envolvente.

A propósito de património, em 1996 assiste-se a uma campanha pública pela defesa do edifício da Capitania, culminando em 1997 na sua classificação como Imóvel de Interesse Público¹⁴⁰ (Figura 4.47). De referir ainda neste período a classificação como Imóvel de Interesse Público os seguintes imóveis: Sé Catedral de Aveiro¹⁴¹; Edifício de Arte Nova / Casa da Cooperativa Agrícola¹⁴²; Edifício de Arte Nova / Casa do Major Pessoa¹⁴³.



Fonte: Imagoteca Municipal de Aveiro.

Figura 4.47 – Edifício da Capitania (1915 e 2007).

No que respeita à EN 109 o PU (ainda não aprovado) pretende transformá-la numa via de carácter urbano, com habitação colectiva, conferindo-lhe uma maior permeabilidade, acabando com o efeito de separação e barreira. Esta via assumindo-se como um “obstáculo” ao desenvolvimento urbano no passado pretende ser uma nova centralidade no futuro. As grandes superfícies localizadas actualmente ao longo da EN 109 ou nas proximidades desta funcionam como importantes “elementos-âncora”. Aliás, podem assumir-se como pequenos centros “urbanos”, já que à sua volta começam a desenvolver-se edifícios para habitação.

¹⁴⁰ 67/97, DR 301 de 31-12-1997.

¹⁴¹ 2/96, DR 56 de 06-03-1996; Declaração de Rectificação n.º 10-E/96 de 31-05-1996.

¹⁴² 2/96 DR 56 de 06-03-1996.

¹⁴³ 67/97, DR 301 de 31-12-1997.

Em termos de grandes intervenções na “urbe”, este período é marcado pela construção do Fórum Aveiro (1995-1998) (Figura 4.48 e Figura 4.49) num dos “vazios” do centro da cidade, o qual constitui um espaço dinâmico (mesmo estando a sua orientação desfavorável ao vento) (CRUZ, 2007). Por outro lado, o “sucesso” deste espaço contribui significativamente para o “abandono” da Avenida e da rua Direita, as quais embora constituam espaços urbanos com carácter, têm vindo a perder o significado na vivência urbana no centro da cidade. Ou seja, funcionam como espaços concorrentes e não complementares.



Fonte: Imagoteca Municipal de Aveiro.

Figura 4.48 – Canal do Cojo em 1979 e 2007.

"Um jardim suspenso para Aveiro (?) - Projecto do MDC pretende devolver a cidade à Ria" (Jornal "Litoral", 1995a: 1)

"Projecto do Largo do Cojo; os conceitos de "jardim suspenso" e "catedral verde" são dois atributos que vão estar presentes junto ao coração da cidade – um factor essencial para a duração e revitalização do centro de Aveiro." (Jornal "Litoral", 1995b: 1)



"...os políticos e os autarcas, os engenheiros e os arquitectos, aliados numa cumplicidade economicista...têm obrigação de criar condições e qualidade de vida e não beneficiar...agentes económicos que se caracterizam essencialmente pelo seu apego aos lucros fáceis..." "...Por alguma razão Aveiro é, ainda hoje, uma das poucas cidades onde há espaços pedonais que se vejam; mas, por outro lado, onde abundam artérias onde os peões saltam à frente dos veículos automóveis e os passeios só o são de nome" (FINO, 1995)

Figura 4.49 – Fórum Aveiro (2007).

De referir ainda algumas intervenções pontuais na cidade, designadamente:

- Criação da Praça do Milenário “obrigando” à demolição de quarteirão aí existente, tendo como resultado um espaço “abstracto”, além de destruir a visão serial que a malha anterior permitia em direcção à Sé (SOUTO, 2007), sendo o fim do largo da Sé e do espaço “contido” que a caracterizava. Esta intervenção resulta da intenção de criar uma grande via “tangencial” (de escoamento) ao centro da cidade na continuidade da Av. Artur Ravara (uma das entradas da cidade) (Figura 4.50 e Figura 4.51).
- Pedonalização das praças do Peixe, Joaquim Melo e Freitas e 14 de Julho e da rua Direita (1995 – 2000).
- Inauguração, em 1994, do Monumento ao Marnoto e à Salineira¹⁴⁴ numa das entradas da cidade, sem qualquer integração no espaço público.
- Em 1995 é inaugurado o Centro de Congressos e Cultura na Fábrica Jerónimo Campos¹⁴⁵, tornando o património da indústria de cerâmica da cidade um elemento dinâmico.



Fonte: Antepiano de Urbanização 1942 (Moreira da Silva)

Figura 4.50 – Perspectiva da Sé (edifício do lado direito demolido).

¹⁴⁴ “Monumento ao Marnoto e à Salineira – inauguração”, Litoral, Ano XL, N.º 1806, 20 de Maio 1994.

¹⁴⁵ “Inauguração do Centro de Congressos e Cultura”, Litoral, Ano XL, N.º 1862, 14 de Julho 1995.



Figura 4.51 – Perspectiva da Sé e Avenida Central (2007).

A pedonalização da rua Direita, integrada no PROCOM, traduziu uma nova imagem à cidade. Resulta num novo ponto de encontro, beneficiando da proximidade do Fórum que funciona como um verdadeiro pólo de atracção. No Bairro da Beira-Mar muitas ruas foram encerradas ao trânsito e calcetadas com ganhos significativos para o comércio e turismo. No desenvolvimento deste projecto privilegiou-se a riqueza do

Bairro da Beira-Mar *"(...) patente no ambiente de todas estas ruas em que sobrevive um forte espírito de identificação das populações com o espaço urbano. Um ambiente que se tornou mais acolhedor com a criação de espaços verdes e de animação (...) na Praça do Peixe que representa hoje um ponto de encontro na cidade."* (SILVA, 1999).

"A rua Direita é um centro comercial aberto. A rua de passeios exíguos e de difícil circulação deu lugar a um novo ponto de encontro beneficiando da proximidade do Fórum que funciona como um verdadeiro pólo de atracção." (SILVA, 1999)

Síntese

Neste período, a prática urbanística caracteriza-se pela procura de uma estratégia para a cidade e na tentativa de "corrigir" alguns erros cometidos anteriormente. Pretende-se restabelecer a legibilidade da estrutura urbana, através da continuidade de eixos e a preservação da memória urbana. Os planos definem a importância de integrar a Ria e consolidar o centro histórico em intervenções futuras. De destacar o PDM, cujo principal objectivo é o zonamento do concelho; o início de elaboração do PU, tendo como objectivo primordial a qualificação do espaço enquanto

território de suporte de vivência quotidiana; e o PE (no âmbito do PROSIURB), que define uma visão estratégica do desenvolvimento para a cidade ausente nos anos anteriores e identifica um conjunto de linhas orientadoras.

Simultaneamente, e no sentido de dinamizar a actividade comercial da Rua Direita é implementado o PROCOM (urbanismo comercial), cujo objectivo central consistia na criação de um Centro Comercial a Céu Aberto, dinâmico e competitivo, e na reabilitação da área antiga de Aveiro (Beira-Mar).

Neste período, a intervenção urbana na cidade de Aveiro é caracterizada pela **requalificação do espaço público no centro**, sobretudo através da pedonalização de praças e ruas no “casco antigo” e pela construção de “**projecto emblemático**” aglutinador de toda a dinâmica urbana na zona central – centro comercial aberto - constituindo um novo espaço de utilização pública, mas de propriedade privada.

Salienta-se por um lado a pedonalização de uma série de espaços públicos (ruas, pequenas praças), proporcionando uma maior escala humana e um maior nível de conforto (“plano-chão”); por outro lado, a intervenção na Praça Milenário a qual, devido à construção de túnel, obrigou a demolição de edifícios tornando a sua escala “abstracta” e de pouco conforto para o peão (sem escala humana).

Paralelamente, desenvolve-se uma “nova centralidade” (num dos “vazios” no centro da cidade) – o Fórum Aveiro, projecto emblemático, que pela sua dimensão, funcionalidade e localização funciona como um espaço “aglutinador” resultando na descaracterização e gradual abandono da Avenida e Rua Direita (anteriores locais de dinâmica comercial, tendo na Rua Direita ocorrido intervenções de requalificação).

Em termos de intervenções com reflexos a nível cultural de referir: a campanha pública em defesa do edifício da Capitania, reflectindo-se na sua classificação e reabilitação; a inauguração do Centro de Congressos e Cultura na Fábrica Jerónimo

Campos, integrando na dinâmica da cidade um edifício de interesse património industrial da cidade; e monumento ao Monumento ao Marnoto e à Salineira, contudo em rotunda viária de entrada na cidade.

4.3.6. Início do século XXI: intervenções nas frentes de água e valorização do património (marketing urbano)

Hoje vive-se num relativo consenso no que respeita ao reconhecimento da beleza e harmonia das formas orgânicas ou do tecido pré-industrial. Tais opiniões articulam-se com a evolução do conceito de património, que todos referem dever ser conservado, reabilitado e animado (CARVALHO, 2003). O conceito de património tem-se alargado do monumento singular ao tecido urbano no seu conjunto, na generalidade as partes medievais da cidade que subsistem, classificadas como centros históricos, assumindo-se a vontade de os reabilitar e valorizar (CARVALHO, 2003).

O início do Séc. XXI em Aveiro caracteriza-se pela implementação do Programa POLIS, integrado numa estratégia a nível nacional. Os objectivos estratégicos assumidos pelo Programa Aveiro POLIS centram-se na requalificação das suas frentes de água, cujas marinhas e canais constituem uma singularidade ambiental e paisagística. O programa propõe articular “seis zonas de regeneração” (Figura 4.52), investindo sobretudo na infra-estruturação geral e espaço público, na dupla função de redistribuir os tráfegos motorizados entre as redes nacional e local e de oferecer passeios e esplanadas, onde presentemente existem barreiras criadas pelos nós viários ou instalações mais ou menos obsoletas ou incómodas. A Ria é assumida como uma oportunidade e elemento catalizador de uma intervenção de requalificação urbana.

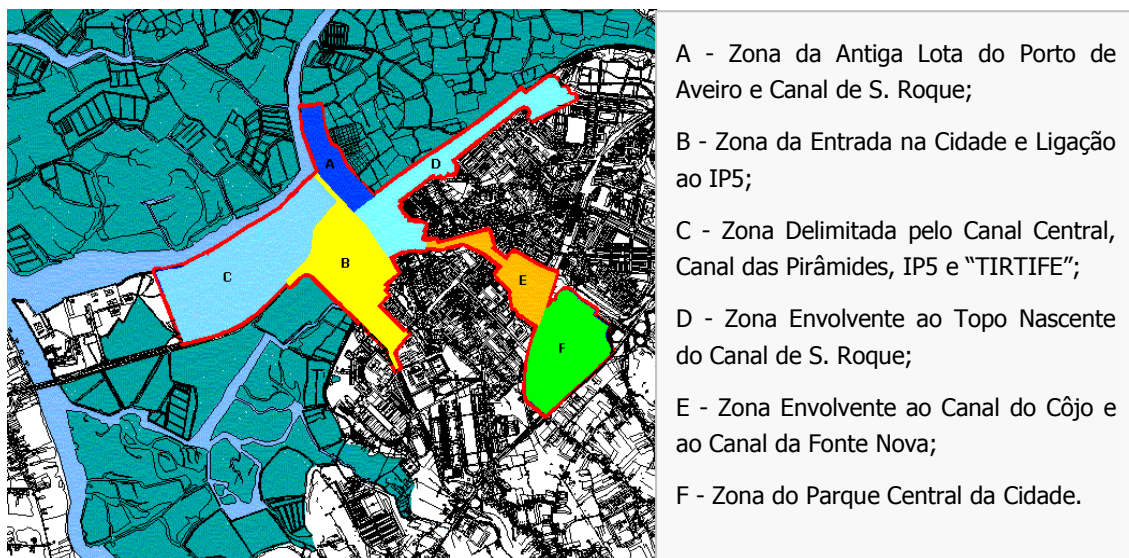


Figura 4.52 – Zonas de intervenção do Programa POLIS Aveiro.

No âmbito do Programa Aveiro POLIS foram feitas várias intervenções, sobretudo ao nível do espaço público: arranjo dos muros dos canais e arranjo do espaço marginal permitindo a sua fruição (Figura 4.53); novos atravessamentos dos canais; criação de um novo espaço público de lazer ao longo do Canal de S. Roque (Figura 4.54); reabilitação de edifícios importantes na cidade e nos canais (Mercado Manuel Firmino, Capitania e Mercado do Peixe). Os mercados do Peixe e Manuel Firmino mantêm a mesma função comercial, mas são criados novos espaços associados de restauração no piso superior tornando-os mais dinâmicos permitindo uma maior vivência. A Capitania é local da Assembleia Municipal, tendo ainda um espaço afecto a exposições temporárias.



Figura 4.53 – Canal de S. Roque e Canal do Cojo (2007).

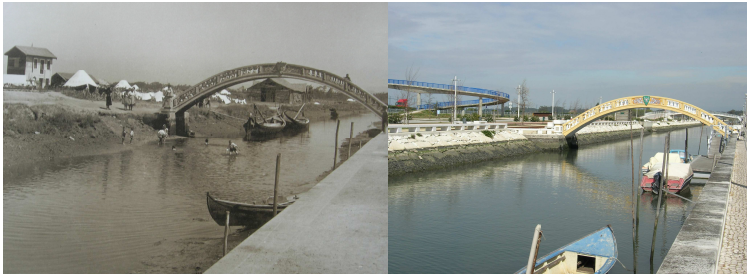


Figura 4.54 - Ponte de Carcavelos no Canal de S. Roque (1953 e 2007).

Neste âmbito, a Ria, e mais concretamente, os canais e as suas margens, associadas a imóveis que fazem parte da vivência urbana do passado, assumem-se como a paisagem cultural da cidade de Aveiro. De referir a construção de elementos arquitectónicos, que além de funcionais (ponte), marcam a presença da inovação numa das áreas antigas da cidade (Bairro da Beira-Mar) (Figura 4.55).



Figura 4.55 – Nova ponte sobre o Canal de S. Roque e Canal dos Botirões (2007).

Na sequência do Programa POLIS foi realizado o PU (RCM n.º 72, de 17 de Março de 2005). O Regulamento deste PU define o zonamento para a área de intervenção e estabelece as regras para as áreas integradas na Zona do Centro Histórico, sendo de salientar a obrigatoriedade de preservar os valores históricos ou arquitectónicos e manter a escala urbana.

O Plano “redesenhou a “fronteira” entre a cidade e a Ria, através da integração, transformação e valorização da cidade existente e não apenas a sua modificação ou

renovação em termos de imagem. São propostos elementos alusivos à Ria: Passeio da Ria, Eco-Museu da Ria, uma torre panorâmica¹⁴⁶ para as salinas.

Neste sentido, espera-se que o “investimento-chão” estimule novas práticas urbanas e fixe alguns equipamentos marcantes, ligados entre si pelos braços de água, arruamentos e arborização, na sua maioria existentes mas redesenhados como suporte coerente das funções e imagem urbana proposta.

De entre os espaços servidos pelo novo ou renovado espaço público o programa viabilizará, directamente por negociações institucionais, intervenções pontuais em edificações que, pela sua função ou excelência, constituam “âncoras” para investimentos de terceiros ou criem atractivos para a animação cultural e a desejável mistura de actividades, idades e grupos sociais.

Relacionado ainda com a água é criado neste período um Lago Artificial – Lago da Fonte Nova, resultando num imenso espelho de água, em estreita relação com o edifício que o limita (Centro Cultural e de Congressos - Figura 4.56) e com espaço verde associado. Num dos cantos do lago foi colocada a estátua “Maria da Fonte” que esteve durante anos escondida no Parque D. Pedro V. Contudo, a sua presença é pouco notória na imensidão do plano de água que a circunda (Figura 4.57).



Fonte: CMA/Pelouro da Cultura, 2001.

Figura 4.56 – Centro Cultural e de Congressos (antiga Fábrica Jerónimo Campos) (1930 e 2007).

¹⁴⁶ De referir que o Plano Director de 1964 já propunha uma torre no contreo da cidade.



Figura 4.57 – Lago da Fonte Nova e estátua “Maria da Fonte” (2007).

De referir ainda o Arranjo Urbanístico da Praça Marquês de Pombal (2003) - consequência da construção de parque de estacionamento subterrâneo sendo desenhada com uma ideia de praça, lugar amplo de encontro de pessoas e local de actividades colectivas, marcado pela pedonalização da Praça, cuja imagem marcada anteriormente pela presença de árvores é agora um espaço amplo e exageradamente “branco”.

Segundo o SOUTO (2007), a Praça Marquês de Pombal, tal como a Praça do Milenário, são espaços abstractos, com uma escala enorme, cuja lógica é subvertida e cujo desenho não contribui para a interacção social (acrescido do facto que os aveirenses não têm o hábito de usufruir das praças e largos como locais de encontro). Em 1992 os únicos elementos geradores de movimento na Praça Marquês de Pombal eram o Café Majestick e o Café Palácio (FERREIRA, 1992). Actualmente continua a ser o Café Majestick, o Café Palácio não tanto, e o novo espaço de cafetaria.

Na Avenida, a actividade comercial e de serviços é cada vez menos dinâmica, tornando-a bastante descaracterizada. Em 1999 a CMA promove o projecto BUGA – Bicicleta de Utilização Gratuita, sendo na Avenida a primeira pista de ciclistas entre a estação e o Fórum (J. C., 1999: 1). A intervenção mais recente na Avenida foi a construção de túnel sob o edifício emblemático da Estação de Caminho de Ferro¹⁴⁷

¹⁴⁷ A Estação de Aveiro tem novo edifício, ao lado do anterior.

(Figura 4.58), prolongando a Avenida, o que em termos visuais dificulta a legibilidade do edifício da Estação como remate visual da Avenida.



Figura 4.58 – Edifício da Estação de Aveiro (antigo e novo).

Do outro lado da estação, existe uma nova avenida que liga à EN 109, abrindo assim uma nova frente urbana, para a qual o Regulamento do PU da Cidade (ainda não aprovado) prevê habitação e comércio no rés-do-chão. Em termos urbano-funcionais será o fim da Avenida em prol de uma nova avenida do outro lado da linha-férrea e mais perto dos grandes acessos? Ou funcionarão como espaços complementares?

Paralelamente a todas as intervenções “materiais”, vão ocorrendo algumas intervenções “imateriais” mas com reflexos importantes no espaço público urbano. De salientar o evento do Euro 2004 em Aveiro, o qual, face à população que atraiu, “obrigou” ao embelezamento do espaço público na zona central, assegurando, ainda que “de postal”, uma boa imagem da cidade. De referir a Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro, sendo em 2007 a sua 8.^a edição, a qual pretende contribuir para o desenvolvimento sócio-cultural.

Actualmente, são realizados alguns eventos com o objectivo de retratar episódios do passado, como é o caso da Feira das Cebolas na Praça Joaquim Melo e Freitas (Figura 4.59) e a venda de peixe a retalho no século XIX, no Cais dos Botirões, culminando na atracção de pessoas ao espaço público.



Fonte: CMA/Pelouro da Cultura, 2001.

Figura 4.59 - Feira das Cebolas no Canal do Cojo (junto ao Mercado Municipal) (1952) e Feira das Cebolas na Praça Joaquim Melo e Freitas (2005).

No Bairro da Beira-Mar, a festa de S. Gonçalinho, cuja particularidade consiste em “pagar” as promessas ao padroeiro, atirando quilos de cavacas doces da cúpula para o público, atrai gentes, reforçando a vivência e memória. Com o objectivo de dinamizar a participação activa dos munícipes na festa de S. Gonçalinho, a CMA organiza em 2007 o II Encontro de S. Gonçalinho, lançando concursos.

O Projecto Avenida de Arte Contemporânea de Aveiro surge no âmbito de uma cooperação firmada em 5 de Julho de 2006 entre o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Instituto das Artes, a CMA e a UA. É considerado um projecto estruturante para a cidade. A instalação desta colecção optou por uma expressão espacial de referência, de um edifício e de um contexto urbano próprios. O novo equipamento fica instalado em local central da cidade de Aveiro, sendo fixado na Avenida, no edifício da antiga Estação de Caminho de Ferro¹⁴⁸, remate visual deste eixo urbano. Esta escolha implicará a requalificação futura da Avenida e da sua envolvente. A Capitania será o remate do percurso linear que vai da Estação até ao Canal Central (“as Pontes”). Esta revitalização associada a património edificado irá (ou permitirá) devolver à Avenida o estatuto que lhe é devido.

¹⁴⁸ “O edifício da Estação é um edifício de muita beleza arquitectónica...Na sua fachada há um conjunto de vários azulejos...há quadros em azulejos com pinturas alusivas à vida e cultura da nossa região aveirense de 1916” (TAVARES, 1996: 6).

Com o objectivo de divulgar o património cultural, são promovidas exposições, workshops, verificando-se uma grande participação da população. O Eco-museu da Marinha da Troncalhada, por exemplo, com o objectivo de mostrar a “cultura” do sal, tem cerca de 10 000 visitantes/ano (MARQUES e LOURENÇO, 2007).

Entretanto é feita uma inventariação para elaborar uma Carta do Património Edificado (inventariação), a qual será alargada para património cultural (gastronomia, bens móveis, etnografia...) e foi realizado um Mapa de Arquitectura de Aveiro (2003), o qual identifica os principais elementos que caracterizam a cidade (espaços e conjuntos urbanos, edifícios).

A CMA prevê o desenvolvimento de percursos “temáticos” pela cidade (ex: Arte Nova). O Museu da Cidade será uma estrutura polinucleada (Eco-museu da Troncalhada, Museu etnográfico de Requeixo, futuro Museu de Arte Nova). Existem ainda outros projectos que pretendem dinamizar as tradições de Aveiro, designadamente, o Projecto SAL e o Banco do Azulejo.

Existe uma Comissão Consultiva do Património Edificado (externa à CMA) desde 2000 constituída pelas seguintes entidades: IPPAR, IPA, ADERAV, APPLA, Ordem dos Engenheiros, Núcleo de Arquitectos de Aveiro, Especialista de História, Arquitecto Walter Rossa. Esta comissão visa analisar os projectos e as intervenções previstas em imóveis classificados e em vias de classificação; no que se situem dentro dos três núcleos que compõem o centro histórico – Aveiro, Esgueira e Eixo; e em todos aqueles cujo carácter arquitectónico e/ou histórico justifique a sua preservação e salvaguarda.

Síntese

Este período caracteriza-se na cidade de Aveiro por **intervenções nas frentes de água e valorização do património (marketing urbano)**. Ocorre uma intervenção ao longo dos canais urbanos, essencialmente em termos de espaço

público, contribuindo para o seu usufruto e integração na imagem da cidade, que até aqui limitava-se ao Canal Central, no centro da cidade. A Ria é sem dúvida o elemento central de várias intervenções (tendo sido o Programa Polis o grande impulsionador). O património é preservado, tendo sido reabilitados importantes imóveis nas margens dos canais, tendo-lhes sido atribuído uma função; são construídas novas pontes, permitindo a ligação entre as duas margens.

Verifica-se simultaneamente uma “**descentralização**” de serviços do centro para a zona da Forca (“Loja do Cidadão”) e para o Centro Cultural e de Congressos¹⁴⁹ (serviços da CMA) e do comércio para grandes superfícies nas proximidades da EN 109, mantendo-se apenas no Fórum.

Paralelamente, assiste-se a acções 1) no sentido de assegurar a conexão ao espaço público - eventos, associados a tradições; 2) no sentido de preservar e divulgar o património cultural, além de contribuírem para a dinamização do espaço público - exposições, museus, percursos temáticos e novos usos em edifícios de interesse histórico e cultural; 3) no sentido de promover paisagens culturais, relacionadas com os canais.

4.4. Síntese

1. Quais as principais transformações ocorridas na estrutura urbana? Quais os elementos que “orientaram” essas transformações? Contribuíram para a legibilidade? Quais os instrumentos utilizados? Qual o papel da administração pública? E dos agentes e actores locais?

A expansão da cidade de Aveiro, analisada a partir dos anos 40 do Séc. XX, é marcado pela construção dos seguintes bairros (Figura 4.60):

¹⁴⁹ Antiga Fábrica Jerónimo Campos.

- Bairro do Liceu – 1ª fase (Bairro Dr. Álvaro Sampaio); 2ª fase (“Torres Vermelhas”– 1968/72);
- Bairro de Santiago (PIAS) (1979) (“Comboios Amarelos”) e Campus da Universidade de Aveiro;
- Bairro das Barrocas, em parte associada à construção do viaduto de Esgueira (possibilitando igualmente a expansão para além da linha-férrea);
- Bairro da Forca-Vouga (para além da linha-férrea) (no Antepiano de Moreira da Silva (1948) já existia uma intenção de fazer aí uma passagem inferior....).

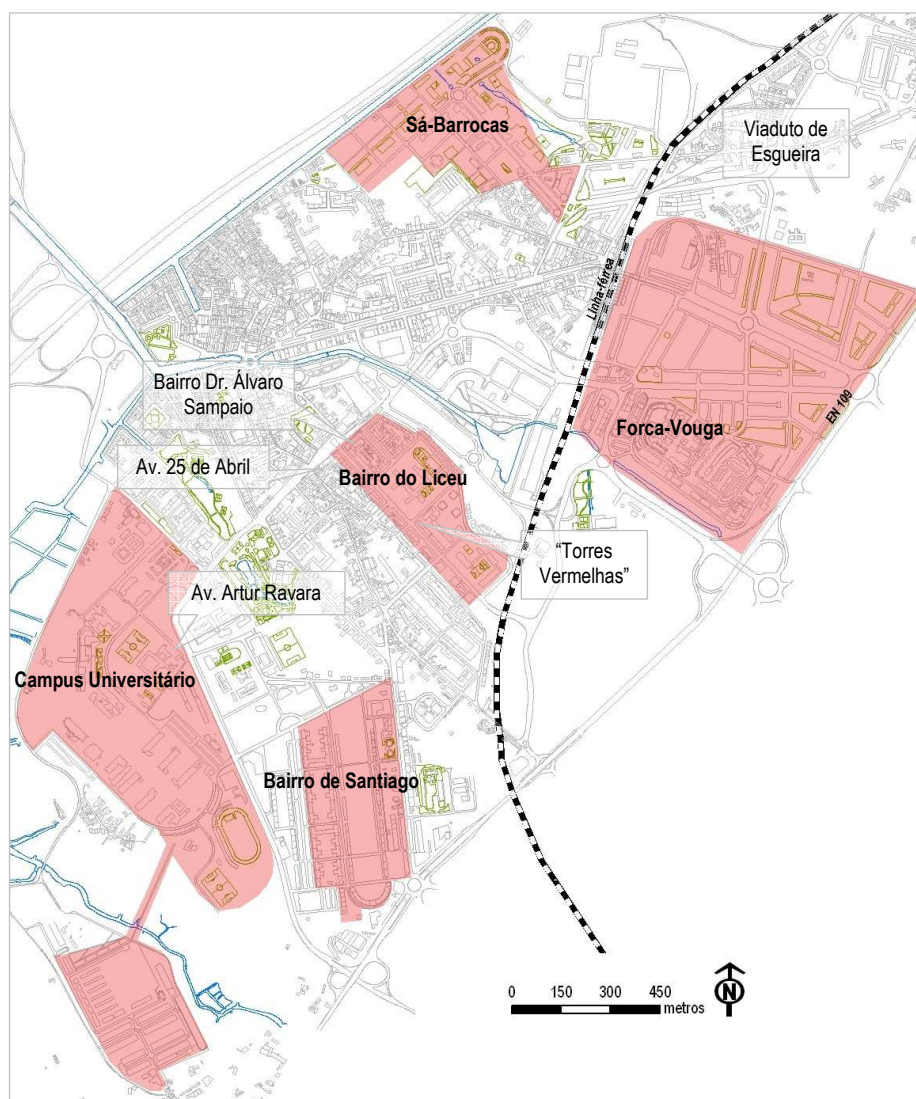


Figura 4.60 – Expansão na cidade de Aveiro (bairros).

Anos 40 e 50

Este período é marcado pela racionalidade dos traçados, caracterizada pela rectificação, alargamento e prolongamento de arruamentos. A expansão urbana para Sul visa preencher a malha urbana (entre o limite "imaginário" das "muralhas" e a linha-férrea) tendo como "âncora" os equipamentos escolares de grande dimensão aí instalados e conseqüentemente, a abertura de novo arruamento (Av. 25 de Abril). Os equipamentos são, portanto, os elementos (dimensão, forma e singularidade) que orientam a expansão urbana.

São criadas novas tipologias urbanas: o bairro (exclusivamente residencial), de forma regular e rectilínea, com dois pisos e de carácter unifamiliar (modelo da cidade jardim). Estas tipologias caracterizam-se pelo seu grau de singularidade, assegurando igualmente uma continuidade, através dos eixos viários (novos e pré-existent) o que contribui para a legibilidade da estrutura urbana.

O Antepiano de Moreira da Silva, embora não tenha sido efectivamente aprovado, é o instrumento que orienta o planeamento neste período. As propostas baseiam-se num somatório de projectos de urbanização, não existindo uma ideia global para a cidade. Este plano propunha uma série de demolições e "correções" de alinhamentos de edifícios, alguns de grande importância histórica, como consequência da racionalidade dos traçados; contudo, e muito provavelmente devido à política poupada do Estado Novo, não ocorreram demolições significativas, com excepção de quarteirão no Largo da Sé (actual Praça do Milenário) na sequência da abertura da Av. 25 de Abril, dando maior abertura e visibilidade ao Museu de Aveiro (significado histórico).

Anos 60 e 70

Este período é marcado pelo Plano Director da Cidade (1964) de Robert Auzelle, também não aprovado, o qual estabelece uma estratégia para a cidade, baseada no zonamento (separação de usos) e num sistema de infra-estruturação. São propostas inúmeras demolições, as quais, aliás, acabam por serem contestadas pela população; no entanto, pelas avultadas quantias que exigia, grande parte não foi concretizada.

É dada continuidade à expansão urbana para Sul, sendo criados novos bairros com tipologias diferentes - blocos em banda e as primeiras torres - resultando numa maior densificação.

Paralelamente a esta expansão, é dada uma nova imagem urbana ao centro da cidade através de: 1) novo edifício ("Fábrica de Chocolate") na Praça da República; e 2) novos edifícios na Avenida (com mais pisos). Estas intervenções obrigaram à demolição de edifícios existentes e alteraram a malha urbana (no caso da praça) e o plano marginal vertical (no caso da Avenida).

Estas intervenções caracterizam-se, por um lado, pela sua singularidade, contribuindo para a legibilidade da estrutura urbana, mas por outro lado, resultam numa segmentação entre a "cidade antiga" e a "cidade nova".

Ainda no final deste período, e como consequência da política social do Estado, através do FFH, é apresentado o Plano Integrado de Aveiro-Santiago (PIAS), um projecto de habitação social, o qual, pelo facto de não articular os valores das culturas locais, foi objecto de contestação da população. Paralelamente, é apresentado o Plano Geral da Universidade de Aveiro (PGUA) em ruptura com o PIAS. Estes dois planos provocam alterações significativas na morfologia da cidade, não previstas no Plano Director.

Anos 80

O prolongamento da Av. Artur Ravara até à EN 109 (para ligar ao porto), previsto no Plano Geral de Urbanização (PGU) de Aveiro, "impõe-se" sobre a estrutura urbana, mas em vez de articular e dar continuidade à cidade existente (como era a prática da expansão anterior), resulta na separação da cidade com a área a desenvolver do lado Poente – UA, a qual por si só já tinha adoptado como estratégia a criação de um "campus" e esta com o Bairro Social de Santiago, ambas já elementos bem distintos e independentes na estrutura urbana.

O PGU de Aveiro (1979) apresentado em 1981, ao contrário dos planos anteriores, teve pouco efeito na prática urbanística da CMA. A partir dos anos 80, o solo torna-se um recurso rentável. Face à pressão urbana, o crescimento dá-se a partir de uma série de estudos urbanísticos e PP da responsabilidade da CMA, desmunidos de uma estratégia global para a cidade, para determinadas áreas da cidade ("vazios"). A urbanização nestas áreas é, no entanto, de iniciativa privada o que, dada a ausência de normas permite "abusos" e situações de especulação imobiliária, resultando na ausência de espaços públicos de qualidade.

Neste contexto, e na ausência de uma estratégia para a cidade, em que a prática urbanística é feita a partir da gestão de projectos autónomos, a cidade foi-se desenvolvendo por partes. Surgem bairros totalmente independentes e autónomos, com formas distintas, sem continuidade, de elevada densidade, os quais além de não assegurarem qualquer integração com a cidade existente, "anularam" a legibilidade da estrutura urbana assente na malha urbana, afectando negativamente o seu significado histórico. Paralelamente, constroem-se "elementos dissonantes" (edifícios altíssimos), inclusive junto à zona histórica, os quais alteram a silhueta da cidade marcada anteriormente pelas "torres" das igrejas e edifício dos Paços do Concelho.

Estes novos elementos, edifícios isolados ou bairros, embora elementos singulares e de grande destaque e notoriedade na estrutura urbana “aniquilam” o significado histórico e a leitura dos quarteirões pré-existentes, contribuindo para a fragmentação da estrutura urbana.

Anos 90

Neste período procura-se definir uma estratégia para a cidade. Na sequência do PDM (1995), é dado início à elaboração do PU, o qual assumiu a tarefa “difícil” de tentar “coser” os vários planos em desenvolvimento para a cidade em partes. Entretanto, em 1996 é apresentado o PE para a cidade de Aveiro apontando a Ria como o elemento de identidade da cidade. Em 1997, no âmbito do PROCOM, é apresentado projecto, cujo objectivo consiste na criação de um Centro Comercial a Céu Aberto, dinâmico e competitivo e na reabilitação da área antiga de Aveiro, mas que não teve os efeitos expectáveis.

Em termos de intervenções na estrutura urbana, de referir o projecto do Fórum Aveiro (“projecto emblemático”) e a demolição de quarteirão na Praça do Milenário. O Fórum vem preencher um dos vazios da cidade, não ocorrendo qualquer alteração da malha urbana. Este projecto confere uma nova imagem à cidade, ao Canal do Cojo e mais uma vez ao centro da cidade, caracterizado pelo seu espaço aberto e desenho singular. A demolição de quarteirão na Praça do Milenário, já prevista no Antepiano de Moreira da Silva, e na sequência da criação de grande via de escoamento, dá origem a um espaço “abstracto”.

O projecto do Fórum enquadra-se na tendência que se verifica da empresarialização do sector urbanístico, caracterizado por projectos de grande dimensão e espectacularidade, decorrentes de um interesse fundiário específico e da

ocupação de espaços “expectantes”, baseados num desenho de qualidade, orientados para o consumo, contribuindo para a legibilidade da estrutura urbana.

Início do Séc. XXI

É lançado o Programa Polis, iniciativa da administração central, com o objectivo de proceder à requalificação das cidades. Na sequência deste programa na cidade de Aveiro é aprovado o PU para a respectiva área de intervenção, o qual apresenta um zonamento e um desenho urbano, cujo elemento catalisador e unificador é a Ria – os canais. Este plano, além da requalificação do espaço público nas margens dos canais propõe uma série de projectos com o objectivo de criar novos espaços de habitação, comércio, serviços e lazer com qualidade, sempre “virados” para a Ria. Os canais constituem o elemento integrador de equipamentos existentes e propostos. Verifica-se a importância de preservar elementos históricos, os quais se assumem como elementos marcantes na legibilidade da estrutura urbana.

Ao longo dos períodos analisados, a administração local foi perdendo “forças” para uma maior intervenção de agentes privados. No entanto, estes não fazem cidade. Fazem partes de cidades, essencialmente as partes que dão lucro. Paralelamente, a administração central, para combater esta situação vai desenvolvendo programas “temáticos” (e apoios financeiros) na tentativa de ir resolvendo alguns problemas no desenvolvimento ao nível local.

2. Como se caracteriza o espaço público? Quais as alterações subjacentes ao mesmo? Essas alterações contribuíram para uma maior equidade?

Aveiro perdeu o centro cívico. O centro de Aveiro era constituído pelas “Pontes”, os “Arcos” e a Praça Joaquim Melo e Freitas, a Praça da República e mais tarde a Avenida, todos locais de encontro e de vivência urbana. Entretanto a cidade cresceu,

estes locais foram invadidos pelo automóvel e mais tarde pedonalizados, já na presença de outras dinâmicas comerciais que entretanto se íam instalando noutros locais. Mas o “centro” propriamente dito continua a ser “as Pontes”, um nó rodoviário com imenso tráfego, enquanto que os locais de encontro encontram-se associados a novos espaços de consumo - Fórum Aveiro e grandes superfícies comerciais fora do centro.

A Praça Joaquim Melo e Freitas era um espaço dinâmico, cheio de gente e comércio quotidiano. Contudo, mudou. A velha Fonte dos Arcos (também designada por Fonte da Praça) era um elemento que atraía “as gentes”, contribuindo significativamente para a sociabilidade nesta praça. Esta fonte foi demolida na década de 30 do Séc. XX e a praça foi perdendo a “sua razão” de ser local de encontro, agravada nos anos 70 do Séc. XX, altura em que os cafés ali existentes foram transformados em agências bancárias e a praça foi sendo ocupada pelo automóvel. Entretanto pedonalizada, hoje, a praça não passa de um lugar de atravessamento, onde apenas os “velhinhos” (embora muitos!), que provavelmente habitam nos quarteirões envolventes, se encontram para convívio. No sentido de dinamizar este espaço, realiza-se periodicamente a Feira das Velharias, que se estende para o largo 14 de Julho e para a Praça do Peixe, e Feira das Cebolas, que pretende retratar “episódios” do passado.

Por outro lado, a Praça do Peixe, associada ao Mercado do Peixe (recentemente reabilitado no âmbito do Programa POLIS) e “ornamentada” por um chafariz, assume-se como um local bastante dinâmico, em parte devido à existência de uma série de bares e cafés que animam a noite dos jovens, principalmente os universitários. Este dinamismo foi surgindo por “acaso” (CRUZ, 2007), mas que originou uma função lúdica bem definida para o local.

A Avenida foi um espaço fundamental na estrutura da cidade, sendo por isso um elemento de importância histórica, mas não tem sido objecto de um cuidado particular; hoje, o espaço público é comparado a uma estação de serviço (SOUTO, 2007). Foi alvo de alteração da sua morfologia na década de 60 do Séc. XX, o que resultou na sua densificação, tendo como consequência uma forte terciarização, que hoje tendo passado para outros locais (Fórum de Aveiro e grandes superfícies), tem resultado no seu gradual abandono e descaracterização. A construção do túnel sob o edifício da Estação de Caminho-de-Ferro veio “aniquilar” o remate visual do grande eixo, além de quebrar o eixo da ciclovia desenvolvido na placa central (no âmbito do projecto BUGA). Talvez o projecto da Avenida de Arte Contemporânea de Aveiro (como “lugar de produção cultural”) lhe dê o impulso para a qualificação do espaço público e voltar a integrar os espaços de vivência da cidade.

A Praça da República constituiu desde sempre o coração da cidade de Aveiro, actuando como uma verdadeira charneira, urbana e social. A configuração formal é marcada pela presença do Liceu (1860), do Teatro (1880), da Igreja da Misericórdia (Séc. XVII), dos Paços do Concelho (Séc. XVIII) e pelo edifício do Turismo (1964), o qual veio alterar um dos “planos verticais”, permitindo uma maior abertura e articulação com o Canal Central. Posteriormente, foram realizadas algumas intervenções mas apenas no espaço público: novo desenho na calçada; libertação da rua fronteiriça aos “Paços do Concelho”, aumentando o espaço para o peão; plantação de árvores e bancos; pedonalização da Rua Direita, permitindo uma maior aproximação física à Ponte-Praça. Contudo, a centralidade da Praça da República é desviada para o Canal Central e para a Avenida, devido à presença dominante e axial e a própria função comercial e de serviços, e mais recentemente, para o Fórum Aveiro, paralelamente ao “abandono” de muitos dos serviços camarários que se localizavam no

edificado aí existente. O espaço, hoje, vai sendo utilizado (apenas!) pelos estudantes do Liceu José Estêvão, pelos utilizadores da “montra” do Aveiro Digital e como local de atravessamento em direcção ao centro, onde ainda se localizam diversos serviços.

A configuração formal da Praça Marquês de Pombal mantém-se igual desde os anos 60 do Séc. XX, período em que é construído o Palácio da Justiça (substituindo o Colégio do Sagrado Coração de Maria). As alterações que ocorreram posteriormente foram apenas no espaço público: primeiro, para “oferecer” lugares de estacionamento; segundo, e já no Séc. XXI, a sua completa pedonalização, dando continuidade à Rua Direita. A Praça é “marginada” por edifícios “marcantes”: Governo Civil (antigo palacete reconstruído no Séc. XIX), Convento das Carmelitas (Séc. XVII) (ocupado até 2006 pela PSP), Correios (1942) e Palácio da Justiça (1962). O espaço público anteriormente caracterizado pela presença de árvores e vegetação é agora exageradamente amplo e “branco” (as árvores ainda não fazem sombra), tornando-se “abstracto”, sem escala humana e portanto pouco “acolhedor” para estar. Os únicos elementos geradores de movimento e que concedem vida à Praça, garantindo a permanência humana, são os dois cafés com esplanada aí existentes.

A Rua Direita, importante via de acesso ao centro da cidade, agora pedonalizada, caracterizava-se pelo seu dinamismo comercial, entretanto transferido para outros locais (Fórum Aveiro e grandes superfícies comerciais).

A Praça do Milenário caracterizada pela presença da Sé de Aveiro (Séc. XV) e do Museu de Aveiro (Séc. XV), transformou-se numa praça “abstracta” e exageradamente “viária” não possuindo condições para estar, resultante da alteração da Av. Artur Ravara / Av. 5 de Outubro em Av. Central, a qual obriga à demolição de quarteirão que restava frente ao Museu de Aveiro, alterando a malha urbana e a escala humana.

O Rossio (espaço antigo da “Feira de Março”) continua mal aproveitado, cuja imagem é caracterizada apenas pela presença das palmeiras.

O Fórum Aveiro, embora um espaço comercial privado, transformou-se num espaço de usufruto público e de vivência, dadas as suas características de espaço aberto, a sua localização central, as ligações urbanas que permite e as actividades que proporciona. O espaço de restauração é já uma praça e local de convívio.

Ao longo dos períodos analisados de referir as seguintes intervenções urbanas com reflexos no espaço público e na sua apropriação:

- Anos 40 e 50 – embora se registre uma qualificação da malha urbana, as intervenções do plano marginal (vertical e horizontal) alteram a escala humana (nível de conforto) do espaço público negativamente; paralelamente, as novas habitações “munidas” de jardim privado são uma primeira tendência de privatização do espaço público;
- Anos 60 e 70 - assiste-se simultaneamente a uma densificação (mais pisos), monofuncionalidade (zonamento) e ausência de preocupações ao nível de espaços de sociabilidade com consequências negativas na escala humana (nível de conforto) e nível de atractividade;
- Anos 80 – a invasão do espaço pelo automóvel (alterações do plano-chão) e as novas intervenções pouco articuladas com as pré-existências, têm consequências negativas sobre a escala humana (nível de conforto) e autenticidade dos lugares (nível de significado);
- Anos 90 – ocorrem alterações do plano-chão, através da pedonalização de ruas e praças, introduzindo mobiliário urbano (bancos), árvores, pintura e arranjo de fachadas, com consequências na qualidade do espaço urbano na medida em que contribui para a sua imagem e segurança (nível de conforto);

no entanto, denota-se a ausência de elementos de atractividade. Simultaneamente, é criado o Fórum, um novo espaço com níveis de atractividade e conforto elevados. Este espaço, embora privado, assume-se como um elemento catalisador de toda a dinâmica urbana, o que, juntamente ao aparecimento de grandes superfícies comerciais na periferia, vem intensificar a descaracterização e o progressivo abandono de espaços de “comércio tradicional”, designadamente a Avenida e a Rua Direita, com um nível de autenticidade maior;

- Início Séc. XXI – as intervenções são sobretudo no espaço marginal dos canais, elementos da imagem e história da cidade de Aveiro, tornando-os mais atractivos e acessíveis, ocorrendo ainda a criação de novo espaço de lazer, com consequências positivas no nível de atractividade e conforto. Paralelamente, são articulados elementos com significado histórico-cultural existentes ao longo dos canais, com reflexos positivos no nível de autenticidade dos espaços públicos, sendo de referir equipamentos (Centro Cultural e de Congressos, Mercados Manuel Firmino e do Peixe, Capitania) e o “reaparecimento” da estátua “Maria da Fonte”, embora pouco visível no “imenso” Lago da Fonte Nova.

As intervenções urbanas não contribuíram para a criação de locais de sociabilidade no espaço público. A alteração dos planos vertical e horizontal não resulta numa escala humana nos espaços vazios; a inexistência de funções na sua envolvente não promove a permanência; estes espaços são muitas vezes “apenas” local de atravessamento ou de remate visual e contenção de eixos viários. A pedonalização por si só não se revelou suficiente. A requalificação das margens dos canais contribuiu

para a existência de um espaço público de qualidade, contudo denota-se a ausência de espaços de contenção, importantes para uma maior interacção social.

Outras condições foram ocorrendo ao longo dos anos e que aos poucos contribuíram para o “abandono” dos espaços públicos existentes como local de encontro, a saber: criação de jardins nas habitações (espaço privado); ocupação massiva do espaço público pelo automóvel (hoje alguns locais já pedonalizados); descentralização de serviços; e criação de novos espaços privados de consumo de utilização pública, com níveis de atractividade e conforto elevados.

A requalificação do espaço marginal aos canais veio permitir um maior usufruto do espaço público que se identifica com a cidade e seus habitantes (nível de conforto), além de assegurar a articulação entre edifícios de elevado valor patrimonial e cultural (nível de autenticidade), tornando-os funcional (nível de atractividade) e visualmente acessíveis.

3. Como se caracterizam os elementos patrimoniais e culturais? Qual a sua importância no planeamento da cidade? Contribuíram para a identidade local?

Da análise efectuada a jornais, a opinião é unânime relativamente à “pobreza” do património histórico na cidade de Aveiro. De acrescentar ainda que o pouco que existe não tem sido devidamente aproveitado e muitas vezes “apagado” pela presença de novos edifícios. Como refere notícia de jornal neste período “Aveiro tem escassos atractivos arquitectónicos e a qualidade do seu ambiente visual e físico é pior”. As intervenções urbanas, “rumo à liberdade e ao progresso”, resultaram numa degradação de elementos patrimoniais e culturais, ou mesmo à sua própria demolição. A cultura não se revelou de facto um elemento orientador do planeamento urbano. Aliás, muitas intervenções, embora preservassem o edificado, não deixaram de

interferir em elementos decorativos (fontes) associados à vivência do espaço público e na própria malha urbana, contribuindo pontualmente para quebrar a legibilidade da estrutura urbana e “anular” a história do urbanismo em Aveiro.

Nos períodos analisados de referir o seguinte no que se refere à integração dos elementos patrimoniais e culturais:

- Anos 40 e 50 – o Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro faz referência a três monumentos comemorativos, evocativos, e aos edifícios públicos dos séculos XVII e XVIII com “interesse plástico e turístico por si e pelos valores morais e materiais”; a malha urbana não é alterada, mantendo-se as ruas estreitas e quarteirões pequenos que caracterizam a zona antiga (estabilidade e continuidade);
- Anos 60 e 70 – o Plano Director da Cidade de 1964 identifica alguns elementos históricos, além de referir a conservação da malha urbana antiga “de difícil transformação”. A proposta para intervir e “dignificar” o centro resulta na demolição de edifícios na Avenida e na Praça da República (estabilidade e continuidade). As demolições excessivas propostas pelo plano são alvo de contestação pela população, assim como o derrube de palmeira na Praça Marquês de Pombal; paralelamente, a estátua nua “Maria da Fonte” não é aceite, tendo sido removida (controlo e conexão da população aos espaços públicos);
- Anos 80 – o Plano Geral de Urbanização de Aveiro apresenta uma identificação exhaustiva dos elementos “notáveis” importantes na história local, além de uma definição mais ampla de núcleos históricos de acordo com a sua importância de preservação. Mas na prática não teve quaisquer reflexos. Embora não se proceda a demolições, os edifícios de interesse

patrimonial não são devidamente enquadrados nas intervenções que vão ocorrendo, além de se irem degradando. Assiste-se a uma expansão caótica com a descaracterização do centro antigo provocado pelo fenómeno da verticalização e expansões “periféricas” descosidas entre si e do resto da cidade, sem significado histórico. São “ouvidas” manifestações relativamente ao aparecimento de edifícios altíssimos, que vêm alterar a silhueta de Aveiro. Numa tentativa de salvaguardar o núcleo histórico foi delimitada a “área crítica de recuperação e reconversão urbanística”.

- Anos 90 – O PE (1996) refere: a importância de consolidar a personalidade histórica e as singularidades de Aveiro e de reestruturar e revalorizar o centro da cidade, a necessidade de elaborar um Plano de Salvaguarda do Centro Histórico; e remete para o PU a importância de consolidar o centro histórico, assegurar a continuidade de tecidos e integrar as zonas novas e a cidade existente. A antiga Fábrica de Cerâmica Jerónimo Campos é reabilitada, sendo-lhe dada uma nova função à cidade de Aveiro - Centro Cultural e de Congressos de Aveiro (elementos reconhecíveis e dinâmicos, capazes de atrair atenção). Assiste-se a uma campanha pública em defesa do edifício da Capitania e pela sua urgente reabilitação, resultando na sua classificação como IIP. De referir que este elemento foi proposto demolir em dois planos.
- Início Séc. XXI – é com a operacionalização do POLIS que ocorre a integração urbana de elementos patrimoniais e culturais associados à identidade urbana de Aveiro; estes revelam-se os “elementos-âncora” do desenho do espaço público, interligados através dos canais – paisagem cultural; outros edifícios com importância histórica são integrados na vida quotidiana, através de novos usos (Capitania, Mercados do Peixe e Manuel Firmino) (elementos

reconhecíveis e dinâmicos, capazes de atrair atenção). Assiste-se neste período a uma maior integração de elementos culturais “imateriais” na vida quotidiana, sendo de salientar: 1) eventos/tradições uns mantêm-se naturalmente (Festa de S. Gonçalinho, Feira de Março), outros ocorrem periodicamente com o objectivo de retratar momentos do passado (Feira das Cebolas, Venda de Peixe) (maior controlo e conexão da população aos espaços públicos) 2) museus, exposições e 3) monumentos alusivos às singularidades históricas da cidade, tais como, “retorno” da estátua “Maria da Fonte”, contudo em local demasiado amplo não lhe dando a notoriedade merecida; monumento ao Marnoto na rotunda “viária” de entrada na cidade (elementos reconhecíveis e dinâmicos, capazes de atrair atenção).

Com o Programa Polis a cidade de Aveiro é “munida” de uma paisagem cultural associada à singularidade da Ria e dos canais urbanos, contribuindo significativamente para uma melhoria da imagem da cidade, com consequências positivas no turismo.

5. REFLEXÕES FINAIS

Partindo das hipóteses colocadas inicialmente e como resultado da análise efectuada ao desenvolvimento urbano e autenticidade de Aveiro é possível retirar as seguintes conclusões:

Hipótese 1: A valorização do espaço público, através do desenho urbano e dos elementos culturais, contribui para a equidade.

A valorização do espaço público através dos elementos culturais e de um desenho de qualidade contribui para a equidade, sendo no entanto fundamental que esses elementos sejam elementos identificadores da cidade com qualidade visual e física devidamente integrados na vivência urbana de todos os habitantes. O desenho urbano deve assegurar níveis de conforto (escala humana) e níveis de atractividade (actividades) que permitam a apropriação do espaço público e o acesso a todos.

De referir como “conflito” à equidade a rentabilidade e “privatização” do espaço público, resultando muitas vezes em intervenções novas (“*flagship projects*”), pouco integradas com a autenticidade do local, mas qualificadoras do espaço urbano.

Hipótese 2: Os elementos culturais contribuem para a identidade local e para a legibilidade da estrutura urbana.

Os elementos culturais contribuem para a identidade local se forem devidamente integrados nas intervenções urbanas e se as características associadas à sua “génese-local” se mantiverem, sendo no entanto importante a sua articulação com elementos inovadores.

A legibilidade da estrutura urbana depende da singularidade das formas urbanas e da continuidade; a articulação com as pré-existências (significado histórico) e outros elementos de interesse cultural contribuem para essa legibilidade.

Sendo o objectivo principal do trabalho proposto, são aqui apresentados alguns contributos para a definição de uma estratégia de intervenção urbana, assegurando simultaneamente a legibilidade da estrutura urbana e a equidade dos espaços públicos, através dos elementos patrimoniais e culturais (portadores de autenticidade e identidade local).

A. De que forma os elementos patrimoniais e culturais podem contribuir para a legibilidade da estrutura urbana?

Da análise efectuada ao desenvolvimento urbano da cidade de Aveiro, constata-se que a singularidade (dimensão e forma) é a característica dos elementos urbanos e que assegura a sua legibilidade na estrutura urbana. Contudo, se estes não proporcionarem a continuidade do existente e a conservação de elementos com significado histórico ocorre uma segmentação entre “cidade nova” e “cidade antiga” e uma fragmentação do território. A continuidade pode ser assegurada através dos traçados (eixos) e visibilidade de elementos marcantes (maior abertura, perspectiva). O significado histórico resulta da devida articulação com as pré-existências, designadamente a malha urbana da cidade antiga e a sua não sobreposição e quebra de legibilidade e visibilidade dos elementos históricos que a constituem.

Deste modo, os elementos patrimoniais e culturais e mais concretamente, os edifícios históricos, podem contribuir para a legibilidade da estrutura urbana, através da sua singularidade (dimensão, forma, elementos arquitectónicos) e visibilidade (eixos, perspectivas).

De modo a assegurar a legibilidade de novos projectos na estrutura urbana e evitar a fragmentação do território torna-se fundamental a existência de um instrumento para toda a cidade que identifique claramente os elementos a preservar, os eixos e perspectivas a assegurar.

B. Como articular os elementos patrimoniais e culturais, contribuindo para a equidade do espaço público?

Não houve grandes preocupações ao nível do espaço público até ao início do Séc. XXI. Foram criados novos bairros, mas estes independentes entre si e sem espaços de sociabilidade, não promoveram o “espírito de bairrismo”¹⁵⁰. A separação de usos (zonamento) e a densificação que caracteriza as novas intervenções resulta na eliminação de espaços de sociabilidade.

O Fórum Aveiro, de grande centralidade, assume-se como um espaço, embora privado, bastante atractivo e de usufruto público, tendo como consequência o gradual abandono de actividades comerciais noutros espaços e a vivência urbana. Algumas intervenções nas praças resultam em espaços “abstractos”, não contribuindo para a criação de espaços de sociabilidade. Os elementos patrimoniais e culturais só são integrados no espaço público no início do séc. XXI, no âmbito do POLIS, através dos canais. A requalificação das margens dos canais resulta em espaços públicos lineares.

Deste modo, é importante assegurar a criação de “lugares” de encontro, com as devidas condições físicas para apropriação e permanência. A apropriação do espaço público depende do “nível de conforto”. Os elementos a considerar devem ser distintos para cada tipologia de espaços públicos, ou seja:

- Espaços lineares - elementos de ligação, espaços de contenção, mobiliário urbano;
- Espaços não lineares (praças, jardins) – dimensão, planos vertical e horizontal.

¹⁵⁰ O Bairro da Beira-Mar é o único local onde ainda é visível o sentimento de pertença e de apego com a cultura local.

Paralelamente, é necessário contribuir para a diversidade, através de actividades, contribuindo positivamente para uma maior utilização por parte de todos os habitantes. Esta diversidade que torna os espaços públicos deve ser no entanto limitada, evitando a complexidade; ou seja, é importante adoptar estratégias de especialização do espaço, através de determinado tipo de actividades, sempre em complementaridade com outros espaços.

Os elementos memoráveis, reconhecíveis entre várias gerações, inerentes a um determinado local e a vários períodos temporais, cuja presença é única e irrepetível, contribuem significativamente para a autenticidade e conforto. Estes elementos têm ainda a potencialidade para causar surpresa, emoção e orientação na estrutura urbana.

Por vezes é importante para a cidade adoptar intervenções um pouco mais "ousadas", motoras de inovação, sendo importante valorizar e integrar os elementos patrimoniais e culturais nessas intervenções, a fim de não perder a identidade do local, as "raízes" da população.

Os espaços públicos são para usufruto da população e por isso, deverão responder às necessidades reais. A população deve intervir na identificação dos elementos que contribuem fortemente para a identidade do local e para a apropriação do espaço público, existente ou a criar.

C. Quais os elementos urbanos a preservar e a valorizar capazes de assegurar a identidade do local?

A identidade do local está associada em grande parte aos elementos que estiveram na sua génese e que induzem a uma memória do passado, além de assegurarem uma maior apropriação do espaço, sejam eles imóveis classificados ou não, sejam elementos "decorativos" (fontes...), tradições ou outros. São os elementos facilmente reconhecíveis e que fazem parte da imagem e da vivência urbana.

Mas não é suficiente. Os elementos históricos são a memória colectiva de uma comunidade, mas só continuarão a ser se forem apropriados diariamente e integrados nas novas intervenções. Todos os elementos que foram surgindo e contribuindo para a vivência do espaço contribuem para a autenticidade desse espaço se apropriados pela população. Mesmo que esses sejam elementos novos e inovadores. A sua alteração e/ou substituição “precipitada” pode originar alguma instabilidade e abandono do espaço pela população.

A cidade de Aveiro apresenta um conjunto de condições morfológicas particulares, sendo a proximidade à Ria um dos aspectos mais importantes. Actualmente, a presença da Ria, através dos canais e de todos os elementos que a constituem são integrados na estratégia do turismo da cidade e da região, ou seja, são “produto” para “venda” da imagem da cidade.

Deste modo, para assegurar a identidade local, deverão ser preservados e valorizados os seguintes elementos urbanos:

- “Elementos-génese” – elementos que estiveram na origem e na dinâmica do local e que lhe dão autenticidade, contribuindo para um maior controlo e conexão aos espaços públicos;
- Malha urbana – conservação e articulação da malha antiga como elemento de importância histórica, assegurando estabilidade e continuidade;
- Eventos e tradições – a dinamização destes contribui para atrair pessoas, por um lado as que se identificam com o local, por outro os “interessados” pela cultura do local; isto tem efeitos positivos no controlo e conexão da população aos espaços públicos;

- Edifícios com significado histórico – a reutilização destes edifícios, dando-lhes novos usos acessíveis a todos ou a criação de “trilhos urbanos” ligando-os, torna-os elementos dinâmicos e facilmente reconhecíveis e dinâmicos, capazes de atrair atenção.

BIBLIOGRAFIA

- ALBEIT, Abel, 2004, *La cultura en las Estrategias de transformación social urbanística de las ciudades. Barcelona, del modelo al espectáculo*. Revista Cidades. Comunidades e territórios. N.º 9, pág. 15-16.
- ALBINO, Gaspar, 1961, *Rossio – área descarnada no centro da cidade*, Litoral, Ano VII, N.º 344, 27 de Maio 1961, p. 10.
- ALVES, Fernando M. Brandão, 2003, *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- ARAÚJO, M., 2006, *Que identidade Cultural* in CMA, 2006, pontes & vírgulas – revista municipal de cultura, Inverno 2006, ano 1, N.º 4.
- ARETI, Mayar e TRIANTAFILLOU, Menelaos, 2005, *Reflections on the pedagogy of place in planning and urban design* in Journal of Planning Education and Research, Vol. 25, No 1, p. 75-88, Association of collegiate schools of planning.
- ASHWRTH, G. J. e TUNBRIDGE, J. E., 2000, *The tourist – historic city retrospect and prospect of managing the heritage city*, Pergamon, UK.
- ATTOE, Wayne e LOGAN, Donn, 1989, *American Urban Architecture – Catalysts in the design of cities*, University of California Press, USA.
- AVRAHAM, Eli, 2000, *Cities and their news media images* in Cities, Vol. 17, No 5, p. 363-370.
- AVRAHAM, Eli, 2004, *Media strategies for improving an unfavorable city image* in Cities, Vol. 21, No 6, p. 471-479.
- AYMONINO, Carlo, 1975, *O significado das cidades*, Coleção Dimensões, Editorial Presença.
- BAEKER, Greg Baeker e CROTEAU, Mark, 2002, *Session II: Urban Planning and Cultural Resources in Arts and Cultural Policy for Development Workshop* (<http://www.pch.gc.ca/pch/mindep/atelier-workshop/session-ii-e.htm>).
- BAILEY, Christopher, MILES, Steven, STARK, Peter, 2004, *Culture-led urban regeneration and the revitalisation of identities in Newcastle, Gateshead and the North East of England*, International Journal of Cultural Policy, Vol. 10, N.º 1, Taylor & Francis Ltd.
- BALSAS, Carlos J. Lopes, 2000, *City center revitalization in Portugal – Lessons from two medium size cities*, Cities, Vol. 17, No 1, p. 19-31.
- BARTON, Craig, 2004, *Memory and the city – roundtable discussions* in GASTIL, Raymond e RYAN, Zoë (ed), 2004, *Open – new designs for public spaces*, Van Alen Institute: Projects in Public Architecture, New York.
- BASSETT, K., 1993, *Urban cultural strategies and urban regeneration: a case study and critique*, Environment and Planning A 25, p. 1773-1788.

- BAYARDO, Rubens e LACARRIEU, Mónica (ed), 1997, *Globalización i Identidad Cultural*, Ediciones Ciccus.
- BENEVOLO, Leonardo, 1998, *La città nella storia D´Europa, Economica Laterza*, Roma-Bari (1.ª edição 1993).
- Boletim Municipal de Aveiro, ANO VI, N.º 11, 1988
- BOHL, Charles, C., 2003, *Place making – developing town centers, main streets and urban villages*, Urban Land Institute (1.ª edição 2002).
- BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel, 1999, *Local y Global – La gestión de las ciudades en la era de la información*, TAURUS, Espanha.
- BORJA, Jordi e MUXI, Zaida, 2003, *El Espacio Publico: Ciudad e Ciudadania*, Electa, Barcelona.
- BRADLEY, Andrew; HALL, Tim; HARRISON, Margaret, 2002, *Promoting New Images for Meetings Tourism, Cities*, Vol. 19, N.º 1, p. 61-70.
- BRAMWELL, Bill e RAWDING, Liz, 1996, *Tourism Marketing Images of Industrial Cities* in *Annals of Tourism Research*, Vol. 23, N.º 1, p. 201-221, Elsevier.
- BRANCO, Vasco, 1987, *Que há para ver em Aveiro?* in *Jornal "Litoral"*, Ano XXXIV, N.º 1491, 27 de Novembro 1987.
- BRINDLEY, Tim, 2000, *Community role in urban regeneration – new partnerships on London´s South Bank* in *City*, Vol. 4, N.º 3, p. 363-377, November 2000.
- CABRAL, João, 2002, *Para uma política de cidades – os imperativos, as novas políticas urbanas, as questões críticas*, *Sociedade e Território*, N.º 33, Fevereiro 2002. Edições Afrontamento, Porto.
- CABRAL, João, 2005, *Inovação nas políticas urbanas – modelos de regulação e sistemas de governança* in *GeoINNOVA*.
- CAMPOS, J. Evangelista, 1990, *Achegas para a Historiografia Aveirense* in *Jornal "Litoral"*, Ano XXXVI, N.º 1609, 18 de Maio de 1990, p. 1 e 3.
- CANTRILL, James, G.; SENECAH, Susan L., 2001, *Using the "sense-in-place" construct in the context of environmental policy-making and landscape planning*, *Environmental Science & Policy* 4 (2001) p. 185-203, Elsevier.
- CARVALHO, Jorge, 2003, *Ordenar a cidade*, Quarteto Editora, Coimbra.
- CASTELLS, Manuel, 1981, *Crisis Urbana y Cambio Social*, siglo veintiuno editores, Spain.
- CASTELLS, Manuel, 2000, *A Questão Urbana*, Paz e Terra, São Paulo (edição original: 1972).
- CC do PCP, 1987, *Estão a destruir a Av. Dr. Lourenço Peixinho* in *Jornal "Litoral"*, Ano XXXIV, N.º 1484, 9 Outubro 1987, p. 5.
- CEFAUP, 2004, *Proposta de Plano de Urbanização do Programa Polis Aveiro – Relatório*.

- CERQUEIRA, Eduardo, 1995, *Feira de Março – traços de uma história de quinhentos anos* in Jornal "Litoral", Ano I, N.º 26, 26 de Março de 1955, p. 1, 8.
- CERVEIRA, Honorinda, 1979, *Monumento Nacional votado ao abandono? Igreja das Carmelitas de Aveiro* in Jornal "Litoral", Ano XXVI, N.º 1979, 9 de Novembro de 1979.
- CMA (ventura da cruz planemanto lda), 1996, *Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro – Relatório da Situação e Linhas Orientadoras*.
- CMA, 2006, *O Território e os Transportes – Aveiro 1900-2006*.
- COLAÇO, João, 1987, *A grande muralha* in Jornal "Litoral", Ano XXXIII, N.º 1458, 6 de Março de 1987, p. 1, 3.
- COLAÇO, João, 1987, *As árvores também se abatem?* in Jornal "Litoral", Ano XXXIV, N.º 1484, 9 de Outubro 1987, p. 3, 4.
- COLAÇO, João, 1988, *A grande muralha do crescimento da cidade...* in Jornal "Litoral", Ano XXXIV, N.º 1499, 12 de Fevereiro de 1988
- COLAROSSO, Paolo e FARATI, Fabiola, 1997, *Sette idee di città: prospettive per gli assetti urbani* in *Il Futuro della città – idee a confronto*, Tessere – quaderni di divulgazione, Cuen, Napoli.
- COSTA e MELO, 1992, *A Praça em Aveiro* in Jornal "Litoral", Ano XXXVIII, N.º 1710, 19 Junho 1992, p. 1-2
- COSTA, Vasco Martins, 2005, *Património e cidade. Factores de identidade e planeamento urbano* in FEUP/DGEMN, 2005, 2º seminário – *A intervenção no património práticas de conservação e reabilitação*.
- CREWE, Louise e BEAVERSTOCK, Jonathan, 1998, *Fashioning the city: cultures of consumption in contemporary urban spaces*, Geoforum, Vol. 29, No 3, p. 287-308, Elsevier.
- CRUZ, Ventura da, 2007, Entrevista realizada dia 31 de Janeiro.
- DEFFNER, Alex e METAXAS, Theodore, 2005, *Shaping the vision, the identity and the cultural image of European places*, 45th Congress of European Regional Science Association "Land Use and Water Management in a Sustainable Network Society" Vrije Universiteit Amsterdam, 23-27 August.
- DIETVORST, A. G. J., 1994, *Cultural tourism and time-space behaviour* in HILL, Dilys M., 1994, *Citizens and cities – Urban policy in the 1990s*, Harvester-Wheatsheaf, Great Britain.
- DOMINGUES, Álvaro, 1996, *Política urbana e competitividade* in *Sociedade e Território* N.º 23, p. 31-42, Edições Afrontamento, Porto.
- DUARTE, Mário, 1955, *Para a história do Rossio de Aveiro* in Jornal "Litoral", Ano I, N.º 22, 5 de Março de 1955, p. 1, 3.

- ESCARLATE, Cláudia, 2005, *Os espaços públicos e os rios urbanos na percepção e valorização da paisagem (I)*.
- EVIA, Gian Franco, 1983, *L'arcipelago urbano - sociologia della pianificazione territoriale*, Franco Angeli Editore, Milano.
- FERREIRA, Alexandre, 1992, *Não temos uma Praça em Aveiro* in Jornal "Litoral", Ano XXXVIII, N.º 1709, 12 Junho 1992.
- FERREIRA, Vitor Matias, 1997, *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Editorial Bizâncio. Lisboa.
- FFH, 1979, *Plano Integrado Aveiro-Santiago*.
- FiDALGO, M. C., 1963, *A velha palmeira da Praça Marquês de Pombal* in Jornal "Correio do Vouga", Ano XXXIII, N.º 1639, 2 de Março 1963, p. 6.
- FILIFE, Capão, 2007, Entrevista realizada dia 8 de Fevereiro.
- FINO, Artur, 1988, *Imagens da Cidade* in Jornal "Litoral", Ano XXXV, N.º 1541, 22 de Dezembro de 1988, p. 3.
- FINO, Artur, 1989, *Imagens da Cidade* in Jornal "Litoral", Ano XXXV, N.º 1550, 24 de Fevereiro de 1989.
- FINO, Artur, 1995 "*(Des)Urbanismos*" in Jornal "Litoral", Ano XL, N.º 1845, 17 de Março de 1995, p. 1, 12.
- FINO, Artur, *Imagens da Cidade* in Jornal "Litoral", Ano XXXIV, N.º 1522, 29 Julho 1988.
- FIORENTINO, Salvatore, 2002, *Per una progettazione territoriale della trama dei luoghi urbani – progetto urbano secondo un código paesaggistico* in GIARRIZZO, Giuseppe e LACHELLO, Enrico, 2002, *Il território come bene culturale*, L'ÉPOS, Palermo.
- FORD, Larry R., 1999, *Lynch revisited – New urbanism and theories of good city form*, Cities, Vol. 16, No 4, p. 247-257.
- FORTUNA, Carlos, 1999, *Identidades, percursos, paisagens culturais – estudos sociológicos de cultura urbana*, Celta Editora, Oeiras.
- FRANÇA, Armando, 1987, *Querem assassinar o Côjo* in Jornal "Litoral", Ano XXXIII, N.º 1467, 15 Maio 1987.
- FREY, H., 1999, *Designing the city – towards a more sustainable urban form*, E & FN SPOON, London.
- GALDINI, Rossana, 2005, *Urban Regeneration Process: the case of Genoa, an example of integrated urban development approach*, 45th Congress of European Regional Science

Association "Land Use and Water Management in a Sustainable Network Society" Vrije Universiteit Amsterdam, 23-27 August.

GANDEL, Mário, 2004, *La ciudad como objeto de la arquitectura* in MARTÍN, Ángel Ramos, (ed), 2004, *Lo Urbano en 20 autores contemporâneos*, ETSB Escola Técnica Superior D'arquitectura de Barcelona, Barcelona.

GARCIA, Beatriz, 2004, *Cultural Policy and Urban Regeneration in Western European Cities: Lessons from Experience, Prospects for the Future*, Local Economy, Vol. 19, N.º 4, p. 312-326.

GARCIA, Beatriz, 2005, *Deconstructing the City of Culture: The Long-term Cultural Legacies of Glasgow 1990* in Urban Studies, Vol. 42, Nos 5/6, p. 841-868.

GASPAR, Joana, 2006, *Planos de Coimbra – A sua influência na Transformação da Cidade – Dissertação para obtenção do grau de Mestre*, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

GASPAR, João Gonçalves, 1997, *Aveiro na história*, Aveiro, 1997.

GASPAR, João Gonçalves, 1997, *Aveiro na história*, Aveiro.

GILES, Judy e MIDDLETON, Tim, 1999, *Studying Culture – a practical introduction*, Blackwell Publishers, Great Britain.

GONÇALVES, Fernando, 1989, *Evolução histórica do direito do urbanismo em Portugal (1951-1988)*, LNEC, Lisboa.

GONÇALVES, Jorge Manuela, 2004, *Os espaços públicos urbanos na reconfiguração física e social da cidade* - Tese de doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, apresentada à Universidade Nova de Lisboa, sob orientação de Margarida Pereira, Lisboa.

GOODEY, Brian, 1974, *Images of Place: essays on environmental perception, communications and education*, Occasional paper No 30, Centre for urban and regional studies, University of Birmingham, Birmingham.

GOSPODINI, Aspa, 2001, *Urban Design, Urban Space Morphology, Urban Tourism: an emerging new paradigm concerning their relationship*, European planning Studies, Vol. 9, N.º 7, p. 925-934.

GOSPODINI, Aspa, 2002, *European Cities in Competition and the New "Uses" of Urban Design*, Journal Of Urban Design, Vol. 7, No 1, p. 59-73, Taylor & Francis Ltd.

GRANDE, Nuno, 2002, *O verdadeiro mapa do universo – uma leitura diacrónica da cidade Portuguesa*, e|d|arq, edições do departamento de arquitectura da FCTUC.

GRIFFITHS, R., 1993, *The politics of cultural policy in urban regeneration strategies*, Policy and Politics 21 (1), p. 29-46.

GRIFFITHS, Ron, 1995, *Cultural strategies and new modes of urban intervention*, Cities, Vol. 12, N.º 4, p. 253-265.

GUIMARÃES, Tércio, 2007, Entrevista realizada dia 1 de Março.

- GUTERRES, João, 2002, *Cidade Bem Ordenada e Modernidade: Princípios, Critérios e Avaliação, em contexto de Planeamento Urbano e do Território*, Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, FA-UTL.
- HALL, Aristides, 1986, *Zonas Velhas – Vida Nova – Viva a Rua Direita* in *Jornal "Litoral"*, Ano XXXII, N.º 1404, 10 Janeiro 1986, p. 1, 2.
- HALL, Sir Peter, 2000, *Creative Cities and Economic Development*, *Urban Studies*, Vol. 37, No 4, p. 639-649.
- HALL, Tim, 2001, *Urban Geography*, Routledge (1ª edição 1998).
- HAMBLETON, Robin; THOMAS, Huw, 1995, *Urban Policy Evaluation – challenge & change*, Paul Chapman Publishing LTD, London.
- HEALEY, P.; CAMERON, S.; DAVOUDI, S.; GRAHAM, S. e MADANI-POUR, A., 1995, *Managing Cities – the new urban context*, John Wiley & Sons, Great Britain.
- HEATH, T. F., 1988, *Behavioural and perceptual aspects of the aesthetics of urban environments* in Nasar, Jack L., 1988, *Environmental Aesthetics: Theory, Research and Applications*, Cambridge University Press, USA (1ª edição 1992).
- HEBBERT, Michael, 2005, *The street as locus of collective memory* in *Environment and Planning d: society and space*, Vol. 23, No 4 August, p. 581-596.
- HERNANDEZ, Tulio, 2003, *La investigación y la gestión cultural de las ciudades - Pensariberoamerica – Revista de Cultura N.º 4 - Junio - Septiembre 2003* (<http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric04a07.htm>).
- INDOVINA, Francesco, 1997, *A intervenção nas frentes de água: "uma pedrada no charco"* in FERREIRA, Vitor Matias, 1997, *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Editorial Bizâncio. Lisboa.
- J. C., 1999, *A pedalar da Estação ao Fórum* in *Jornal "Litoral"*, 15 de Abril de 1999, p. 1, 3.
- JACOBS, Jane M., 1993, *The city unbound: qualitative approaches to the city*, *Urban Studies*, Vol. 30, Nos. 4/5, 1993, p. 827-848.
- JACOBS, Jane, 1961, *Life and Death of Great American Cities*, Random House.
- JENSEN, O. B. e RICHARDSON, T., 2003, *Being on the map: the new iconographies of power over European space*, *International Planning Studies*, Vol. 8, N.º 1, p. 9-34, February 2003.
- JEONG, Sunny e SANTOS, Carla A., 2004, *Cultural politics and contested place identity* in *Annals of Tourism Research*, Vol. 31, N.º 3, p. 640-656.
- Jornal "Litoral"*, 1964, Ano X, N.º 506, 18 de Julho 1964, p. 1
- Jornal "Litoral"*, 1993, Ano XXXIX, N.º 1749, 16 de Abril 1993, p. 1.
- Jornal "Correio do Vouga"*, 1963, *Cidade Nova – dizem todos que é possível*, Ano XXXIII, N.º 1757, 13 de Julho 1963, p. 1, 4.

- Jornal "Correio do Vouga", 1962, Ano XXXI, N.º 1583, 20 de Janeiro 1962, p. 1
- Jornal "Correio do Vouga", 1963, Ano XXXIII, N.º 1757, 13 de Julho 1963, p. 1
- Jornal "Litoral", 1961, Ano VII, N.º 344, 27 de Maio de 1961, p.10
- Jornal "Litoral", 1961, *O Plano de Urbanização da Cidade*, Ano VII, N.º 327, 28 de Janeiro 1961, p. 1, 2, 6.
- Jornal "Litoral", 1962, *Imagens de ontem*, Ano IX, N.º 417, 20 de Outubro 1962.
- Jornal "Litoral", 1962, *Imagens de ontem*, Ano IX, N.º 417, 20 de Outubro 1962, p. 5.
- Jornal "Litoral", 1963, *O Plano Director da Cidade*, Ano IX, N.º 453, 6 de Julho de 1963, p. 1, 5.
- Jornal "Litoral", 1967, *Remoçara aquela velha fonte...*, Ano XIII, N.º 659, 24 de Junho de 1967.
- Jornal "Litoral", 1985, *Painéis cerâmicos concluídos e... Aveiro mais belo*, Ano XXXII, N.º 1392, 11 de Outubro 1985, p. 1-2.
- Jornal "Litoral", 1987, Ano XXXIII, N.º 1462, 3 de Abril de 1987, p. 1
- Jornal "Litoral", 1993, Ano XXXIX, N.º 1765, 6 de Agosto 1993, p. 1
- Jornal "Litoral"ª, 1967, *Remoçara aquela velha fonte...a velha Fonte da Praça*, Ano XIII, N.º 659, 24 de Junho 1967, p. 1, 3.
- Jornal "Litoral"ª, 1995, *Um jardim suspenso para Aveiro (?) - Projecto do MDC pretende devolver a cidade à Ria*, Ano XL, N.º1866, 11 de Agosto de 1995, p. 1.
- Jornal "Litoral"ª, 1967, *Urbanização* (Extracto do Relatório da Gerência de 1966 da CMA, Ano XIII, N.º 645, 18 de Março de 1967, p. 1, 3.
- Jornal "Litoral"ª, 1995, *Projecto do Largo do Cojo*, ANO XL, N.º 1877, 17 de Novembro de 1995, p. 1.
- Jornal "O Aveiro", 1992, N.º 42, 14 de Maio 1992, p. 1.
- JULIANO, Dolores, 1997, *Universal/Particular. Un falso dilema* in BAYARDO, Rubens e LACARRIEU, Mónica (ed), 1997, *Globalización i Identidad Cultural*, Ediciones Ciccus.
- KONG, Lily, 2000, *Culture, Economy, Policy: trends and developments*, Geoforum 31, p. 385-390 (Elsevier).

- KUNZMANN, Klaus R., 2004, *Culture, creativity and spatial planning* in *Town Planning Review*, Vol. 75, N.º 4, p. 383-404, Liverpool University Press.
- LACAZE, Jean-Paul, *A cidade e o urbanismo*, Biblioteca básica de ciência e cultura, Instituto Piaget.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia, 1992, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LAW, Christopher M., 1992, *Urban Tourism and its contribution to economic regeneration*, *Urban Studies*, Vol. 29, Nos. 3/4, p. 599-618.
- LEFEBVRE, Henri, 1991, *The Production of Space*, Blackwell Publishing (traduzido por Donald Nicholson-Smith).
- LENEC, 2005, *O papel da reabilitação no planeamento e nas políticas urbanas. A visão do conselho da Europa* - Documento realizado no âmbito da iniciativa da ordem dos arquitectos "A cidade para o cidadão. O planeamento de pormenor em questão", Lisboa, Novembro de 2005.
- LOBO, Margarida Souza, 1995, *Planos de Urbanização – A Época de Duarte Pacheco*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.
- LOZANO, Eduardo E., 1998, *Visual needs in urban environment and physical planning* in NASAR, Jack L., 1988, *Environmental Aesthetics: Theory, Research and applications*, Cambridge University Press, USA (1ª edição 1992).
- LYNCH, Kevin e HACK, Gary, 1984, *Site planning* (3ª edição), The MIT Press, Massachusetts, USA.
- LYNCH, Kevin, 1991 (3ª edição), *Managing the sense of a region*, MIT Press (1ª edição 1980).
- MACROPLAN/CMA, 1979, *Plano Geral de Urbanização de Aveiro*.
- MADANIPOUR, Ali, 2004, *Viewpoint – why urban design?* (I-IV) in *Town Planning Review*, Vol. 75, No 2, Liverpool University Press.
- MARQUES, Gabriela e LOURENÇO, Andreia, 2007, Entrevista realizada dia 18 de Janeiro.
- MARTÍ, Jordi, 2003, La Agenda 21 de la cultura: una propuesta de las ciudades para el desarrollo cultura - Pensariberoamerica – Revista de Cultura N.º 4, Junio - Septiembre 2003 (<http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric04a07.htm>).
- MARTIN, Antonio Zárate, 1991, *El espacio interior de la ciudad*, Editorial Síntesis, Madrid.
- MARTIN, Marcelo, 2004, Património Y Sociedad. Interpretación y otras cuestiones en la planificación turística de las ciudades monumentales, Boletín GC: Gestión Cultural N.º 8: Interpretación del Património Cultural, Junho 2004.
- MAYER, Margit, *Urban governance in the post-fordist city* in HEALEY, P.; CAMERON, S.; DAVOUDI, S.; GRAHAM, S. e MADANI-POUR, A., 1995, *Managing Cities – the new urban context*, John Wiley & Sons, Great Britain.
- McDOWELL, Linda, 1999, *City life difference: negotiating diversity* in ALLEN, J.; MASSEY, D. e PRYKE, M., 1999, *Unsettling cities: movement/settlement*, Routledge, London and New York.

- MELA, Alfredo, 1999, *A sociologia das cidades*, Editorial Estampa, Lisboa (Edição original: 1996).
- MENDONÇA, Duarte, 1985, *A Cidade ao contrário – 14 – A Rua Direita* in *Jornal "Litoral"*, Ano XXXII, N.º 1396, 8 de Novembro 1985.
- MENEZES, Marlucci, 2002, *Espaço: manutenção, mudança e representação na Madragoa, Ecologia social*, LNEC. Lisboa.
- MIGUEL, Ana M. Macarrón e MOZO, Ana González, 1998, *La conservación y la restauración en el siglo XX*, Editorial Tecnos, SA, Madrid.
- MIRANDA, José A. Bragança, 1997, *Política e modernidade. Linguagem e violência na cultura contemporânea*, Edições Colibri, Lisboa.
- MONTGOMERY, John, 1990, *Cities and the art of cultural planning* in *Planning & Practice Research*, Winter90, Vol. 5, Issue 3.
- MONTGOMERY, John, 2003, *Regeneration. Part 1: conceptualizing cultural quarters* in *Planning and Research*, Vol. 18, N.º 4, p. 293-306.
- MOREIRA da SILVA, 1960, *Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro – Peças Desenhadas*, Porto.
- MORETTI, Marta, 2001, *Aquatic Components in Waterfront Planning*, Aquapolis 1.
- MUÑOZ, Francesc, 2005, *Paisatges ateritoriales, paisajes en huelga*, III Seminari Internacional sobre Paisatge - Paisatges incògnits, territoris ocults: les geografies de la invisibilitat, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005.
- NASAR, Jack L., 1988, *The effect of a sign complexity and coherence on the perceived quality of retail scenes* in NASAR, Jack L., 1988, *Environmental Aesthetics: Theory, Research and applications*, Cambridge University Press, USA (1ª edição 1992).
- NASAR, Jack. L., 1998, *The evaluative image of the city*, Sage Publications, USA.
- NEVES, Amaro, 1986, *A filha e a enteada – Convento das Carmelitas* in *Jornal "Litoral"*, Ano XXXIII, N.º 1439, 10 de Outubro de 1986, p. 1, 3.
- NEVES, Amaro, 1989, *Monumento a Santa Joana – enriquecido o património da cidade* in *Jornal "Litoral"*, Ano XXXVI, N.º 1588, 15 de Dezembro de 1989, p. 1, 3
- OLMO, C. e LEPETIT, Bernard, 1995, *La città e le sue storie*, Piccola biblioteca Einaudi, Torino.
- PATRÃO, Paulo G. C. S., 2000, *Aveiro. Cidade e arquitectura (uma) leitura do espaço urbano*, texto policopiado.
- PATRÃO, Paulo G. C. S., 2000, *Cidade e arquitectura (uma) leitura do espaço urbano*, Prova final, Seminário de Investigação, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- PAVIA, Rosário, 2005, *Le paure dell'urbanistica*, Melttime Editore, Roma (3ª edição).

- PEARCE, Douglas G., 2001, *An Integrative Framework for urban tourism research*, Annals of Tourism Research, Vol. 28, N.º 4, p. 926-946, Elsevier.
- PERROT, Jean-Claude, 1975, *Genèse d'une ville moderne. Caen au XVIIIe siècle*, Paris-La Haye.
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, J., 2003, *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- PRYKE, Michael, 1999, *On the openness of cities* in ALLEN, J.; MASSEY, D. e PRYKE, M., 1999, *Unsettling cities: movement/settlement*, Routledge, London and New York.
- PUNTER, J. e CARMONA, M., 1997, *The design dimension of planning theory, content and best practice of design policies*, E & FN SPOON, Great Britain.
- PUNTER, John, 1999, *Design Guidelines in American Cities – a review of design policies and guidance in five West coast cities*, Liverpool University Press, Liverpool.
- QUINTA, Fernanda, 2002, *A Cultura da Avaliação no Planeamento Estratégico*, APPLA (publicações on-line) (<http://www.applaneadores.pt/debate/artigos/avaliacao.pdf>)
- QUINTÃO, José Carlos, 1995, Reabilitação de centros urbanos – Aveiro in Boletim Municipal de Aveiro, Ano XIII, N.º 25/26, Dezembro 1995.
- RAPOPORT, Amos, 1978, *Aspectos humanos de la forma urbana hacia una confrontación de las ciencias sociales com el diseno de la forma urbana*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona.
- RASMUSS, Henning, 2004, *Public Space? In Johannesburg?* in GASTIL, Raymond e RYAN, Zoë (ed), 2004, *Open – new designs for public spaces*, Van Alen Institute: Projects in Public Architecture, New York.
- RELPH, Edward, 1987, *A Paisagem Urbana Moderna*, Edições 70, Lisboa.
- RIBAU, Waldemar, 1995, *A Sereia e o Marquês* in Jornal "Litoral", Ano XL, N.º 1847, 1 de Abril de 1995, p. 1.
- ROBERTS, Peter, 2000, *The evolution, definition and purpose of urban regeneration* in ROBERTS, P. e SYKES, H., 2000, *Urban regeneration: a handbook*, Sage Publications, Great Britain.
- ROBINS, Kevin, 1995, *Collective emotion and urban culture* in HEALEY, P.; CAMERON, S.; DAVOUDI, S.; GRAHAM, S. e MADANI-POUR, A., 1995, *Managing Cities – the new urban context*, John Wiley & Sons, Great Britain.
- ROCA, Zoran e MOURÃO, Jorge Carvalho, 2003, *Socio-cultural identity and globalization: a local development issue and its representations in Portugal*, Conference on Historical Dimensions of the Relationship between Space and Culture. Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Walter, 2005, *Planeamento e governança territorial – uma reflexão sociológica a partir do terreno*, Revista Cidades. Comunidades e Territórios, N.º 10.
- ROSSA, Walter, 2007, *A relevância da cartografia para a construção da história de urbes como Aveiro* in Boletim Municipal de Cultura, Divisão de Bibliotecas e Arquivo da CMA.

- ROSSA, Walter, 2007, Entrevista realizada dia 13 de Fevereiro.
- RYKWERT, Joseph, 2003, *La seduzione del luogo – Storia e futuro della città*, Einaudi, Torino.
- SABATÉ, Joaquin, 2005, De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje em revista *Identidades. Territorio, Cultura, Patrimonio* Laboratorio Internacional de Paisajes Culturales, Universidad Politécnica de Cataluña-UPC, N.º 1.
- SACCHETTI, João 1987, *Aveiro, Cidade – Crescimento e Qualidade* in *Jornal "Litoral"*, Ano XXXIV, N.º 1491, 27 de Novembro 1987.
- SAFA, Patrícia, 1997, *De las historias locales al estudio de la diversidad en las grandes ciudades. Una propuesta metodológica* in BAYARDO, Rubens e LACARRIEU, Mónica (ed), 1997, *Globalización i Identidad Cultural*, Ediciones Ciccus.
- SAIRINEN, Rauno e KUMPULAINEN, Satu, 2006, *Assessing social impacts in urban waterfront regeneration* in *Environmental Impact Assessment Review* 26, p. 120-135.
- SALAHOUF, Ahmed, M., 2001, *Authenticity and the sense of place in urban design* in *Journal of Urban Design*, Vol. 6, N.º 1, p. 73-86, Carfax Publishing.
- SASAKI Masayuki, 2004, *The Role of Culture in Urban Regeneration – Diàlegs – Fórum Universal de les Cultures – Barcelona 2004*.
- SAVITCH, H. V. e KANTOR, Paul, 2004, *Cities in the International Marketplace*, Princeton University Press, USA.
- SELBY, Martin, 2004, *Understanding Urban Tourism – Image, culture and experience*, I.B. TAURIS, New York.
- SEO, J-K, 2002, *Re-urbanisation in Regenerated Areas of Manchester and Glasgow – New Residents and the Problems of Sustainability* in *Cities*, Vol. 19, N.º 2, p. 113-121.
- SILVA, Anabela, 1999, "*Aveiro transforma-se num centro comercial a céu aberto*" in *Jornal "Litoral"*, 21 de Outubro de 1999, p. 5.
- SILVA, Pedro, 2007, Entrevista realizada dia 27 de Fevereiro.
- SOARES, Bruno, 2004, *Frentes de água espaços de diferenciação e factor de competitividade das cidades costeiras*, AML Estuarium, Número 7.
- SOLÁ-MORALES, Manuel, 1997, *Las formas de crecimiento urbano*, Edicions UPC, Barcelona.
- SOLÉ, Carlota, 1998, *Modernidad y Modernización*, Anthropos Editorial, Barcelona.
- SOUSA, Amadeu, 1986, *Torres da Cidade* in *Jornal "Litoral"*, Ano XXXII, N.º 1420, 16 de Maio 1986, p. 1.
- SOUTO, Pompílio, 2007, Entrevista realizada dia 17 de Janeiro

- SWYNGEDOUW, E., MOULAERT, F., RODRIGUEZ, A., 2002, *Neo-liberal Urbanization in Europe: Large Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy*. Submitted to special issue of *Antípode*: "neo-liberalism and the City".
- TAVARES, Arlindo, 1996, *Largo da Estação VI* in *Jornal "Litoral"*, Ano XL, N.º 1910, 4 Julho 1996, p. 6.
- TAVARES, Domingos e TAVARES, Rui (ed), 2003, *Mapa de Arquitectura de Aveiro*, ARGUMENTUM – Edições Estudos e Realizações.
- TAVARES, Domingos, 2007, Entrevista realizada dia 20 de Janeiro.
- TRINDADE, Messias, 1992, *Uma Praça para Aveiro ou algo mais...* in *Jornal "Litoral"*, N.º 1715, Ano XXXVIII, 24 de Julho de 1992.
- TWIGGER-ROSS, C. L. e UZZEL, D. L., 1996, *Place and identity processes*, *Journal of Environmental Psychology*, N.º 16, p. 205-220.
- UNESCO, 2006, *Understanding Creative Industries – Cultural statistics for public-policy making*.
- VALDERRAMA, Jairo Chaparro, 2004, Significados de ciudad, Biblioteca Virtual del Banco de la República (<http://www.lablaa.org/blaavirtual/sociologia/signi/1p.htm> (1 de Agosto de 2006).
- VASQUEZ, Isabel Breda, 2005, A Reabilitação do Património Edificado no Contexto da Regeneração Urbana in FEUP/DGEMN, 2005, 2º seminário – A intervenção no património práticas de conservação e reabilitação.
- VELIBEYOGLU, Korav, 1999, Urban Design in the Postmodern Context (<http://www.angelfire.com/ar/corei/ud.html>).
- WEESEP, Jan van (1997), *Urban policies to promote equity* in JENSEN-BUTLER, Chris; SHACHAR, Arie; WEESEP, Jan van (1997), *European cities in competition*, Avebury, England.
- YANG, Min-Chih e HSING, Woan-Chiau, 2001, *Kinmen: governing the culture industry city in the changing global context* in *Cities*, Vol. 18, N.º 2, p. 77-85.
- YUEN, Belinda, 2005, *Searching for place identity in Singapore* in *Habitat International* 29: p. 197-214, Elsevier.